

CCR S.A.

(Companhia aberta)

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
referentes aos exercícios findos em
31 de dezembro de 2024 e 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	29
Balancos patrimoniais	34
Demonstrações dos resultados	36
Demonstrações dos resultados abrangentes	37
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	38
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	40
Demonstrações do valor adicionado	42
Notas explicativas às demonstrações financeiras	43

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da CCR S.A., relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

1.2. Apresentação

A CCR é a holding do Grupo CCR que, com base em seu objeto social, está apta a atuar no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além dos setores de infraestruturas metroferroviárias, aeroportuárias, aquaviárias, telecomunicações e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como a participar em outras sociedades.

A CCR opera rodovias no Brasil, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, controlando, individualmente ou em conjunto, onze concessões de rodovias. Além disso, administramos seis concessões de mobilidade urbana localizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, e vinte aeroportos, sendo 17 deles no Brasil, em diversos Estados, e 3 deles no exterior, em Quito (Equador), San José (Costa Rica) e em Curaçao (Curaçao).

As empresas nas quais a CCR atualmente detém participação, direta e/ou indiretamente, estão listadas nas notas explicativas n.ºs 1 e 12 das Demonstrações Financeiras.

A Companhia tem como objetivo o crescimento qualificado de sua base de ativos, abrangendo as diversas concessões conquistadas nos últimos anos em todos os modais em que opera. Além disso, visando à expansão, a CCR pretende analisar oportunidades de mercado que atendam aos critérios de retorno mínimo exigido e que gerem valor para a Companhia. Adicionalmente, será considerada a viabilidade de otimizar o atual portfólio por meio de estratégias de reciclagem.

1.3. Destaques do ano de 2024

No dia 30 de abril, a Companhia realizou o pagamento de aproximadamente R\$ 536 milhões de dividendos, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 2024.

No dia 28 de maio, foi concluída a alienação da totalidade de sua participação no capital social da Samm, para a Megatelecom Telecomunicações S.A.

No dia 27 de junho, a Companhia divulgou a contratação da 17ª emissão de debêntures da Holding de R\$ 2,3 bilhões, para *liability management*, remunerada a CDI + 0,75%.

No dia 27 de setembro, anúncio da extensão do prazo da Renovias, até 13 de abril de 2026.

No dia 30 de outubro, a Companhia sagrou-se vencedora do leilão da Rota Sorocabana. O montante de outorga fixa ofertado foi de R\$ 1,6 bilhão.

No dia 31 de outubro, a Companhia aprovou a 15ª emissão de debêntures simples da AutoBAN, no valor total de R\$ 2 bilhões, para *liability management*.

No dia 11 de novembro, a Companhia divulgou que firmou com a NeoEnergia, contratos de compra e venda visando à aquisição de participação societária em Sociedades de Propósito Específico (SPEs), que são detentoras de projetos de geração de energia eólica, localizados no Estado do Piauí, possibilitando, assim, a estruturação, por suas controladas, de autoprodução de energia por equiparação.

No dia 12 de dezembro, a Companhia sagrou-se vencedora do leilão do Lote 3 – Paraná, ofertando 26,6% de desconto sobre a tarifa básica de pedágio.

No dia 18 de dezembro, a MSVia e a União, por intermédio do Ministério dos Transportes e a ANTT, celebraram, com a interveniência do TCU e da Companhia, o Termo de Autocomposição decorrente da solução consensual para a resolução das controvérsias relativas ao Contrato de Concessão da BR163/MS.

1.4. Perspectivas

No ano de 2024, a CCR focou na assertividade da execução do investimento comprometido e, para 2025, permanecerá atenta às oportunidades que possam antecipar a nossa agenda de criação de valor.

No modal Rodovias, o programa de concessões rodoviárias no Brasil segue em expansão. Em 2024, houve 11 leilões, sendo 3 estaduais, com projetos em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraná, ampliando a diversificação dos Poderes Concedentes, totalizando quase 5 mil km em rodovias concedidas e R\$ 75 bilhões em investimentos, conforme os dados dos editais.

Segundo dados públicos, estão em andamento processos de licitação ou otimizações de contratos de 22 projetos entre rodovias federais e estaduais, considerando inclusive aqueles com estimativa de realização de leilão em 2025. Serão 14 projetos federais e o restante estaduais, totalizando 11,1 mil km de extensão e R\$ 151 bilhões em investimentos.

No modal Aeroportos, após a mobilização para assumir 16 aeródromos simultaneamente, uma operação inédita globalmente, a CCR segue investindo naquilo que entende como essencial para as cidades e regiões em que estão as operações: identificação da vocação e desenvolvimento de mercados locais, atração de investimentos e modernização da infraestrutura de serviços. Em menos de dois anos, a CCR trouxe mudanças relevantes para o portfólio de aeroportos, viabilizando diversos novos destinos, sendo alguns internacionais, como por exemplo, para Buenos Aires, Santiago e Montevidéu.

Nesse modal, a Administração seguirá com o *de-risking* do portfólio, através não apenas da execução do programa de investimentos dos 16 aeródromos recém conquistados, mas também com a otimização operacional e financeira da plataforma e a maximização do valor dos negócios atuais, ao mesmo tempo em que avaliará movimentos de consolidação na América Latina como alavanca de valor para o negócio, limitando a exposição de capital no setor.

Em Mobilidade Urbana, a CCR consolidou ainda mais a Plataforma de Mobilidade e seguirá com o seu plano de investimento. Em 2024, a Companhia entregou, no Rio de Janeiro, as obras do Terminal Gentileza do VLT Carioca, cuja operação causou impacto recorde de demanda, chegando ao pico de 113 mil passageiros transportados em um dia, um aumento de 45% em relação à média de 2023. Na Bahia, a operação completa do Tramo III do Metrô Bahia levou ao recorde histórico de demanda do sistema, ultrapassando a média de 400 mil pessoas por dia e mais de 114 milhões no ano. Em São Paulo, a Companhia inaugurou no Pátio Presidente Altino, a Oficina de Truques, que teve investimento total de R\$ 75 milhões e poderá realizar a manutenção dos 1.700 truques que operam nas linhas 4, 5, 8 e 9.

Além disso, em novembro de 2024, foi concluído o recebimento de 100% dos novos trens da ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, totalizando 36 trens, com previsão de ter todos os trens em operação em janeiro de 2025.

Foram assinados, ainda, os aditivos para desenvolver os projetos de expansão da Linha 4 do Metrô de São Paulo até Taboão da Serra e da Linha 5 até Jardim Ângela, que devem beneficiar mais de 200 mil novos passageiros. A ViaQuatro ainda foi eleita a melhor operadora ferroviária de passageiros no prêmio “Maiores e Melhores do Transporte”.

A Companhia permanece mapeando oportunidades em diversas regiões do Brasil. Em São Paulo, está programado para 28 de março de 2025, o leilão de concessão do Lote Alto Tietê: Linhas 11, 12 e 13 de Trens Urbanos. Além disso, o Governo de São Paulo anunciou um extenso pipeline de futuras concessões de mobilidade urbana, como a concessão das Linhas 10 e 14 e o TIC Sorocaba, ainda em 2025. Adicionalmente, o Governo demonstra interesse em conceder toda malha ferroviária existente até 2030, contemplando a construção de novas linhas, que podem superar os R\$ 100 bilhões em investimentos (Linhas: 16, 1 e 20, 2, 15 e 22, 3 e 19; TIC Leste – São José dos Campos; TIC Sul – Santos; VLT de Campinas; e VLT de Sorocaba).

Ainda em Mobilidade Urbana, demais projetos estão sob análise em outras regiões do país, a exemplo da extensão da Linha 1 do Metrô Bahia até o Campo Grande, operação e manutenção do VLT Salvador, os projetos do Metrô-DF e VLT-W3 em Brasília, além dos estudos das regionais da CBTU localizadas no Nordeste e da TRENURB, conduzidos atualmente pelo BNDES.

A CCR continua atuando na captura de sinergias por meio da otimização administrativa do conjunto de seus negócios e com consequentes reflexos positivos em suas margens operacionais.

2. ESG

A sustentabilidade é um tema estratégico da CCR para impulsionar a geração de valor aos acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento. Assim sendo, em 2024 anunciou a Ambição CCR 2035, consolidando a visão estratégica do Grupo CCR para a próxima década. Um dos pilares que a sustentam é a Liderança em Sustentabilidade, desdobrada em Estratégia de Sustentabilidade, revisada também neste ano, endereçando os temas materiais e compromissos da CCR.

Para garantir a implementação da Estratégia de Sustentabilidade, foi revisada e definida uma governança composta por: Conselho de Administração (CA), Comitê de Pessoas & ESG (CP&ESG), Comitê Estratégico de Sustentabilidade (CES), Grupo Tático e Operacional de Sustentabilidade (GTOS), Diretoria de Sustentabilidade e colaboradores CCR. As responsabilidades associadas aos membros da governança de sustentabilidade foram definidas e divulgadas no Regimento da Governança da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo CCR.

Assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Compliance. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Pessoas e ESG (CP&ESG) que o assessora, através do monitoramento e antecipação de tendências em temas globais de ESG (Environmental, Social and Governance), identificando questões críticas que representem oportunidades de aprimoramento, riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com partes interessadas, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos.

A Diretoria de Sustentabilidade (DS) conta com executiva responsável pela gestão do tema e equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios, atuando como um consultor interno para o tema, além de ser responsável por promover ações de engajamento e capacitação, buscando manter o pioneirismo à frente da agenda de sustentabilidade no setor de atuação.

Em 2024, seguimos avançando com a revisão/atualização e desdobramento da Estratégia de Sustentabilidade, além das metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Seguimos integrando a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e pelo 14º ano consecutivo, permanecemos listados no Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, mantivemos rating AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização. Somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 11 anos consecutivos. O score do CDP (Carbon Disclosure Project) 2024, assim como a atualização da carteira do ISE 2024/2025, não foram disponibilizados até a data de publicação deste Relatório.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no site da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR.

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

2.1. Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.

- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- Disclosure Insight Action (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- Global Reporting Initiative (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- Sustainability Accounting Standards Board (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores, de acordo com cada setor.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse framework é explicar para os stakeholders como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.
- Movimento Ambição Net Zero: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima.
- Science Based Targets Initiative (SBTi): a iniciativa impulsiona ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as organizações estabeleçam metas de redução de emissões com base científica.
- CEBDS: Adesão ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), que em conjunto com as companhias associadas atuam como agentes de transformação, liderando e cocriando o caminho rumo a uma economia mais sustentável e equitativa para esta e, também, para futuras gerações.

2.2. Meio Ambiente – Principais ações e destaques

A busca pela redução de impactos ambientais e a otimização no consumo de recursos naturais são premissas da gestão sustentável dos negócios da CCR, consideradas em toda cadeia de valor das plataformas (rodovias, mobilidade urbana e aeroportos), colaborando na construção de uma economia de baixo carbono, mitigando os impactos na biodiversidade e reduzindo o consumo de recursos naturais. Para isso, o Grupo se fortalece com diretrizes corporativas, como a Política de Meio Ambiente e a Política de Mudanças Climáticas e apoia fortemente as iniciativas locais nas unidades de negócio, com a implantação do Sistema de Gestão Ambiental como um dos pilares do Sistema de Gestão Integrado CCR.

O Grupo CCR realiza a gestão da biodiversidade de flora e fauna de acordo com as exigências legais, como projetos de restauração florestal.

A Estratégia Climática é um tema material para o Grupo CCR, sendo pioneiro no setor neste ano ao divulgar a estratégia de resiliência climática para 100% dos seus ativos. A CCR também possui a Política de Mudanças Climáticas, que passou por revisão no final de 2024 e tem como objetivo estabelecer compromissos e diretrizes para a gestão de riscos, impactos e oportunidades, bem como para a adaptação aos efeitos dessas alterações e a redução das emissões de gases de efeito estufa nas operações nos negócios do Grupo CCR. Ela afirma o

compromisso com o esforço internacional de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2033, conforme definido no Acordo de Paris.

A agenda climática também compõe a Matriz de Riscos Corporativos do Grupo CCR, com base nas recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD).

Em 2023, recebeu a aprovação de suas metas de redução de gases de efeito estufa pela Science Based Targets Initiative (SBTi). Com isso, a CCR se tornou a primeira empresa do setor de infraestrutura no país a firmar o compromisso público de descarbonização com a iniciativa. Para contribuir com os avanços das metas estabelecidas e Ambição 2035, a CCR antecipou, em um ano, sua meta de abastecer 100% de suas operações com energia renovável.

Em 2024, a empresa realizou a primeira operação de compra de crédito de carbono do Brasil, que será registrada na plataforma da B3. Além disso, firmou parceria com geradoras e transmissoras de energia elétrica renovável, reforçando seu compromisso com a sustentabilidade.

Neste ano, o Grupo CCR, em conjunto com o CEBDS e o Observatório Nacional de Mobilidade Sustentável, liderou a criação de uma coalizão multissetorial de transportes, envolvendo associações, academia e setor privado, para propor um conjunto de medidas que viabilizem a descarbonização do setor.

Ainda em 2024, o Grupo CCR iniciou a avaliação dos impactos, dependências, riscos e oportunidades para a Plataforma Rodovias seguindo a metodologia proposta pela TNFD - Task Force on Nature Financial Disclosure, denominada LEAP – Localize, Evaluate, Assess, Prepare. Tal iniciativa fundamentará a atuação da Companhia na adoção de Soluções Baseadas na Natureza (SBN, ou NBS – Nature Based Solutions) como medida de compensação dos impactos do negócio.

Outros destaques e informações podem ser verificados no site <https://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

2.3. Social

2.3.1 Gestão de Pessoas

A CCR tem como propósito **melhorar a vida das pessoas através da mobilidade** e como pilar estratégico a **valorização das suas pessoas**. Para isso, desenvolve ações estruturadas e planejadas para garantir segurança, bem-estar, desenvolvimento, reconhecimento e respeito à diversidade.

A Diretoria Vice-Presidência de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional reporta-se diretamente ao Diretor-Presidente e consolida as áreas de desenvolvimento organizacional, atração e seleção, desenvolvimento de pessoas, educação corporativa, diversidade e inclusão, remuneração e benefícios, saúde e bem-estar, parceiros de negócios, relações sindicais e trabalhistas, segurança e qualidade.

Os destaques em 2024, alinhados com a nossa visão de “Liderar o setor de mobilidade”, foram os projetos de: (i) Evolução da Cultura “3 Is” (Integridade, Integração e Impacto), e (ii) Estrutura Organizacional, que **visam à criação de valor por meio de uma organização ágil, simples e eficiente**, agindo de forma integrada e colaborativa, com iniciativas e capacidades diferenciadas, evoluindo o modelo de Plataforma de Negócios e

fortalecendo a atuação do Centro de Serviços Compartilhados, resultando em uma *holding* ainda mais estratégica.

A CCR tem consolidado suas diretrizes em Segurança e Saúde do Trabalho (SST) por meio de políticas, procedimentos e instruções normativas que orientam colaboradores e prestadores de serviço sobre condutas adequadas, prevenindo não conformidades e fortalecendo a cultura de segurança.

Em 2024, avançamos significativamente na estruturação de nossas iniciativas. Como marco desse progresso, implementamos os Cinco Compromissos pela Vida, abrangendo os seguintes pilares fundamentais:

- Aptidão e Treinamento;
- Permissões e Autorizações para Trabalho;
- Posicionamento e Mobilidade;
- Bloqueio e Sistemas de Proteção;
- Comunicação.

Complementando essas iniciativas, lançamos o Manual do Operar + Seguro, que unifica 11 procedimentos de Segurança do Trabalho em um documento prático e de fácil aplicação, fortalecendo a padronização das boas práticas operacionais.

Para aprimorar o monitoramento e a gestão do desempenho, iniciamos o Projeto de Confiabilidade Operacional, que inclui a criação do Índice de Operação Segura. Esse índice nos permite acompanhar, de forma estruturada, a confiabilidade operacional por meio do Radar de Performance, composto por indicadores proativos que orientam a tomada de decisões estratégicas.

Os reflexos dessas iniciativas foram expressivos. Conseguimos reduzir em 23% a taxa de frequência de acidentes com afastamento, passando de 2,35 para 1,83 em relação ao mesmo período do ano anterior, consolidando uma evolução sólida na prevenção eventos não desejáveis.

Outro importante avanço foi a melhoria na gestão de SST para prestadores de serviço. Em 2024, implementamos a segunda versão do Manual de Segurança do Trabalho para Prestadores de Serviço, reforçando diretrizes específicas e alinhando nossos parceiros às melhores práticas de segurança.

Ressaltamos ainda a valorização da jornada de engajamento através da aplicação da Pesquisa Pulso e GPTW. O Grupo CCR conquistou, pela primeira vez, o 9º lugar, entre 175 Melhores Empresas para se Trabalhar no país (*ranking* do Great Place to Work), na categoria "Gigantes" (mais de 10 mil colaboradores). Também entrou na lista das 25 melhores empresas para Mulheres trabalharem no Brasil. Esse é o resultado de uma longa jornada dedicada a melhorar a vida das pessoas através da mobilidade.

Cuidamos da valorização dos nossos talentos, implantando uma metodologia para análise de potencial e ampliação do plano de sucessão da alta liderança. A Academia CCR também impulsionou a evolução cultural formando 238 multiplicadores de diversas áreas da empresa. Colaboradores que foram formados para desempenharem este papel e disseminar o reforço do conteúdo para mais de 16 mil colaboradores.

Esse esforço reflete nosso compromisso em fortalecer a Cultura CCR, assegurando que ela seja vivenciada e compartilhada de maneira eficaz em todas as unidades de negócio. Foram registradas mais de 490 mil horas

de treinamento em 2024. Além disso, realizamos a revisão e estruturação do Plano Diretor de Diversidade e Inclusão, pois acreditamos que um ambiente diverso e inclusivo é fundamental para construir caminhos mais saudáveis. Outros destaques foram a atualização do Plano de Cargos e Salários, incluindo ações para igualdade salarial entre mulheres e homens, e o relançamento do Programa Viva Bem (Programas de Qualidade de Vida e Benefícios).

Esse conjunto de iniciativas resulta em elevado grau de satisfação dos colaboradores que, em 31 de dezembro de 2024, somavam **17.124 pessoas**, alocadas no Brasil (nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Piauí, Tocantins, Maranhão e Pernambuco), na Costa Rica, Equador e em Curaçao.

2.3.2. Diversidade & Inclusão (D&I)

O Grupo CCR dedicou esforços para implementação do aprimoramento do modelo de Governança em D&I, com a criação do Comitê de D&I (liderado pela Vice Presidência de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional e composto por outras lideranças e profissionais em posições estratégicas), *sponsors* (lideranças patrocinadoras que ocupam a posição de *C-level*, foram selecionadas como patrocinadores institucionais em cada pilar de D&I), Escritório de D&I (composto pela Diretora de Pessoas, time técnico de D&I e Gerência de Comunicação) e a definição das lideranças de grupos de afinidades nos pilares de (1) equidade de gênero, (2) raça e etnia, (3) pessoa com deficiência, (4) pessoas LGBTQIAPN+, (5) geracional e (6) culturas e regionalidades. Em curso estão uma agenda de capacitações para as pessoas integrantes desta Governança e discussões sobre as próximas etapas da jornada de D&I na Companhia.

Além disso, a continuidade de esforços no engajamento da autodeclaração racial e identidade de colaboradores. Como resultado, alcançou 95,5% dos colaboradores ativos (aumento de 1,5 p.p. com relação ao trimestre anterior) e com relação a autodeclaração de identidade de gênero, obteve 76,6% (aumento de 5 p.p. com relação ao trimestre anterior).

Como parte da agenda, destaques para:

- Lançamento do 2º ciclo do Programa de Mentoria Elas, com o objetivo de estimular o protagonismo de carreira feminino, apoiando um dos pilares do grupo de afinidade de equidade de gênero. Atualmente, 145 mulheres estão sendo mentoradas por 48 pessoas mentoras. Este ciclo contemplou a inclusão de homens como mentores. No ciclo de 2023, foram mais de 250 mulheres, entre mentoradas e mentoras.
- Em 2024, no último trimestre, contamos com a parceria com um fornecedor especializado no desenvolvimento de pessoas para apoiar o programa de mentoria conduzido pelo Grupo.
- Roda de conversa inédita sobre o agosto Lilás, discutindo sobre o combate da violência contra mulheres e meninas, como parte das ações de conscientização a colaboradores, que alcançou 626 pontos de conexão ao vivo, no total.
- Com a conclusão da agenda de capacitação das pessoas integrantes da Governança em D&I, o Grupo CCR lançou para os colaboradores, o Programa Pertencer - Inclusão e Respeito para Ser, apresentando o modelo de Governança em D&I e abriu as inscrições para participação nos grupos de afinidades dos pilares mencionados acima.
- Participação da CCR, como painelistas, no debate sobre a participação feminina em cargos de liderança, organizado pela Women in Leadership in Latin America (Will) e no 13º Super Fórum, promovido pela CKZ

Diversidade, com o objetivo de engajar lideranças masculinas em ações concretas para a promoção de ambiente inclusivo e representatividade feminina nas corporações.

- Recebimento de condecoração pelas Prefeituras de São Paulo (SP) e Salvador (BA), no Selo de Igualdade Racial 2024, de ambas as prefeituras.
- No pilar de Equidade de Gênero, houve a capacitação de mentores para realização de mentorias a 145 mulheres do Programa Nós Por Elas.
- A CCR RioSP recebeu menção honrosa no Prêmio Destaque, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), na categoria Gestão Interna e Desenvolvimento de Pessoa, concorrendo com mais de 200 projetos.
- Roda de conversa sobre Justiça Climática, como parte das ações de conscientização a colaboradores, que alcançou 476 pontos de conexão ao vivo, no total.
- A Plataforma de Mobilidade do Grupo CCR, lançou o Programa de Aprendizagem com Deficiência no atendimento ao cliente, com 14 jovens participantes, que atuam nas Unidades de São Paulo, em parceria com Instituto Jô Clemente.
- A CCR Metrô Bahia e o Grupo CCR foram reconhecidos com o Selo de Diversidade Étnico-Racial e o Selo de Diversidade de Igualdade Racial, emitidos pelas Prefeituras de Salvador e São Paulo. A conquista reforça os princípios da Cultura CCR e atesta que as nossas empresas seguem pelo caminho certo na jornada de diversidade.

2.3.3. Instituto CCR

O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014 para gerenciar o investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de (i) educação e cultura, (ii) mobilidade e cidades sustentáveis, e (iii) saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, voluntariado e programas proprietários.

Em abril de 2024, o Instituto CCR, completou 10 anos de atuação. Desde a sua fundação, já destinou cerca de R\$ 300 milhões a projetos sociais, beneficiando mais de 18 milhões de pessoas, em mais de 430 municípios de todo o País.

Em 2024, 2,9 milhões de pessoas foram impactadas direta e indiretamente nos mais de 57 projetos investidos. Ao longo do ano, 36 unidades do Grupo foram beneficiadas em 273 municípios impactados e R\$ 72 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal, alcançando um investimento recorde em toda sua trajetória.

Em 2024, o Grupo CCR assumiu ainda o compromisso de investir R\$ 750 milhões em iniciativas de impacto social até 2035, nos pilares de Educação & Cultura, Mobilidade & Cidades Sustentáveis e Saúde & Segurança.

O ICCR tem se consolidado como um dos principais patrocinadores da cultura no Brasil, apoiando museus em todo o Brasil, viabilizando a oferta de entradas gratuitas no Museu da Língua Portuguesa (SP), Instituto Tomie Ohtake (SP), no Museu do Amanhã (RJ) e na Fundação Casa Jorge Amado (BA).

O Instituto também ampliou a sua participação em feiras literárias, apoiando os principais projetos do país em 2024, como a Flip (Festa Literária Internacional de Paraty - RJ), a Flup (Festa Literária das Periferias - RJ), a Bienal do Livro de São Paulo, a Feira do Livro de São Paulo e a Festa Literária Internacional do Pelourinho (Flipelô – BA).

Ainda no âmbito cultural, o Projeto Centenários, que homenageia nomes de referência da literatura, arquitetura, música e artes plásticas no Brasil, por meio de exposições realizadas nas estações da Linha 4 - Amarela, administrada pela ViaQuatro, ampliou sua presença em 2024. Agora, os passageiros da estação Faria Lima podem conferir uma mostra da artista plástica Tomie Ohtake, enquanto a estação Mackenzie-Higienópolis expõe obras de Candido Portinari. Já os clientes da estação Oscar Freire podem contemplar as obras de Tarsila do Amaral e, na estação Pinheiros o espaço é dedicado à vida e à obra de Heitor Villa-Lobos, um dos maiores compositores brasileiros de todos os tempos.

O Instituto CCR firmou ainda parceria com a Fundação Osesp para criação da Estação CCR das Artes. A nova sala de espetáculos fica localizada no Complexo Cultural Júlio Prestes e, em 2025, terá programação voltada para as músicas clássica e popular, dança, teatro, literatura e cinema, além de atividades educacionais.

Ao longo de 2024, o Instituto também fortaleceu o pilar de Mobilidade e Cidades Sustentáveis, que visa contribuir para tornar as cidades importantes vetores do desenvolvimento sustentável. Um dos destaques foi a criação de uma coalizão inédita para fomentar soluções sustentáveis e acelerar a descarbonização do setor de transportes no Brasil. O movimento é liderado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), pelo Grupo CCR e pelo Observatório Nacional de Mobilidade Sustentável, do Inesper.

A intenção é contribuir com o Governo Federal e com a sociedade civil na definição das ações necessárias para cumprimento das metas de descarbonização, que serão estabelecidas no novo Plano Clima. Ao mesmo tempo, a iniciativa se prepara para apresentar seus resultados na COP30, em Belém, em novembro de 2025, buscando colocar o Brasil na vanguarda das discussões globais sobre a descarbonização do setor de transportes.

O Caminhos para a Cidadania, programa próprio do Instituto CCR, encerrou o ano de 2024 beneficiando mais de 6 mil professores em todo o Brasil. Os educadores tiveram acesso à plataforma de cursos da iniciativa, além de materiais de aula e jogos educativos. O programa impactou 280 municípios de 24 estados e o Distrito Federal. O destaque ficou para o Concurso Cultural, que selecionou 10 projetos escolares, que receberam recursos em benfeitorias para as escolas.

O Caminhos para a Saúde impactou mais de 70 mil pessoas em 2024, passando por 36 municípios de 13 estados brasileiros e beneficiando todas as plataformas de negócio do Grupo CCR. O programa foi realizado em diversos formatos, como em unidades fixas nas Rodovias (que realizam atendimentos de 2ª a 6ª feira), em eventos de corridas de rua, nos aeroportos administrados pela CCR, em estações de metrô, entre outros. As ações contaram com serviços variados de saúde e bem-estar para a população, como massoterapia, serviço odontológico, aferição de pressão arterial, exames de glicemia e colesterol, corte de cabelo, podologia e trancista. Todos os serviços são gratuitos para a população, que é atendida por ordem de chegada.

Em 2024, o Grupo CCR também fortaleceu seu Programa de Voluntariado, com mais de 3 mil colaboradores, aumento de 80% no número de inscritos em comparação ao ano anterior. Foram realizadas 73 ações sociais, beneficiando mais de 21 mil pessoas nas comunidades em que a Companhia atua nas suas plataformas de rodovias, aeroportos e mobilidade urbana.

Saiba mais em www.institutoccr.com.br.

2.4. Governança corporativa, Auditoria interna e Compliance

A CCR e suas controladas são signatárias do Pacto Global da ONU, em especial das iniciativas propostas pelo Grupo Temático Anticorrupção. Temos como princípio o respeito às leis e regulamentos aplicáveis aos nossos negócios, bem como o compromisso com a ética e a integridade em todas as nossas relações, internas e externas, privadas e públicas. Tais princípios fazem parte dos valores do Grupo CCR (cultura dos 3 "Is", Integridade, Integração e Impacto), das diretrizes do nosso Código de Conduta Ética e da Política de Empresa Limpa da CCR, alinhados aos regulamentos definidos pelo Novo Mercado da B3.

Com o comprometimento e apoio da Administração, reforçamos continuamente o Programa de Integridade, criado em atenção à Lei n.º 12.846/2013 e suas regulamentações, por meio do qual orientamos todos os colaboradores, acionistas, administradores e terceiros, em todos os níveis, sobre a necessidade de desenvolvimento de negócios sustentáveis e em conformidade com as políticas e normas internas, bem como em cumprimento à legislação dos países em que atuam. O Programa de Integridade conta com normas para doações e patrocínios, *due diligences* de terceiros, registros de conflitos de interesses, monitoramento de processos, interação com agentes públicos e pessoas politicamente expostas, orientações de conduta em períodos eleitorais e durante processos licitatórios, de M&A (*Mergers and Acquisitions*), entre outros.

A Política da Empresa Limpa trata especificamente da conduta de nossos colaboradores em relação aos agentes públicos em geral. A política visa dar transparência e rastreabilidade ao necessário relacionamento da CCR, no cumprimento de seu objeto social, com os órgãos públicos e seus agentes, procurando dessa forma mitigar riscos de condutas inadequadas. Dúvidas e possíveis desvios de conduta são temas tratados pelo Canal Confidencial da CCR, um canal de comunicação independente e anônimo, que auxilia a Companhia a monitorar a aderência de seus colaboradores às leis e normas internas.

O Programa de Integridade da CCR atende aos requisitos da norma ABNT NBR ISO37001 - Sistema de Gestão Antissuborno e ABNT NBR ISO37301 – Sistema de Gestão de *Compliance*, tendo como compromisso a melhoria contínua, a implementação das melhores práticas de mercado, para o combate ao suborno, corrupção e fraudes. Em 2024, expandimos o escopo do Sistema de Gestão de *Compliance* com aspectos *ESG* (ambiental, social e governança), incluindo o processo de asseguarção de reporte das emissões de gases de efeito estufa e condições dignas de trabalho, principalmente relacionados à segurança do trabalho.

Por meio das normas e políticas estabelecidas, treinamentos contínuos, programa de comunicação e avaliações de riscos, o Programa de Integridade da CCR vem adquirindo maturidade, mitigando riscos de corrupção e elevando a segurança empresarial. Todos os colaboradores, ao ingressar na Companhia e anualmente, declaram concordância com as nossas diretrizes, que constam no Código de Conduta Ética, Política Empresa Limpa e Política do Sistema de Gestão de *Compliance*.

Em 2024, divulgamos 28 comunicados ao público interno e externo tratando de nossas políticas e procedimentos e divulgando melhorias no Programa de Integridade. Treinamos presencialmente 1.041 colaboradores, mediante visitas do time de *Compliance* e Riscos a todas as unidades do Grupo CCR e 14.603 colaboradores via EAD (online), atingindo 92% do público-alvo. Além disso, realizamos 5.636 análises de terceiros (*due diligences*) considerados de maior risco, de acordo com nossas normas, sendo que 100% da nossa base ativa de fornecedores é continuamente atualizada e verificada. Oferecemos qualificação a 144

fornecedores estratégicos, com o curso *Hands On ESG & Integridade*, desenvolvido em parceria com a Fundação Dom Cabral. Ainda, performamos 192 testes de monitoramentos com o objetivo de medir a efetividade dos controles e a aderência das atividades da CCR às políticas e normas, resultando em 287 planos de ação para melhorias dos nossos controles internos. Durante o ano, nomeamos 9 colaboradores para atuarem como embaixadores de *Compliance*, sendo que ao todo, temos 51 embaixadores distribuídos em praticamente todas as unidades do Grupo CCR.

O Canal Confidencial da CCR recebeu 2.255 relatos em 2024, aumento de 29% em relação a 2023, em resposta às comunicações e treinamentos realizados, demonstrando o aumento da confiança de nossos colaboradores e públicos que se relacionam conosco, nos sistemas que compõe o nosso Programa de Integridade.

Em 2024, a área de *Compliance* criou e revisou 51 instrumentos normativos, além da avaliação de riscos para 261 solicitações de doação e patrocínios recebidas via portal, e 218 parcerias com foco social, dentre elas, programas de voluntariado e convênios.

A CCR e seu Conselho de Administração estão comprometidos com o aprimoramento contínuo de sua governança corporativa, que contempla iniciativas relacionadas a atualização e melhorias nos mecanismos de controle e da estrutura de governança da Companhia como um todo. As referidas iniciativas são implementadas por meio de diversas medidas, como:

- Revisão integral do processo decisório, incluindo alçadas de decisão, políticas e normas internas, bem como dos respectivos processos de Governança, *Compliance* e de Auditoria Interna, incluindo o Estatuto Social, o Código de Conduta Ética (2019/2020) e atualização do processo decisório em 2023;
- Criação do Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos Estatutário (2020);
- Implementação de ferramenta interna para acompanhamento de processos decisórios que dependam de aprovação de diferentes alçadas, viabilizando o rastreamento dos processos decisórios (2020);
- Aprovação do fluxo decisório para os temas relacionados a doações, patrocínios e responsabilidade social, que passaram a ser centralizados no Instituto CCR, com registro no Portal de Doações e Patrocínios (2020);
- Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Compliance, com reporte direto ao Conselho de Administração, que passou a ser responsável, além de Riscos, Compliance e Controles Internos, também por ESG (2021), Inovação (2023) e Energia (2024);
- Consolidação do modelo de governança e Compliance nas controladas com sócios (2021);
- Avaliação anual independente do Conselho de Administração (CA-CCR), comitês de assessoramento, secretaria de conselho e análise do resultado da avaliação, com proposição de aperfeiçoamentos contínuos no funcionamento dos fóruns avaliados;
- Aprovação pelo CA-CCR do Plano Diretor ESG (Environmental, Social and Corporate Governance), novo posicionamento estratégico ESG (2021) e revisão do Plano Diretor ESG (2023);
- Revisão da matriz de riscos pelo CA-CCR, seguindo metodologias consolidadas no mercado (2022 e 2023);
- Aprovação, pelo Conselho de Administração, da nova versão do Regimento Interno do Conselho de Administração da CCR e de seus Comitês de Assessoramento (2022 e 2023);
- Alteração do bloco de controle do Grupo CCR e Acordo de Acionistas, mantido o modelo de governança praticado (2022);
- Criação e posterior reestruturação dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da CCR, que atualmente são: (i) Comitê de Pessoas e ESG; (ii) Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos Estatutário; e (iii) Comitê de Estratégia (resultado da consolidação do Comitê de Resultados e Finanças e Comitê de Novos Negócios em um único Comitê) (2022);

- Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos Estatutário, 100% composto por membros independentes (2022 e 2023); e
- Obtenção da certificação internacional ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno e ISO 37301 – Sistema de Gestão de Compliance para todas as unidades do Grupo CCR.

A área de suprimentos tem a finalidade principal de fornecer os insumos e serviços necessários para que o Grupo CCR exerça a sua prestação de serviço com qualidade, de forma ágil e eficiente para o cliente final e representa todas as atividades de compra e contratação de serviços para as obras civis, manutenção e conservação dos ativos, insumos, produtos, armazenagem, beneficiamento, estoques internos e gerenciamento dos terceiros com quem se relaciona.

Para a CCR, todo empenho em governança representa criação de capital intelectual e um diferencial importante para a cooperação em consórcios e na gestão compartilhada em diferentes operações.

A Administração é profissional e desvinculada dos maiores acionistas. Os quatro maiores acionistas têm participações equilibradas, não havendo aprovação singular por qualquer um deles.

As ações da Companhia são negociadas no Novo Mercado, segmento que contempla empresas com os padrões mais rigorosos de governança da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

Além disso, atendendo às Resoluções da CVM e conforme disposto na Política de Transações com Partes Relacionadas, a Companhia informa ao mercado, anualmente, no mês de maio, por meio de seu Formulário de Referência, todos os contratos celebrados entre as empresas do Grupo CCR e suas partes relacionadas, vigentes em 31 de dezembro do exercício anterior e/ou celebrados nos últimos três exercícios sociais. Para que isso ocorra de forma transparente e eficiente, o plano de investimentos do Grupo CCR é previamente aprovado para cada um dos negócios e a aplicação dos recursos é, em parte relevante, financiada por terceiros que, constantemente, fiscalizam os preços e a execução, com apoio de profissionais e empresas especializadas. Todas as informações acima estão divulgadas no *site* da Companhia e da CVM, garantindo a rastreabilidade de seu processo decisório.

Visando o fortalecimento das práticas de Governança Corporativa, as áreas de Riscos, *Compliance*, Controles Internos e Auditoria Interna foram reestruturadas e os níveis de reporte dessas áreas sofreram adequações. O objetivo foi estabelecer um processo coordenado e contínuo de Riscos, *Compliance* e Controles Internos, validados pela Auditoria Interna.

A Auditoria Interna exerce uma função independente e seu escopo de atuação é amplo, visando contribuir para a confiabilidade dos relatórios financeiros, salvaguarda dos ativos e conformidade com leis e regulamentos internos. O reporte da Auditoria Interna é diretamente ao Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos (CAC).

O escopo das atividades de auditoria interna engloba, mas não se limita a análises objetivas de evidências, com o propósito de oferecer avaliações independentes ao CAC, à Administração e a partes externas sobre a adequação e eficácia dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controle do Grupo CCR. As análises de auditoria interna incluem analisar se:

- Os riscos relativos ao atingimento dos objetivos estratégicos do Grupo CCR estão devidamente identificados e geridos.

- As ações dos executivos, diretores, funcionários e terceirizados do Grupo CCR estão em conformidade com as políticas, procedimentos e leis, regulamentos e normas de governança aplicáveis.
- Os resultados das operações ou programas são consistentes com as metas e objetivos estabelecidos.
- As operações ou programas estão sendo conduzidos com eficácia e eficiência.
- Os processos e sistemas estabelecidos permitem a conformidade com as políticas, procedimentos, leis e regulamentos que poderiam impactar significativamente o Grupo CCR.
- As informações e os meios usados para identificar, mensurar, analisar, classificar e reportar tais informações são confiáveis e têm integridade.
- Os recursos e ativos são adquiridos economicamente, usados eficientemente e protegidos adequadamente.

São realizadas auditorias internas anuais, oriundas de plano de auditoria interna aprovado pelo Conselho de Administração (CA). O plano de auditoria interna é monitorado pelo Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos, que se reporta periodicamente ao CA da Companhia. Os objetos de auditoria interna em 2024 foram: Gestão e cumprimento do contrato de concessão para Aeroportos e Rodovias, gestão e controle da operação para ativos de Rodovias e Mobilidade, saúde e segurança de terceiros em rodovias, gestão de desmobilização, gestão de implantações – *Capex*, segurança da informação, receitas comerciais para Mobilidade e Aeroportos, gestão de ativos, compras, contratos e terceiros, gestão de meio ambiente, gestão de estoques, gestão de *covenants*, gestão de metas, gestão de acessos, gestão de partes relacionadas, receitas acessórias em Rodovias, Instituto CCR e avaliação do processo de gestão de crises e continuidade de negócios. Adicionalmente realizou auditoria contínua de 18 indicadores durante o ano de 2024.

Todos os riscos muito altos, altos e médios, da matriz de riscos, são avaliados a cada 24 meses, sendo que 50% de cada risco é testado todos os anos.

Auditoria Interna de 2024 em números

As atividades desenvolvidas em 2024, pela área de Auditoria Interna, envolveram:

- 46 processos auditados em diferentes Plataformas e Unidades de Negócio (incluindo os realizados por consultoria contratada e pela auditoria interna corporativa);
- Revisão e atualização do “Universo Auditável” conforme rotação de ênfase aprovada;
- Reuniões com o Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos para os seguintes reportes: (i) *Status* do plano de auditoria; (ii) Resultados das auditorias internas executadas; e (iii) Acompanhamento do *status* de implementação dos planos de ação oriundos das auditorias internas executadas;
- Estabelecimento do Plano de Auditoria Contínua, com execução de 18 indicadores analisados.

Mais informações e detalhes sobre a atuação da CCR no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados no *site*, por meio do endereço www.grupoccr.com.br/ri.

A CCR acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a Companhia a superar desafios e limites.

Fundamentada nesta crença, a Companhia desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento dos colaboradores, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

2.5. Política de Remuneração

Nos termos da Política de Remuneração, os membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia fazem jus a remuneração integralmente fixa e ao recebimento do benefício de seguro de vida. Exceto para os conselheiros que são membros do Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos, os demais membros não recebem remuneração adicional pela participação em comitês de assessoramento do Conselho de Administração. Os membros suplentes do Conselho de Administração, quando indicados, não fazem jus a qualquer remuneração.

Os membros da Diretoria Estatutária da CCR têm sua remuneração composta pelos seguintes tipos de remuneração: fixa, variável e benefícios, conforme a descrição abaixo:

Remuneração Fixa	<p>A remuneração fixa é representada pelo salário base, fixado de acordo com a posição ocupada pelo profissional, sua representatividade, e os valores condizentes com o mercado selecionado e comparável com o Grupo CCR.</p> <p>Pesquisas salariais, com consultorias especializadas, são realizadas periodicamente, a fim de verificar a necessidade de atualização das faixas salariais e múltiplos de salários da remuneração variável.</p> <p>As alterações salariais podem ocorrer por:</p> <ul style="list-style-type: none">• Mérito, quando há reconhecimento de habilidades de alta performance, prática de comportamentos esperados e resultados efetivamente entregues no desempenho das atividades, resultante da avaliação periódica das competências comportamentais;• Promoção, em função do acesso a um nível de maior complexidade em relação ao atual;• Reavaliação do cargo, com base na revisão do posicionamento do cargo na tabela salarial, decorrente da alteração de seus deveres e responsabilidades, buscando a manutenção da consistência interna da estrutura de cargos e salários; e• Enquadramento, decorrente da adequação anual da remuneração fixa à evolução do mercado de referência, com base em pesquisas de mercado, para posicionar o salário-base no ponto inicial da faixa salarial do respectivo cargo.
Remuneração Variável	<p>Composta pela Participação nos Lucros e Resultados (Lei n.º 10.101/00 e Acordo PLR), realizada conforme o cumprimento ou superação de metas empresariais, e pelo Programa de Gratificação de Longo Prazo (PGLP), quando aplicável.</p> <p>Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR):</p> <ul style="list-style-type: none">• Naquilo que não contrariar o Acordo de Participação nos Lucros e/ou Resultados, a PLR é paga anualmente e deve ser pautada: (a) pelo incentivo aos profissionais da Companhia para que atuem na obtenção de melhores resultados anuais; (b) de acordo com a natureza da função do Diretor Estatutário da CCR; e (c) sua contribuição e impacto para os resultados da Companhia, sempre de forma comparativa às metas e critérios estabelecidos em programa elaborado pela Companhia.• A PLR é devida aos membros da Diretoria Estatutária que tenham mantido vínculo empregatício com a Companhia durante o período de apuração do Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR).• A PLR tem como condição para pagamento (gatilho), o atingimento mínimo da meta financeira do Grupo CCR.• A PLR será calculada a partir de múltiplos salariais pré-definidos de acordo com o <i>grade</i> (resultado obtido através da avaliação de cargos) do diretor estatutário da CCR.• A PLR será composta por meta financeira, metas coletivas e avaliação individual, independentes uma da outra, com pesos que levam em consideração a natureza da função e sua contribuição direta para os resultados da Companhia:

	<ul style="list-style-type: none"> Metas financeiras do Grupo CCR decorrentes de indicadores definidos e aprovados pelo Conselho de Administração; Metas coletivas desdobradas a partir dos objetivos estratégicos da Companhia. A definição e a apuração das Metas devem ser aprovadas em fóruns específicos; Avaliação individual com base na contribuição para implementação da estratégia. <p>Programa de Gratificação de Longo Prazo (PGLP):</p> <ul style="list-style-type: none"> O PGLP é um incentivo de longo prazo por meio da outorga de Ações Restritas (Ações de Retenção e Ações de Performance) como forma de premiação para a Diretoria Executiva e colaboradores considerados estratégicos para o Grupo CCR, em decorrência de avaliação de performance superior e com o objetivo de motivá-los e retê-los, bem como alinhar seus interesses aos da Companhia e de seus acionistas, para o crescimento e perpetuidade da empresa. O incentivo financeiro do PGLP ocorre pela valorização da ação da CCR e é proporcional ao atingimento da meta do <i>TSR</i> nas Ações por Performance, após um prazo de carência pré-determinado (<i>vesting</i>), no qual o colaborador outorgado deve permanecer no Grupo CCR. O cálculo do <i>TSR</i> é feito com base na variação entre o valor inicial da ação (CCRO3) no ano-base e o valor da ação apurada no ano anterior ao resgate, adicionando-se os dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos no período. Para a Diretoria Executiva, o PGLP considera a outorga de determinado valor definido pelo Conselho de Administração da CCR, que tem relação com um múltiplo de salários pré-determinado em função do <i>grade</i> do cargo ocupado pelo colaborador outorgado à época da respectiva outorga, cujo valor é convertido em quantidade de Ações Restritas. Para a definição deste valor, também são considerados os resultados da Avaliação Individual. Após o período de carência, o outorgado tem a opção de efetuar resgates até o prazo máximo definido para o programa.
Benefícios	<p>O pacote de remuneração também é composto por benefícios que incluem assistência médica e odontológica, seguro de vida em grupo, alimentação, previdência privada e veículo designado, conforme procedimentos definidos nos normativos internos de Transferência Nacional Definitiva. Na ocasião de transferência de domicílio para atendimento das necessidades dos negócios do Grupo CCR, serão contempladas as verbas de auxílio moradia e reaparelhamento, cobertura de despesas com viagem e hospedagem e despesas com mudança, conforme diretrizes do Grupo CCR.</p> <p>A Companhia:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não adota mecanismos de remuneração e indenização para administradores destituídos de seus cargos ou aposentados. Contudo, quando do desligamento de administradores e demais colaboradores de alto escalão, cabe ao Conselho de Administração, em cada caso concreto, a seu exclusivo critério, deliberar sobre o pagamento de valores indenizatórios e/ou verbas e gratificações rescisórias a tais pessoas, levando-se em consideração a sua trajetória profissional no Grupo CCR. Não concede benefícios de aposentadoria. Cumprimos a legislação (Lei n.º 9656/98 artigo n.º 30), onde é concedida a extensão do plano de saúde nos casos em que houve contributividade.

A proporção entre a remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização e a remuneração total anual média de todos os empregados aumentou em comparação ao ano de 2023, passando de 80 para 116 vezes, quando a remuneração total anual mais alta em 2024 foi de R\$ 11,7 milhões e a média dos demais colaboradores foi de R\$ 101 mil.

Utilizou-se para o cálculo da remuneração total anual o salário-base, provisão de férias, 13º salário e remuneração variável pagos no ano, exceto eventos extraordinários indenizatórios.

3. Desempenho Econômico-Financeiro

3.1. Mercado

Os nossos negócios estão divididos geograficamente da seguinte maneira:



Os estados em que a CCR atua, segundo estimativas mais recentes do IBGE, representavam 78% da população brasileira, em julho de 2024.

CCR S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas referentes
aos exercícios findos em
31 de dezembro de 2024 e 2023

3.2. Desempenho CCR

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO – CONSOLIDADO (R\$ MM)	2024	2023	Var.%
Receita Op. Bruta sem Construção	15.590.244	15.973.127	-2,4%
Receita de Pedágio	8.975.150	8.264.206	8,6%
Outras Receitas	6.615.094	7.708.921	-14,2%
Deduções da Receita	(1.052.533)	(988.604)	6,5%
(-) Receita de Construção	7.246.080	3.948.202	83,5%
Receita Líquida sem Construção (a)	14.537.711	14.984.523	-3,0%
Custos e Despesas Totais (b+c+d)	(16.601.568)	(12.888.313)	28,8%
Custos Caixa (b)	(7.015.304)	(6.747.759)	4,0%
Pessoal	(2.338.120)	(2.181.213)	7,2%
Serviços de terceiros	(1.994.007)	(1.603.160)	24,4%
Outorga	(252.953)	(200.222)	26,3%
Outros Custos e Despesas	(2.430.224)	(2.763.164)	-12,0%
Custos não Caixa (c)	(2.340.184)	(2.192.352)	6,7%
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	(1.716.427)	(1.573.148)	9,1%
Provisão de Manutenção	(490.650)	(482.782)	1,6%
Despesas Antecipadas da Outorga	(133.107)	(136.422)	-2,4%
Custo de Construção (d)	(7.246.080)	(3.948.202)	83,5%
Não Recorrentes (e)¹	759.081	(466.034)	-262,9%
EBITDA ajustado (a+b+e)⁵	8.281.488	7.770.730	6,6%
Margem EBITDA ajustada⁶	57,0%	58,8%	-1,8 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(3.092.390)	(3.212.477)	-3,7%
Despesas Financeiras	(4.679.853)	(5.540.672)	-15,5%
Receitas Financeiras	1.587.463	2.328.195	-31,8%
Resultado de Equivalência Patrimonial	246.666	179.392	37,5%
Lucro Antes do IRPJ & CSLL	2.336.499	3.011.327	-22,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	(1.307.484)	(1.318.781)	-0,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	282.600	161.955	74,5%
Lucro antes da participação dos acionistas não controladores	1.311.615	1.854.501	-29,3%
Participação dos Acionistas não Controladores	(62.920)	(149.661)	-58,0%
Lucro Líquido	1.248.695	1.704.840	-26,8%
Lucro Básico por ação (em reais - R\$)	0,61817	0,84398	-26,8%

CCR S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas referentes
aos exercícios findos em
31 de dezembro de 2024 e 2023

Reconciliação do EBITDA (R\$ MM)	2024	2023	Var. %
Lucro Líquido	1.248.695	1.704.840	-26,8%
(+) IRPJ & CSLL	1.024.884	1.156.826	-11,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	3.092.390	3.212.477	-3,7%
(+) Depreciação e Amortização	1.716.427	1.573.148	9,1%
EBITDA²	7.082.396	7.647.291	-7,4%
Mg. EBITDA²	32,5%	40,4%	- 7,9 p.p.
(+) Despesas Antecipadas ³	133.107	136.422	-2,4%
(+) Provisão de Manutenção ⁴	490.650	482.782	1,6%
(-) Equivalência Patrimonial	(246.666)	(179.392)	37,5%
(+) Part. de Acionistas não Controladores	62.920	149.661	-58,0%
(-) Não Recorrentes ¹	759.081	(466.034)	n.m.
EBITDA ajustado⁵	8.281.488	7.770.730	6,6%
Mg. EBITDA ajustada⁶	57,0%	58,8%	- 1,8 p.p.

1. Efeitos não recorrentes: (i) Em 2023: a receita de reequilíbrio da BH Airport de R\$ 27.855 mil, os custos de devolução do terreno do NASP de R\$ 121.376 mil, a receita do Acordo da Barcas de R\$ 569.921 mil, a receita do reequilíbrio da Aeris de R\$ 192.131 mil, a receita do reequilíbrio da ViaQuatro de R\$ 682.607 mil, a receita do reequilíbrio da ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 de R\$ 297.892 mil, o custo da provisão de contingência de multas na ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 de R\$ 68.548 mil, os custos do TAC da ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 de R\$ 150.000 mil e os custos das obras que não geram benefício econômico futuro na ViaOeste de R\$ 964.522 mil. (ii) Em 2024, os custos das obras que não geram benefício econômico futuro na ViaOeste de R\$ 759.081 mil. A margem EBITDA ajustada também exclui a Receita de Construção do seu cálculo.

2. Cálculo realizado segundo Resolução CVM n.º 156/2022, que consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pela despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e pelos custos e despesas de depreciações e amortizações. A Margem EBITDA é o resultado da divisão do EBITDA pela Receita Líquida com Receita de Construção.

3. Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, que é ajustada, pois se trata de item não-caixa das demonstrações financeiras.

4. A provisão de manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas da CCR, e trata-se de item não-caixa das demonstrações financeiras.

5. Calculado excluindo-se, provisão de manutenção, apropriação de despesas antecipadas da outorga e efeitos não recorrentes.

6. A margem EBITDA ajustada foi calculada excluindo-se os efeitos não recorrentes e a receita de construção, dado que esta receita é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais. Para cálculo da Margem EBITDA Ajustada, considerou-se a Receita Líquida Ajustada de R\$ 13.214.072 mil em 2023 e R\$ 14.537.711 mil em 2024, refletindo os efeitos não recorrentes e das Receitas de Construção na Receita Líquida.

(R\$ milhares)	2024	2023	Var. %
Endividamento bruto ¹	33.878.743	30.654.269	10,5%
Investimentos (caixa)	7.342.081	6.244.125	17,6%
Veículos equivalentes (em milhares)	1.218.671	1.174.867	3,7%

1. Dívida Bruta: somatória dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e de longo prazos (líquidos dos custos de transação).

Receita operacional bruta (excluída a receita de construção)

O principal impacto na Receita operacional bruta, ocorrido na rubrica de outras receitas, se deu pelos reequilíbrios reconhecidos em 2023, que não impactaram o ano corrente. Dentre os ativos, destacam-se (i) Barcas, com o "Acordo de Barcas" de R\$ 569.921 mil; (ii) ViaQuatro, com R\$ 682.607 mil; (iii) ViaMobilidade - Linhas 5 e 17, com R\$ 297.892 mil; e (iv) Aeris, com R\$ 192.131 mil.

Ainda na linha Receita operacional bruta, o crescimento em receitas de pedágios ocorreu pela maior tarifa média de 4,7% em relação ao ano passado, somado ao tráfego de veículos maior em 3,7%.

Custos e despesas totais

As principais variações na rubrica de custos e despesas totais estão destacadas abaixo:

Custos Caixa:

- **Custo com pessoal**

O aumento de R\$ 156.907 mil foi, principalmente, pelo impacto do dissídio anual médio de 3,86%, além das provisões para desmobilização da ViaOeste e Barcas.

- **Serviços de terceiros**

O aumento de R\$ 390.847 mil decorreu, sobretudo, em função dos serviços de conservação de pavimento rígido e flexível na ViaOeste, MSVia, RodoAnel Oeste e SPVias. Houve ainda aumento nos serviços de consultorias relacionadas ao Plano de Aceleração de Valor (PAV) e novos negócios.

- **Custo da outorga**

O aumento de R\$ 52.731 mil no custo de outorga decorreu, principalmente, pela maior receita de pedágio na AutoBAN, ViaOeste, SPVias e RodoAnel Oeste, além de maior receita aeroportuária em Curaçao.

- **Outros custos**

A redução de R\$ 332.940 mil decorreu, sobretudo, em função dos investimentos na ViaOeste que totalizaram R\$ 759.081 mil em 2024 em comparação a R\$ 964.522 mil em 2023, em obras que não geram benefício econômico futuro e, portanto, foram registradas como custo quando incorridas. Houve ainda, a provisão de custos de devolução do terreno do NASP no montante de R\$ 121.376 mil em 2023 mil, o que não ocorreu em 2024.

Custos não Caixa:

- **Depreciação e amortização**

O aumento de 143.279 mil na linha de depreciação e amortização ocorreu em função do acréscimo do saldo de intangível na ViaMobilidade – Linhas 8 e 9, este pela entrega de material rodante (novos trens), além do maior volume de obras na RioSP e ViaSul no período.

- **Provisão de manutenção**

O aumento de R\$ 7.868 mil na linha de provisão de manutenção se deu, majoritariamente, em função dos ciclos de manutenção de pavimento no RodoAnel Oeste e SPVias, compensados em parte pelo menor volume de provisões na AutoBAN.

Custo de construção:

A linha de custo de construção apresentou aumento, principalmente, pelo impacto de R\$ 1.539 milhões devido a entrega de material rodante (trens) ao longo de 2024 na ViaMobilidade – Linhas 8 e 9. Além disso, os Blocos Sul e Central contribuíram com R\$ 695 milhões e R\$ 370 milhões respectivamente, decorrentes das melhorias no escopo da fase 1-B. Por último, a RioSP apresentou aumento de R\$ 577 milhões, relacionado a ampliações, desapropriações, recuperação de pavimento e sistemas diversos nos trechos da região metropolitana e rural de São Paulo.

Resultado financeiro

A variação positiva na linha de resultado financeiro, no montante de R\$ 120 milhões, decorre do menor CDI anual médio acumulado de 2024 em relação ao exercício anterior (10,87% vs 13,04%, respectivamente), compensado parcialmente pelo maior IPCA do período (4,83% vs 4,62%, respectivamente).

Ainda sobre os indicadores, houve mudança no perfil da dívida do Grupo, sendo que as dívidas indexadas pelo CDI diminuíram de 48% para 38% em 2024 e as dívidas atualizadas pelo IPCA, aumentaram de 30% para 40%.

Além disso, verificou-se aumento de capitalizações de custos sobre empréstimos de R\$ 342 milhões na ViaMobilidade – Linhas 8 e 9, RioSP, ViaSul e nos Blocos Sul e Central, em linha com a execução de investimentos nos ativos.

Em contrapartida, os rendimentos sobre aplicações financeiras foram R\$ 266 milhões inferiores, devido ao caixa médio menor em relação ao ano anterior, além da redução do CDI anual médio.

Endividamento Bruto

Em 2024, o endividamento bruto consolidado alcançou R\$ 33.878.743 mil, em comparação a R\$ 30.654.269 mil em 2023, aumento de 10,52%.

Ao longo de 2024, a Companhia contratou dívidas de aproximadamente R\$ 21 bilhões, sendo que, destes, foram desembolsados R\$ 12,2 bilhões, conforme abaixo:

- *Liability management* - R\$ 2,25 bilhões na CCR Holding, R\$ 2 bilhões na AutoBAN, R\$ 875 milhões na SPVias, R\$ 200 milhões na ViaLagos, R\$ 92 milhões no RodoAnel Oeste e R\$ 31 milhões em Pampulha;
- Debêntures - R\$ 1,25 bilhão da 4ª emissão do *backstop* na ViaMobilidade – Linhas 8 e 9, R\$ 2,5 bilhões de duas séries da 2ª emissão na RioSP, R\$ 300 milhões na ViaCosteira, R\$ 940 milhões na ViaQuatro, R\$130 milhões, além de R\$ 318 milhões (líquido de *LM*) no RodoAnel Oeste, R\$ 125 milhões na ViaSul, R\$ 72 milhões no VLT Carioca e R\$ 19 milhões (líquido de *LM*) em Pampulha;
- BNDES - R\$ 850 milhões no Bloco Sul e R\$ 70 milhões no Bloco Central; e
- BNB - R\$ 138 milhões no Bloco Central.

Destaca-se a captação da RioSP junto ao BNDES, como sendo a maior operação de debêntures incentivadas da história, no montante de R\$ 10,75 bilhões, para obras em rodovias, sendo R\$ 9,4 bilhões em debêntures e R\$ 1,3 bilhões na modalidade FINEM.

Dentro do valor de R\$ 9,4 bilhões citado acima, R\$ 500 milhões são da Primeira Série de debêntures que foram caracterizadas como “debêntures de transição verde”.

As dívidas em dólar representavam 5,14% do endividamento bruto total e, como informação adicional, em 31 de dezembro de 2024, a exposição líquida em dólar das empresas com receitas em reais era de US\$ 10 milhões, referente aos fornecimentos de equipamentos para a ViaQuatro, ViaMobilidade – Linhas 5 e 17, e ViaMobilidade – Linhas 8 e 9.

Em 31 de dezembro de 2024, o endividamento bruto consolidado incluindo controladas em conjunto alcançou R\$ 36.145.794 mil, em comparação a R\$ 32.216.546 mil em 2023, aumento de 12,2%.

Investimentos Caixa (incluindo ativo financeiro e manutenção)

Em 2024, os investimentos somaram R\$ 7.342 milhões. As concessionárias que mais investiram foram RioSP, ViaMobilidade – Linhas 8 e 9, Bloco Sul e ViaSul.

Na RioSP, os investimentos são relativos à ampliação, desapropriações, recuperação de pavimento e sistemas de diversos trechos da região metropolitana e rural de São Paulo. Na ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, o principal impacto foi a implantação do material rodante (trens). Na ViaSul, os desembolsos foram com duplicações e reconstruções de infraestruturas perdidas na catástrofe climática ocorrida em maio. Os investimentos do Bloco Sul foram focados nas obras de melhorias dos terminais e melhorias operacionais, bem como adequação de infraestrutura.

Dividendos Pagos

No dia 30 de abril de 2024, a Companhia realizou o pagamento de aproximadamente R\$ 536.219 mil em dividendos, correspondentes a R\$ 0,26586176875 por ação, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 2024.

Adicionalmente, no dia 29 de novembro de 2024, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 304.420 mil em dividendos, correspondentes a R\$ 0,15118052193 por ação, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração de 30 de outubro.

4. Reconhecimentos e Prêmios

O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das suas controladas tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Em 2024, a Companhia recebeu prêmios e reconhecimentos de destaque, entre eles:

- A **BH Airport** conquistou os seguintes prêmios e reconhecimento: (i) 1ª posição na Pesquisa Nacional de Satisfação do Passageiro e Desempenho Aeroportuário, da Secretaria Nacional de Aviação Civil, na categoria entre 5 e 10 milhões de passageiros; (ii) O mais bem avaliado na oferta de serviços aos passageiros, segundo a ANAC; (iii) Prêmio Hugo Werneck de Meio Ambiente & Sustentabilidade na categoria “Melhor Exemplo de *ESG*”, da Revista Ecológico; (iv) Programa Aeroportos Sustentáveis, da ANAC, na categoria +10 milhões de passageiros; (v) Prêmio Aviação + Brasil 2024, do Ministério de Portos e Aeroportos; (vi) Certificação de Gestão de Experiência do Cliente no nível 2, da Airports Council International (ACI); (vii) Green Airport, do Airports Council International – América Latina & Caribe (ACI-LAC); (viii) Prêmio

“O Equilibrista”, do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF-MG), na categoria Empresa Destaque *ESG* 2024; (ix) Certificação Nível 3+, emitida pelo Programa Airport Carbon Accreditation (ACA).

- O **Aeroporto Internacional Mariscal Sucre**, administrado pela Quiport, conquistou o selo (i) Green Airport, do Airports Council International – América Latina & Caribe (ACI-LAC), pelas suas práticas em sustentabilidade; e (ii) World Airport Awards 2024, conquistando o título de melhor terminal regional da América do Sul e o segundo melhor entre todos os aeroportos da região.
- O **Aeroporto Juan Santamaria**, administrado pela Aeris, conquistou os seguintes reconhecimentos: (i) Certificação de Gestão de Experiência do Cliente no nível 4, da Airports Council International (ACI); e (ii) Green Airport, do Airports Council International – América Latina & Caribe (ACI-LAC).
- Os **Blocos Sul e Central** conquistaram o selo Green Airport, do Airports Council International – América Latina & Caribe (ACI-LAC), pelas suas práticas em sustentabilidade.
- **Project & Infrastructure Financing Awards**: O Grupo CCR conquistou o prêmio PIFA, da Latin Finance, na categoria "Airport Financing of the Year" pelo financiamento das concessões dos 15 aeroportos dos Blocos Sul e Central no Brasil.
- **Prêmio As 100+ Inovadoras no Uso de TI**: O Grupo CCR ficou entre as 100 empresas mais inovadoras na área de tecnologia da informação, de acordo com a Revista IT Fórum, em parceria com a EY.
- **Ranking Merco 2023**: O Grupo CCR foi considerado a empresa com a melhor reputação corporativa na categoria de Serviços de Infraestrutura.
- **GPTW Mulher**: O Grupo CCR ingressou na seleta lista das 25 melhores empresas brasileiras para as mulheres trabalharem.
- **Prêmio Empresas que Melhor se Comunicam com Colaboradores 2024**: O Grupo CCR foi reconhecido como uma das três empresas melhores do Brasil no prêmio concedido pelas Plataformas Melhor RH e Negócios da Comunicação e pelo Centro de Estudos da Comunicação (Cecom).
- **Prêmio Top of Mind do Transporte 2024**: A CCR RioSP foi reconhecida pela editora TranspoData pela gestão eficiente da Rodovia Dutra e do trecho da Rio-Santos entre Ubatuba (SP) e Rio de Janeiro (RJ).
- **Empresas Mais Influentes**: O Grupo CCR está entre as 100 empresas mais influentes do Brasil, destacando-se pela liderança no setor de infraestrutura de mobilidade. O reconhecimento foi concedido pela revista VEJA Negócios, em parceria com o LIDE - Grupo de Líderes Empresariais.
- **Prêmio Viaja São Paulo**: Pela segunda vez, a Rodovia dos Bandeirantes (SP) foi eleita a melhor estrada para viajar, segundo o Instituto Datafolha.
- **Análise Executivos**: Waldo Perez, vice-presidente Financeiro e de Relações com Investidores do Grupo CCR, foi eleito um dos 10 executivos mais admirados na área financeira, no setor de serviços, na 17ª edição do Análise Executivos.

- **Prêmio Destaques Maio Amarelo 2024:** As concessionárias de rodovias do Grupo CCR, foram destaque na categoria "Iniciativa Privada", por ter realizado mais de 220 ações de segurança no trânsito ao longo de maio, impactando mais de 150 mil pessoas em cinco estados. A premiação é concedida pelo Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV).
- **Pessoas Mais Influentes da América Latina:** Pelo segundo ano consecutivo, o *CEO* do Grupo CCR, Miguel Setas, foi reconhecido como uma das 500 Pessoas Mais Influentes da América Latina e Caribe, e uma das 178 mais influentes do Brasil, segundo a Bloomberg Línea.
- **Prêmio FINCON Awards:** O Grupo CCR foi eleito como a empresa de capital aberto que melhor se comunica com investidores, reguladores e outros *stakeholders* na categoria Logística & Rodovias.
- **Departamento Jurídico 4.0:** O setor jurídico do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) do Grupo CCR conquistou o certificado de inovação "Departamento Jurídico 4.0", concedido pela Associação Brasileira de Lawtechs e Legaltechs (AB2L).
- **Ranking GPTW 2024:** O Grupo CCR ficou, pela primeira vez, entre as 175 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil no Ranking GPTW, alcançando a nona posição na categoria "Gigantes", que considera organizações com mais de 10 mil colaboradores.
- **Galeria de Notáveis:** O CEO do Grupo CCR, Miguel Setas, foi homenageado como um dos executivos do ano pela Money Report, em reconhecimento às suas contribuições para o avanço da infraestrutura de mobilidade no Brasil.
- **Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas:** O Grupo CCR foi reconhecido na categoria Logística e Transporte, em premiação organizada pela Plataforma Negócios da Comunicação e pelo Centro de Estudos da Comunicação - Cecom.
- **Programa Empreendedor do Ano:** O *CEO* do Grupo CCR, Miguel Setas, foi um dos homenageados na categoria "Executivo-Empreendedor", em premiação concedida pela EY.
- **Prêmio Melhor RH Sudeste:** A diretora de Pessoas do Grupo CCR, Danila Cardoso, foi reconhecida como uma das líderes mais relevantes em sua área em premiação promovida pela Plataforma Melhor RH, em parceria com o Centro de Estudos da Comunicação - Cecom.
- **Prêmio Aberje:** A CCR Rodovias foi a vencedora na etapa regional São Paulo com o *case* do Movimento Afaste-se, na categoria Sociedade.
- **Top Open Corps:** A Companhia ficou no Top 4 da categoria Saneamento, Gestão de Resíduos e Infraestrutura no TOP Open Corps.
- **Prêmio Melhores do Ano em CSC:** A diretora do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) do Grupo CCR, Erika Matsumoto, conquistou o 1º lugar na categoria "Mulher Destaque" em premiação oferecida pela Associação Brasileira de Serviços Compartilhados (ABSC).

- **Pesquisa CNT de Rodovias:** Quatro trechos de vias operadas pelas concessionárias CCR RodoAnel Oeste (SP), CCR AutoBAn (SP) e CCR ViaLagos (RJ), entraram no *ranking* das 10 mais bem avaliadas pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), sendo reconhecidas pela qualidade da infraestrutura, pela segurança viária e pelos serviços prestados aos usuários.
- **Selo de Igualdade Racial:** O Grupo CCR foi condecorado pela Prefeitura de São Paulo na categoria Compromisso, pelas suas ações para combater o racismo no mercado de trabalho, promovendo a igualdade étnico-racial e a reparação histórica à população negra.
- **Prêmio Destaques ANTT:** A CCR RioSP venceu a categoria de Eficiência Energética com o projeto de reaproveitamento de material fresado na recuperação do pavimento, desenvolvido no Centro de Pesquisa Rodoviárias (CPR).
- **Prêmio Maiores & Melhores do Transporte:** A ViaQuatro foi eleita a melhor empresa na categoria “Ferroviário de Passageiros” e a CCR AutoBAn, a melhor a companhia na categoria “Concessionária de Rodovias”, em premiação promovida pelas revistas Transporte Moderno e Technibus, da editora OTM.

5. Considerações finais

5.1. Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas investidas no Brasil não contrataram seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa, em montante ou natureza que pudesse afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.2. Cláusula Compromissória

A CCR está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante em seu Estatuto Social.

5.3. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

5.4. Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos clientes, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços, a todos os colaboradores do Grupo CCR e demais *stakeholders*.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2025.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da
CCR S.A.**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CCR S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CCR S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão – individuais e consolidadas

Veja as Notas 3.9 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia avaliou a existência de indicadores sobre a desvalorização dos ativos não financeiros em determinadas controladas e controladas em conjunto, consideradas como componentes significativos. A Companhia estimou o valor recuperável com base no valor em uso ou valor justo menos custo de venda, dos dois o maior, das suas unidades geradoras de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados.</p> <p>A determinação do valor em uso das UGCs, é baseado em fluxos de caixas esperados, descontados a valor presente com base em projeções econômico-financeiras, que leva em consideração o orçamento aprovado pela Companhia, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, envolvendo o uso de premissas relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação e taxas de descontos.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas a aplicação do método e da seleção das premissas, utilizadas para estimar o valor recuperável das UGCs que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas, utilizadas para estimar o valor em uso das UGCs, comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; e(ii) Teste, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, se os cálculos matemáticos, práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixas esperados na estimativa foram elaboradas de forma consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa do valor recuperável das UGCs; <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis o valor recuperável dos ativos não financeiros relacionados à concessão e respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos – individuais e consolidadas

Veja as notas 3.14 e 9.2 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia e determinadas controladas e controladas em conjunto possuem imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos devem ser reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados.</p> <p>As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia e fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, aprovado na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, envolvendo premissas relacionadas ao crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, taxas de inflação e volume de tráfego.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas a aplicação do método e da seleção das premissas, para se estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas utilizadas na estimativa de lucros tributáveis futuros, comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; e(ii) Teste, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, se os cálculos matemáticos foram elaborados de forma consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa das projeções de lucros tributáveis futuros; <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos e suas respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é

a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante		4.413.554	3.817.080	10.441.129	10.994.963
Caixa e equivalentes de caixa	7	463.014	581.354	4.187.905	4.548.717
Aplicações financeiras	7	1.438.056	1.727.493	2.204.382	2.455.438
Aplicações financeiras - conta reserva	7	7.727	8.002	316.583	172.482
Contas a receber das operações	8.1	114	-	1.097.331	955.016
Contas a receber dos Poderes Concedentes	8.1	-	-	1.134.560	1.358.173
Contas a receber de partes relacionadas	11	330.919	178.355	13.358	74.600
Mútuos com partes relacionadas	11	1.089.421	621.375	-	-
Estoques		-	-	499.822	416.519
Tributos a recuperar		197.585	99.541	489.952	321.952
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	10	-	-	127.371	133.107
Contas a receber de operações com derivativos	23.2	-	-	21.764	1.069
Adiantamentos a fornecedores		422	2.704	80.495	75.628
Adiantamentos a fornecedores com partes relacionadas	11	-	-	11.216	25.392
Dividendos e juros sobre o capital próprio	11	865.685	510.014	-	6.908
Ativos mantidos para venda	26	-	71.115	-	250.803
Despesas antecipadas e outros créditos		20.611	17.127	256.390	199.159
Não circulante		16.178.134	15.775.457	48.655.970	43.648.169
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras - conta reserva	7	-	-	214.124	109.861
Contas a receber das operações	8.1	-	-	52.046	780
Contas a receber dos Poderes Concedentes	8.1	-	-	5.555.052	6.452.971
Contas a receber de partes relacionadas	11	-	-	52.352	78.932
Mútuos com partes relacionadas	11	255.122	594.597	241.753	216.136
Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas	11	161.039	161.039	403	457
Estoques		-	-	105.553	69.512
Tributos a recuperar		99.218	160.807	159.204	311.727
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	-	-	1.420.872	1.225.877
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	10	-	-	1.538.757	1.666.128
Contas a receber de operações com derivativos	23.2	81.507	249.690	81.507	252.179
Despesas antecipadas e outros créditos		685	152	274.735	189.956
Investimentos	12	15.395.315	14.464.810	884.884	706.382
Imobilizado	13	100.378	64.787	1.195.723	853.793
Intangível	14	83.774	79.165	30.649.683	25.428.351
Infraestrutura em construção	14	-	-	5.930.178	5.792.938
Direito de uso em arrendamento		1.096	410	21.783	14.828
Propriedade para investimento	15	-	-	277.361	277.361
Total do Ativo		20.591.688	19.592.537	59.097.099	54.643.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares Reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante		849.616	1.587.150	6.131.865	8.482.420
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	368.923	276.364
Debêntures e notas comerciais	17	365.360	861.751	1.082.007	3.894.404
Contas a pagar de operações com derivativos	23.2	118.895	37.238	143.535	53.350
Fornecedores		65.497	37.556	1.273.128	1.247.057
Imposto de renda e contribuição social		8	8	407.092	301.536
Impostos e contribuições a recolher		34.550	40.266	419.987	380.697
Impostos, contribuições e multa com o Poder Concedente parcelados		-	-	3.954	3.174
Obrigações sociais e trabalhistas		253.956	199.823	622.457	520.084
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	11	3.954	1.782	42.212	44.804
Mútuos com partes relacionadas	11	-	-	226.128	197.934
Dividendos e juros sobre o capital próprio	11	283	405.180	167.002	479.911
Provisão de manutenção	19	-	-	511.472	204.198
Obrigações com os Poderes Concedentes	24.1 e 24.3	-	-	306.579	274.212
Passivo de arrendamento		873	397	13.381	10.056
Passivos mantidos para venda	26	-	-	-	141.134
Obrigações a executar		-	-	303.531	111.983
Receita diferida		-	-	5.771	4.035
Outras obrigações		6.240	3.149	234.706	337.487
Não circulante		6.133.181	5.543.234	38.963.148	33.083.483
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	7.568.193	7.481.203
Debêntures e notas comerciais	17	4.755.606	4.818.562	24.859.620	19.002.298
Impostos e contribuições a recolher		-	-	6.657	22.710
Impostos, contribuições e multa com o Poder Concedente parcelados		-	-	12.356	9.521
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	197.120	195.105	2.507.047	2.604.104
Pis e Cofins diferidos		-	-	16.156	16.584
Obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias		10.198	18.240	35.376	45.679
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	11	-	-	3.256	2.013
Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas	11	1.196	1.196	1.196	1.196
Mútuos com partes relacionadas	11	-	-	4.463	2.208
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	18.1	3.374	31	385.742	293.146
Provisão de manutenção	19	-	-	553.935	623.318
Provisão para passivo a descoberto	12	1.119.304	501.074	235	293
Obrigações com os Poderes Concedentes	24.3	-	-	2.454.805	2.396.270
Passivo de arrendamento		292	32	9.996	6.168
Contas a pagar de operações com derivativos	23.2	28.630	6.882	92.439	28.223
Obrigações a executar		-	-	252.184	412.668
Receita diferida		-	-	47.077	54.882
Outras obrigações		17.461	2.112	152.415	80.999
Patrimônio Líquido	20	13.608.891	12.462.153	14.002.086	13.077.229
Capital social		6.022.942	6.022.942	6.022.942	6.022.942
Reservas de capital		199.114	255.912	199.114	255.912
Reservas de lucros		5.930.611	5.306.264	5.930.611	5.306.264
Dividendo adicional proposto		319.928	131.322	319.928	131.322
Ajuste de avaliação patrimonial		1.136.296	745.713	1.136.296	745.713
Participações de acionistas não controladores		-	-	393.195	615.076
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		20.591.688	19.592.537	59.097.099	54.643.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas operacionais líquidas	21	61.098	117.232	21.783.791	18.932.725
Custos dos serviços prestados		(25)	(840)	(14.448.085)	(10.813.464)
Custo de construção		-	-	(7.246.080)	(3.948.202)
Serviços		(2)	(40)	(1.557.309)	(1.245.435)
Custo da outorga		-	-	(386.060)	(336.644)
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>		-	-	(1.628.787)	(1.494.232)
Custo com pessoal		(23)	(759)	(1.346.113)	(1.326.965)
Custo de obras		-	-	(758.931)	(964.522)
Provisão de manutenção	19	-	-	(490.650)	(482.782)
Materiais, equipamentos e veículos		-	-	(386.052)	(404.886)
Outros		-	(41)	(648.103)	(609.796)
Lucro bruto		61.073	116.392	7.335.706	8.119.261
Despesas operacionais		(337.642)	(256.425)	(2.153.483)	(2.074.849)
Despesas gerais e administrativas					
Despesas com pessoal		(176.093)	(107.084)	(992.007)	(854.248)
Serviços		(82.350)	(64.742)	(436.698)	(357.725)
Materiais, equipamentos e veículos		(3.390)	(2.345)	(38.202)	(31.268)
Depreciação e amortização		(35.200)	(35.000)	(87.640)	(78.916)
Indenizações		-	(189)	(7.612)	(150.189)
Despesas, provisões e multas indedutíveis		(1.366)	(2.551)	(11.297)	(132.932)
Provisão para perdas MSVia (adesão à Lei n.º 13.448/2017)		-	-	(71.651)	(73.575)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(9.306)	(10.685)	(69.811)	(69.499)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(350)	-	(63.739)	(53.787)
(Provisão) reversão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	18.1	(3.343)	(31)	(90.765)	(37.256)
Gastos com viagens e estadias		(4.456)	(4.637)	(23.327)	(22.985)
Água, luz, telefone, internet e gás		(751)	(507)	(15.149)	(16.190)
Despesas legais e judiciais		(38)	(51)	(8.088)	(9.203)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(1.588)	(1.241)	(9.613)	(8.870)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(426)	(659)	(11.417)	(8.858)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(5.536)	(6.156)	(5.700)	(6.563)
(Reversão) provisão para perda esperada - contas a receber das operações		-	-	(6.346)	19.783
Outras despesas (receitas) operacionais		(13.449)	(20.547)	(204.421)	(182.568)
Resultado de equivalência patrimonial	12	1.862.932	2.476.963	246.666	179.392
Resultado antes do resultado financeiro		1.586.363	2.336.930	5.428.889	6.223.804
Resultado financeiro	22	(335.653)	(607.882)	(3.092.390)	(3.212.477)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		1.250.710	1.729.048	2.336.499	3.011.327
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	9.1	(2.015)	(24.208)	(1.024.884)	(1.156.826)
Lucro líquido do exercício		1.248.695	1.704.840	1.311.615	1.854.501
Atribuível a:					
Acionistas da controladora		1.248.695	1.704.840	1.248.695	1.704.840
Acionistas não controladores		-	-	62.920	149.661
Lucro líquido por ação - básico (em reais - R\$)	20.10	0,61963	0,84465	0,61963	0,84465
Lucro líquido por ação - diluído (em reais - R\$)	20.10	0,61817	0,84398	0,61817	0,84398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício		1.248.695	1.704.840	1.311.615	1.854.501
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado		41	(228)	41	(228)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de pensão		41	(228)	41	(228)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado		390.542	(100.714)	403.598	(102.606)
Ajustes na conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior		398.175	(99.669)	398.175	(99.669)
Resultado de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	23.2	(7.041)	(4.879)	(7.041)	(4.879)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(592)	537	(592)	537
Ativação de <i>hedge</i> de fluxo de caixa		-	3.297	-	3.297
Ajustes na conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior - acionistas não controladores		-	-	13.056	(1.892)
Total do resultado abrangente do exercício		1.639.278	1.603.898	1.715.254	1.751.667
Atribuível a:					
Acionistas da controladora		1.639.278	1.603.898	1.639.278	1.603.898
Acionistas não controladores		-	-	75.976	147.769

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controladora

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares Reais)

	Nota	Capital social			Reservas de capital			Reservas de lucros					Dividendo adicional proposto	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital social subscrito e integralizado	Custos de captação	Transação com sócios	Ágio em transação de capital	Plano de Incentivo de Longo Prazo	Ações em tesouraria	Legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Reserva para equalização de dividendos e investimentos					
Saldos em 1º de janeiro de 2023		6.126.100	(103.158)	218.574	(77.443)	-	(8)	862.396	316.198	-	3.275.249	-	846.655	-	-	11.464.563
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.704.840	1.704.840
Aquisição de participação acionária - Controlar		-	-	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11)
Aumento de participação - VLT Carioca		-	-	-	4.999	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.999
Aquisição de mútuo - VLT Carioca		-	-	141.408	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	141.408
Ações em tesouraria - Recompra de ações		-	-	-	-	-	(44.825)	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.825)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações		-	-	-	-	13.218	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.218
Entregas de ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo		-	-	-	-	(1.505)	1.505	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(100.942)	-	-	(100.942)
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	-	-	-	85.242	-	-	-	-	-	-	(85.242)	-
Distribuição de dividendos em 25 de outubro de 2023		-	-	-	-	-	-	-	(316.198)	-	-	-	-	-	-	(316.198)
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(404.899)	(404.899)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	131.322	-	-	(131.322)	-
Reserva para equalização de dividendos e investimentos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.083.377	-	-	-	(1.083.377)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		6.126.100	(103.158)	359.982	(72.455)	11.713	(43.328)	947.638	-	-	4.358.626	131.322	745.713	-	-	12.462.153
Lucro líquido do exercício	20.11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.248.695	1.248.695
Distribuição de dividendos em 18 de abril de 2024		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(131.322)	-	-	-	(131.322)
Ações em tesouraria - Recompra de ações	20.12	-	-	-	-	-	(78.522)	-	-	-	-	-	-	-	-	(78.522)
Entregas de ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo	20.12	-	-	-	-	(1.359)	1.359	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	20.13	-	-	-	-	21.724	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.724
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	390.583	-	-	390.583
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	20.5	-	-	-	-	-	-	62.434	-	-	-	-	-	-	(62.434)	-
Reserva de retenção de lucros	20.8	-	-	-	-	-	-	-	-	102.186	-	-	-	-	(102.186)	-
Distribuição de dividendos em 30 de outubro de 2024	20.9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(304.420)	(304.420)
Dividendo adicional proposto	20.9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	319.928	-	-	(319.928)	-
Reserva para equalização de dividendos e investimentos	20.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	459.727	-	-	-	(459.727)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		6.126.100	(103.158)	359.982	(72.455)	32.078	(120.491)	1.010.072	-	102.186	4.818.353	319.928	1.136.296	-	-	13.608.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Consolidado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de capital			Reservas de lucros					Dividendo adicional proposto	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido acionistas da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		Capital social subscrito e integralizado	Custos de captação	Transação com sócios	Ágio em transação de capital	Plano de Incentivo de Longo Prazo	Ações em tesouraria	Legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Reserva para equalização de dividendos e investimentos						
Saldos em 1º de janeiro de 2023		6.126.100	(103.158)	218.574	(77.443)	-	862.396	316.198	-	3.275.249	-	846.655	-	11.464.563	358.187	11.822.750	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.704.840	1.704.840	149.661	1.854.501	
Aquisição de participação acionária - Controlar		-	-	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-	-	(11)	-	(11)	
Aumento de participação - VLT Carioca		-	-	-	4.999	-	-	-	-	-	-	-	-	4.999	(7.574)	(2.575)	
Aquisição de mútuo - VLT Carioca		-	-	141.408	-	-	-	-	-	-	-	-	-	141.408	-	141.408	
Ações em tesouraria - Recompra de ações		-	-	-	-	(44.825)	-	-	-	-	-	-	-	(44.825)	-	(44.825)	
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações		-	-	-	-	13.218	-	-	-	-	-	-	-	13.218	29	13.247	
Entregas de ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo		-	-	-	-	(1.505)	1.505	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aumento de capital - ViaMobilidade - Linhas 8 e 9		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	177.750	177.750	
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(100.942)	-	(100.942)	(1.892)	(102.834)	
Distribuição de dividendos de minoritários - ViaQuatro		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(42.385)	(42.385)	
Distribuição de dividendos de minoritários - RodoAnel Oeste		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(55)	(55)	
Distribuição de dividendos de minoritários - ViaMobilidade - Linhas 5 e 17		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.071)	(9.071)	
Juros sobre capital próprio - ViaQuatro		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.398)	(6.398)	
Juros sobre capital próprio - RodoAnel Oeste		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21)	(21)	
Juros sobre capital próprio - ViaMobilidade - Linhas 5 e 17		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.027)	(2.027)	
Juros sobre capital próprio - ViaMobilidade - Linhas 8 e 9		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.128)	(1.128)	
Destinações:																	
Reserva legal		-	-	-	-	-	85.242	-	-	-	-	-	(85.242)	-	-	-	
Distribuição de dividendos em 25 de outubro de 2023		-	-	-	-	-	-	(316.198)	-	-	-	-	-	(316.198)	-	(316.198)	
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(404.899)	(404.899)	-	(404.899)	
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	-	-	-	131.322	131.322	-	(131.322)	-	-	-	
Reserva para equalização de dividendos e investimentos		-	-	-	-	-	-	-	1.083.377	-	-	-	(1.083.377)	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		6.126.100	(103.158)	359.982	(72.455)	11.713	(43.320)	947.638	-	4.358.626	131.322	745.713	-	12.462.153	615.076	13.077.229	
Distribuição de dividendos em 18 de abril de 2024		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(131.322)	-	-	(131.322)	-	(131.322)	
Lucro líquido do exercício	20.11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.248.695	1.248.695	62.920	1.311.615	
Aumento de Capital - ViaMobilidade Linhas 8 e 9		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	126.242	126.242	
Aumento de Capital - IBSA BVI		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	9	
Ações em tesouraria - Recompra de ações	20.12	-	-	-	-	(78.522)	-	-	-	-	-	-	-	(78.522)	-	(78.522)	
Entregas de ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo	20.12	-	-	-	-	1.359	1.359	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	20.13	-	-	-	-	21.724	-	-	-	-	-	-	-	21.724	165	21.889	
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	390.583	-	390.583	13.056	403.639	
Distribuição de dividendos de minoritários - ViaQuatro		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(371.834)	(371.834)	
Distribuição de dividendos de minoritários - RodoAnel Oeste		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(70)	(70)	
Distribuição de dividendos de minoritários - ViaMobilidade - Linhas 5 e 17		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.311)	(35.311)	
Distribuição de dividendos de minoritários - CAI		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.777)	(6.777)	
Juros sobre capital próprio - ViaQuatro		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.696)	(6.696)	
Juros sobre capital próprio - RodoAnel Oeste		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(117)	(117)	
Juros sobre capital próprio - ViaMobilidade - Linhas 5 e 17		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.711)	(2.711)	
Juros sobre capital próprio - CPA		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(757)	(757)	
Destinações:																	
Reserva legal	20.5	-	-	-	-	-	62.434	-	-	-	-	-	(62.434)	-	-	-	
Reserva de retenção de lucros	20.8	-	-	-	-	-	-	-	102.186	-	-	-	(102.186)	-	-	-	
Distribuição de dividendos em 30 de outubro de 2024	20.9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(304.420)	(304.420)	-	(304.420)	
Dividendo adicional proposto	20.9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	319.928	-	(319.928)	-	-	-	
Reserva para equalização de dividendos e investimentos	20.6	-	-	-	-	-	-	-	-	459.727	-	-	(459.727)	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2024		6.126.100	(103.158)	359.982	(72.455)	32.078	(120.491)	1.010.072	-	102.186	319.928	1.136.296	-	13.608.891	393.195	14.002.086	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício		1.248.695	1.704.840	1.311.615	1.854.501
Ajustes por:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	2.015	24.208	(282.600)	(161.955)
(Reversão) provisão para perda esperada - contas a receber das operações	8.1	-	-	5.658	(21.959)
Adições e remunerações do contas a receber dos Poderes Concedentes	8.1	-	-	(1.457.626)	(1.895.190)
Estimativa de perda Lei n.º 13.448/2017	8.1	-	-	71.651	73.575
Depreciação, amortização e impairment	13 e 14	33.847	34.582	1.553.329	1.414.430
Baixa do ativo imobilizado e intangível	13 e 14	341	869	59.062	124.534
Baixa arrendamento		-	-	1.630	-
Amortização do direito da concessão gerado em aquisições	13 e 14	-	-	140.653	135.108
Capitalização de custos dos empréstimos	13 e 14	-	-	(568.561)	(226.932)
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	18.1	4.415	1.558	265.685	388.035
Obrigações a executar		-	-	14.536	-
Constituição da provisão de manutenção	19	-	-	490.650	482.782
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	19	-	-	85.126	51.898
Varição monetária sobre obrigações com os Poderes Concedentes	22	-	-	171.790	165.496
Juros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	22	632.999	868.272	3.675.761	3.697.262
Resultado com operações de derivativos	22	318.446	83.390	370.268	88.445
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures	22	(321.388)	73.391	(378.271)	97.207
Juros e variação monetária sobre mútuos e fianças com partes relacionadas	22	(193.005)	(182.704)	17.185	22.034
Juros sobre impostos, contribuições e multas com os Poderes Concedentes parcelados	22	-	-	1.463	1.599
Ajuste a valor presente de obrigações com os Poderes Concedentes	22	-	-	78.555	80.737
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	22	29	170	6.153	(1.601)
Juros sobre mútuos com terceiros	22	-	-	17.066	18.821
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	22	174	64	3.624	5.009
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	22	-	(36.375)	20.265	(36.581)
Receita de reequilíbrio - Aeris, ViaQuatro, ViaMobilidade - Linhas 5 e 17, BH Airport e AutoBAN e baixa da parcela retida dos ex-acionistas de Barcas	21	-	-	-	(1.200.703)
Equivalência patrimonial	12.2	(1.862.932)	(2.476.963)	(246.666)	(179.392)
Apropriação de despesas antecipadas	10	-	-	133.107	136.422
Depreciação - Direito de uso em arrendamento		1.353	418	22.445	23.610
ISS, Pis e Cofins diferidos		-	-	2.860	3.952
Juros e variação monetária sobre Programa de Incentivo a Colaboradores		-	337	-	337
Rendimentos sobre aplicações financeiras		(101.159)	(104.439)	(221.761)	(236.697)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações		15.010	10.463	20.317	10.463
Perdas (Ganhos) em alienações e aquisições de investimentos - Samm e CILS		2.212	15.430	2.212	15.430
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) redução nos ativos					
Contas a receber das operações	8.1	(114)	-	(176.674)	(55.373)
Recebimento do contas a receber dos Poderes Concedentes	8.1	-	-	1.888.167	1.901.932
Contas a receber dos Poderes Concedentes	8.1	-	-	328.792	323.602
Contas a receber de partes relacionadas	11 e 25.1	(115.640)	33.400	50.731	(23.171)
Tributos a recuperar		(8.594)	(86.629)	(7.454)	(166.951)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		2.722.410	4.953.142	261.004	251.935
Adiantamentos a fornecedores		2.282	(2.339)	(4.867)	(11.139)
Adiantamentos a fornecedores com partes relacionadas		-	-	14.176	(25.392)
Estoques		-	-	(119.344)	(147.821)
Despesas antecipadas e outros créditos		1.735	(8.921)	(127.195)	(100.591)
Aumento (redução) dos passivos					
Fornecedores		28.099	(15.733)	19.316	496.434
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	11 e 25.1	1.821	(4.420)	24.241	8.622
Realização da provisão de manutenção	19	-	-	(337.885)	(146.935)
Obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias		46.091	20.765	92.070	38.988
Impostos e contribuições a recolher, parcelados e provisão de imposto de renda e contribuição social		(5.716)	(10.081)	1.289.735	1.188.492
ISS, Pis e Cofins diferidos		-	-	(2.318)	(2.129)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		-	-	(1.165.322)	(1.345.936)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	18.1	(1.072)	(1.527)	(174.920)	(200.006)
Obrigações a executar		-	-	16.528	18.927
Obrigações com os Poderes Concedentes	8.1 e 24.1	-	-	(159.527)	90.835
Pagamentos de obrigações com os Poderes Concedentes	24.1	-	-	-	(191.684)
Mútuos cedidos a terceiros		-	-	(17.066)	(141.705)
Passivo de contrato		-	-	(789)	-
Outras obrigações		18.254	(16.782)	93.965	125.800
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		2.470.608	4.878.386	7.172.545	6.817.411

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Liberção de mútuos com partes relacionadas		-	(73.828)	-	-
Mútuos com partes relacionadas (recebimentos)		-	200.290	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	13	(41.067)	(10.862)	(424.897)	(336.793)
Adições ao ativo intangível	14	(33.321)	(18.766)	(5.906.015)	(5.104.159)
Outros de ativo imobilizado e intangível	13 e 14	-	-	21.450	37.418
Aumento de capital em investidas e outros movimentos de investimentos		(1.457.236)	(1.346.092)	(461)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas		-	(161.000)	54	(460)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	7	390.596	(244.662)	472.817	675.573
Redução de capital em investidas	12.2	288.900	738.000	-	-
Resgates / aplicações (conta reserva)	7	275	(2.829)	(248.364)	(60.495)
Ativos e passivos mantidos para venda		-	-	-	(28.555)
Alienação de investimentos		100.000	-	100.000	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(751.853)	(919.749)	(5.985.416)	(4.817.471)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Ações em tesouraria - Recompra de ações		(77.163)	(44.825)	(77.163)	(44.825)
Liquidação de operações com derivativos	23.2	(46.858)	(239.619)	(72.584)	(274.322)
Mútuos com Partes Relacionadas		-	-	-	(187)
Pagamentos de principal e juros		-	-	-	(187)
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais:					
Captações (líquidas de custos de transação)	25.2	2.242.891	-	12.032.957	10.772.063
Pagamentos de principal e juros	25.2	(3.113.849)	(3.415.699)	(12.374.263)	(12.838.402)
Arrendamento:					
Pagamentos de principal e juros	25.2	(1.477)	(462)	(27.303)	(27.921)
Dividendos pagos a acionistas da controladora	11 e 12.2	(840.639)	(390.025)	(748.651)	(382.393)
Dividendos pagos a acionistas não controladores	11 e 12.2	-	-	(424.273)	(61.085)
Aumentos/reduções de capital dos acionistas não controladores		-	-	126.416	177.779
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(1.837.095)	(4.090.630)	(1.564.864)	(2.679.293)
Efeito de variações da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa		-	-	16.923	(1.003)
(Redução) do caixa e equivalentes de caixa		(118.340)	(131.993)	(360.812)	(680.356)
Demonstração da (redução) do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		581.354	713.347	4.548.717	5.229.073
No final do exercício		463.014	581.354	4.187.905	4.548.717
		(118.340)	(131.993)	(360.812)	(680.356)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas					
Receitas operacionais	21	77.167	136.654	22.836.324	19.921.329
Outras Receitas		6.245	1.956	28.633	19.572
Provisão para perda esperada - contas a receber		-	-	(6.346)	19.783
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos serviços prestados		-	-	(3.298.582)	(3.203.980)
Custos de construção		-	-	(7.246.080)	(3.948.202)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(124.846)	(111.072)	(1.066.539)	(1.164.692)
Outorga		-	-	(464.615)	(417.381)
Provisão de manutenção	19	-	-	(490.650)	(482.782)
Valor adicionado bruto		(41.434)	27.538	10.292.145	10.743.647
Depreciação, amortização e impairment	13 e 14	(35.200)	(35.000)	(1.716.427)	(1.573.148)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		(76.634)	(7.462)	8.575.718	9.170.499
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	12	1.862.932	2.476.963	246.666	179.392
Receitas financeiras	22	1.065.646	1.542.666	1.587.463	2.328.195
Valor adicionado total a distribuir		2.851.944	4.012.167	10.409.847	11.678.086
Distribuição do valor adicionado					
Empregados					
Remuneração direta		132.955	76.399	1.464.771	1.393.266
Benefícios		13.823	6.633	481.047	441.644
FGTS		5.416	3.142	78.691	72.541
Outros		2.682	3.551	39.913	32.848
Tributos					
Federais		31.941	59.726	1.793.951	1.874.478
Municipais		3.497	7.352	530.154	487.245
Estaduais		18	40	7.614	13.255
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		1.398.159	2.145.532	4.566.304	5.430.118
Aluguéis		14.758	4.952	135.787	78.190
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos	20.9	304.420	404.899	304.420	404.899
Lucros retidos do exercício		944.275	1.299.941	944.275	1.299.941
Participação dos não controladores		-	-	62.920	149.661
		2.851.944	4.012.167	10.409.847	11.678.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da CCR S.A. (CCR ou Companhia) para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua. A CCR é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da CCR permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades.

A CCR é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede em São Paulo, capital, à Avenida Chedid Jafet, 222, bloco B, 5º andar, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) sob a sigla "CCRO3".

O exercício social da Companhia e de suas investidas inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Atualmente, o Grupo CCR é responsável por 3.615 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional.

No segmento de mobilidade urbana, é responsável pela prestação de serviços de transporte de passageiros em metrô, trens, veículos leves sobre trilhos e barcas, que somam aproximadamente 188,5 quilômetros de extensão, transportando aproximadamente 3 milhões de passageiros por dia.

No segmento de concessões aeroportuárias, é responsável pela administração e exploração de 17 aeroportos nacionais e 3 internacionais com capacidade para transportar mais de 40 milhões de passageiros embarcados por ano.

A seguir estão demonstradas as empresas que a CCR possui participação e os percentuais de participação pertinentes à CCR de forma direta ou indireta:

Holding e Serviços

Empresas	País	Investidoras	% de participação
CCR USA (em liquidação)	USA	CCR España Emprendimientos	100
Controlar (em liquidação)	Brasil	SIP	49,57
CPC	Brasil	CCR	100
Lam Vias	Brasil	CCR	100
SIP	Brasil	CCR	100
SPCP	Brasil	CCR	100



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rodovias

Concessões	País	Investidoras	% de participação	Km	Fim da concessão
AutoBAn	Brasil	CCR	100	317	Dezembro de 2037
MSVia	Brasil	CCR	100	845,4	Abril de 2044
ND (a)	Brasil	CCR	100	-	-
PRN (em liquidação) (a)	Brasil	CCR	100	-	-
PRVias (b)	Brasil	CCR	100	569	30 anos a partir da assinatura do contrato
RDN (a)	Brasil	CCR	100	-	-
Renovias	Brasil	CCR	40	346	Outubro de 2024
RioSP	Brasil	CCR	100	625,8	Fevereiro de 2052
RodoAnel Oeste	Brasil	CCR	100	32	Maio de 2038
Rota Sorocabana (b)	Brasil	CCR	100	460,0	30 anos a partir da assinatura do contrato
SPVias	Brasil	CCR	100	516	Setembro de 2029
ViaCosteira	Brasil	CCR	100	220,4	Agosto de 2050
ViaLagos	Brasil	CCR	100	57	Janeiro de 2047
ViaOeste	Brasil	CCR	100	169,3	Março de 2025
ViaRio	Brasil	CCR	67	13	Abril de 2047
ViaSul	Brasil	RS Holding	100	473,4	Fevereiro de 2049

Empresas relacionadas	País	Investidoras	% de participação
Inovap 5 (em liquidação)	Brasil	CCR	100
RS Holding	Brasil	CCR	100
Samm (c)	Brasil	CCR	100

- (a) As concessões foram encerradas, porém as empresas permanecerão ativas até que os assuntos do contrato de concessão sejam solucionados.
- (b) Concessões com operações previstas para o início de 2025.
- (c) Em 28 de maio de 2024, foi concluída a alienação na totalidade da participação da CCR no capital social da Samm.

Mobilidade Urbana

Concessões	País	Investidoras	% de participação	Km	Fim da concessão
Barcas	Brasil	CCR	100	-	Fevereiro de 2025
Linha 15 (a)	Brasil	CCR	80	-	-
Metrô Bahia	Brasil	CCR	100	41	Outubro de 2043
ViaMobilidade – Linhas 5 e 17	Brasil	CCR	83	27,8	Agosto de 2038
ViaMobilidade – Linhas 8 e 9	Brasil	CCR	80	79	Janeiro de 2052
ViaQuatro	Brasil	CCR	75	12,8	Junho de 2040
VLT Carioca	Brasil	CCR	95	28	Dezembro de 2038

Empresas relacionadas	País	Investidoras	% de participação
ATP	Brasil	Barcas	100
Five Trilhos	Brasil	ViaMobilidade – Linhas 5 e 17	100
Four Trilhos	Brasil	ViaQuatro	100
MTH (em liquidação)	Holanda	CCR	100
ON Trilhos	Brasil	ViaMobilidade – Linhas 8 e 9	100



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) A licitação estava suspensa, aguardando a adjudicação da concessão da Linha 15 - Prata. Entretanto, em 23 de julho de 2024, a Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo revogou a referida licitação por meio de decisão publicada no Diário Oficial naquela data.

Aeroportos

Concessões	País	Investidoras	% de participação	Aeroportos	Fim da concessão
Aeris	Costa Rica	Aeropuertos	42,50	1	Maio de 2036
		Desarrollos	52,40		
		Terminal	2,60		
BH Airport	Brasil	SPAC	51	1	Maio de 2044
Bloco Central	Brasil	CPC	100	6	Novembro de 2051
Bloco Sul	Brasil	CPC	100	9	Novembro de 2051
CAP	Curacao	CAI	100	1	Agosto de 2033
Pampulha	Brasil	CPC	100	1	Fevereiro de 2052
Quiport	Equador	Quiport Holdings	46,50	1	Janeiro de 2041

Empresas relacionadas	País	Investidoras	% de participação
Aeropuertos	Costa Rica	CCR Costa Rica Empreendimientos	48,77
		CCR Costa Rica Concesiones	51,23
CAI	Curacao	CCR España Concesiones	39
		CPA	51
CARE	Curacao	CAI	100
CCR Costa Rica Concesiones	Costa Rica	SJO	99,29
CCR Costa Rica Empreendimientos	Costa Rica	CCR España Concesiones	100
CCR España Concesiones	Espanha	CPC	100
CCR España Empreendimientos	Espanha	CPC	100
CPA	Brasil	CCR España Concesiones	80
Desarrollos	Costa Rica	CCR Costa Rica Empreendimientos	51
		CCR Costa Rica Concesiones	49
Green Airports	Ilhas Virgens Britânicas	CPC	100
IAF	Espanha	CPC	47
IBSA BVI	USA	Green Airports	50
		SJO	50
IBSA Finance	Barbados	IBSA BVI	100
Icaros	Equador	Quiport Holdings	100
Quiama	USA	CCR España Empreendimientos	50
Quiama Ecuador	Equador	Quiama	100
Quiport Holdings	Uruguai	CCR España Empreendimientos	100
SJO Holding	Ilhas Virgens Britânicas	CCR España Concesiones	99
SPAC	Brasil	CPC	75
Terminal	Costa Rica	CCR Costa Rica Empreendimientos	50
		CCR Costa Rica Concesiones	50

Outras informações

As concessões do Grupo CCR consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e receitas provenientes da exploração dos bens concedidos, tais como as das faixas de domínio e de áreas comerciais. As concessionárias são responsáveis por construir, reparar, ampliar, conservar, manter e operar a infraestrutura concedida, na forma dos respectivos contratos de concessão. Os Poderes Concedentes transferiram às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder na assinatura dos contratos de concessão, sendo responsabilidade destas zelar pela integridade dos bens que lhes foram concedidos, além de fazer novos investimentos na construção ou melhorias da infraestrutura.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas, que em geral são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, para alguns contratos de concessão rodoviária há previsão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Apesar dos contratos de concessão não incluírem cláusulas de renovação, com exceção da ViaLagos e Barcas, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

Os direitos dos Poderes Concedentes de rescindir os contratos de concessão do Grupo incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

Os contratos de concessão do Grupo poderão ser rescindidos por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como, o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pelas concessionárias do Grupo não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

1.1.1. Principais eventos regulatórios

a. Termo Aditivo n.º 9 - ViaQuatro e Termo Aditivo n.º 3 - ViaMobilidade – Linhas 5 e 17

Os Termos Aditivos n.º 9 da ViaQuatro e n.º 3 da ViaMobilidade – Linhas 5 e 17, firmados em 10 de junho de 2024 e 21 de junho de 2024, respectivamente, estabelecem a elaboração dos estudos necessários para análise da viabilidade e vantajosidade da extensão das linhas até Taboão da Serra e Jardim Ângela, respectivamente, cujos custos serão ressarcidos pelo Poder Concedente, limitado a R\$ 35.000 para cada concessão.

A partir do resultado dos estudos, o Poder Concedente analisará se será favorável à realização das obras de extensão. Para essa etapa será necessário assinar novo Termo Aditivo para cada concessão, se for o caso.

b. Termo Aditivo Modificativo n.º 23 - Renovias

Em 27 de setembro de 2024, foi celebrado o Termo Aditivo Modificativo n.º 23/2024 entre a Renovias e o Estado de São Paulo, para estender o prazo do contrato de concessão até 13 de abril de 2026, representando uma prorrogação de 547 dias. A extensão do prazo foi solicitada pelo Poder Concedente, em função do prazo da nova licitação, esperada para dezembro de 2025. O acordo não finaliza nenhuma discussão de reequilíbrio e indica



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

que esse prazo poderá ser inferior, caso o processo de licitação ocorra mais rápido que o esperado. Em função disso, nenhuma receita a título de reequilíbrio contratual foi reconhecida no ato da assinatura deste aditivo.

1.1.2. Demais eventos relevantes

a. Calamidade no Rio Grande do Sul

Por conta dos volumes extremos de precipitação pluviométrica nos meses de abril e maio de 2024, que ocasionaram decretação do estado de calamidade no Estado do Rio Grande do Sul, ocorreram bloqueios nas rodovias sob concessão da ViaSul durante este período. Como forma de apoiar no escoamento e transporte de ajuda e suprimentos para as regiões afetadas, a Companhia suspendeu temporariamente as cobranças em todas as praças de pedágio de suas rodovias entre os dias 5 e 19 de maio, retomando a cobrança parcialmente no dia 20 e integralmente no dia 30 de maio.

A Companhia possui seguro para cobertura de danos e perdas de receitas, que já foi acionado, bem como destaca que esses eventos climáticos se caracterizam como evento de caso fortuito ou força maior, cujos impactos estão sendo tratados junto ao Poder Concedente, visando recomposição do reequilíbrio contratual da ViaSul.

b. Alienação de quotas da Samm

Em 28 de maio de 2024, foi concluída a alienação da totalidade da participação da CCR no capital social da Samm, diante do cumprimento das condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, pelo valor de R\$ 100.000, sujeito a eventuais ajustes de preço no prazo estabelecido no contrato, resultando em ganho de capital no montante de R\$ 2.212, registrado na rubrica outras receitas operacionais, tendo como contrapartida, a baixa dos ativos e passivos disponíveis para venda.

c. Leilão - Rota Sorocabana

Em 30 de outubro de 2024, a Companhia sagrou-se vencedora da concorrência internacional n.º 01/2024 para a concessão dos serviços públicos, pelo prazo de 30 anos, de ampliação, operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários para exploração do sistema rodoviário do lote Rota Sorocabana. O montante de outorga fixa ofertado foi de R\$ 1.601.000. A assinatura do contrato de concessão está programada para o dia 4 de fevereiro de 2025 e o início das operações da concessão para 30 de março de 2025.

d. Autoprodução de energia por equiparação

Em 8 de novembro de 2024, a Companhia firmou com a Neoenergia Renováveis S.A., três contratos de: (i) compra e venda de ações e outras avenças cujos objetos foram a aquisição de 2,84% do capital social da Oitis 2 Energia Renovável S.A., 6,75% do capital social da Oitis 4 Energia Renovável S.A., e 5,25% do capital social da Oitis 6 Energia Renovável S.A., pelo montante de R\$ 21.650; e (ii) compra e venda de energia elétrica entre as mesmas partes com prazo de vigência de 16 anos.

As condições precedentes para a conclusão das operações foram cumpridas, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 28 de janeiro de 2025.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e. Leilão - Rodovia Integradas do Paraná - Lote 3

Em 12 de dezembro de 2024, a Companhia sagrou-se vencedora da licitação promovida pela ANTT, Edital de Concessão n.º 05/2024, para a concessão dos serviços públicos, pelo prazo de 30 anos, de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário - Lote PR3, ao oferecer o maior desconto sobre a tarifa básica de pedágio no percentual de 26,6%. Estima-se que o contrato de concessão seja assinado em 2 de abril de 2025 e o início das operações da concessão ocorra em 2 de maio de 2025.

f. Aquisição de participação - VLT Carioca

Em 13 de dezembro de 2024, foi celebrado instrumento contratual para aquisição da totalidade das ações detidas pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar no VLT Carioca, equivalente a 4,7273%, bem como para cessão à Companhia da totalidade dos direitos creditórios detidos pela Invepar em face da concessionária, relativos aos mútuos por ela concedidos. O acordo está sujeito à verificação de determinadas condições suspensivas.

A Companhia pagará à Invepar uma parcela no valor de R\$ 67.000, na data de fechamento da transação e uma parcela adicional no valor de R\$ 30.000, atualizada pelo IPCA, condicionada ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em favor da Concessionária.

Quando concluída, um ganho estimado de R\$ 156.719 será reconhecido no patrimônio líquido, que será ajustado pelos valores finais da transação.

g. Repactuação - MSVia

Em 18 de dezembro de 2024, a União, por intermédio do Ministério dos Transportes - MT e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, celebraram, com a interveniência do Tribunal de Contas da União - TCU e da Companhia, o Termo de Autocomposição decorrente da solução consensual para a resolução das controvérsias relativas ao contrato de concessão do Sistema Rodoviário da BR-163/MS, em conformidade com o Acórdão Plenário – TCU n.º 2.434/2024.

A partir da celebração do Termo de Autocomposição, o saldo do contas a receber de R\$ 339.574 referente a bens reversíveis e indenizáveis, apurados sobre o regime da ora extinta devolução amigável perante a Lei n.º 13.448, foi reclassificado para o ativo intangível e será amortizado considerando o prazo repactuado pelo novo contrato de concessão, a partir da assinatura do Termo Aditivo de Modernização Definitivo.

Após consulta pública, as ações da MSVia serão ofertadas ao mercado, por meio de um processo competitivo na B3, sendo permitido que a Companhia participe do leilão. Com a conclusão do processo competitivo, será celebrado o aditivo de modernização do contrato de concessão, preservando a continuidade da prestação do serviço público, bem como o interesse e a segurança dos usuários.

Para maiores informações, veja tópico 12.5.1.6 (a) da nota explicativa - Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões dos contratos de concessão.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h. Encerramento do contrato de concessão - Barcas

Em 10 de janeiro de 2025, o Governo do Rio de Janeiro assinou o contrato com o consórcio que será responsável pela operação das Barcas. O período de transição se dará do dia 10 de janeiro até 11 de fevereiro de 2025, data que marca o encerramento do contrato de concessão.

Após o término do prazo da concessão, a empresa entrará em dormência até que os assuntos decorrentes do contrato de concessão sejam solucionados.

Quanto aos reequilíbrios referentes ao 5º quinquênio e anos adicionais de operação, sua apuração continua em andamento junto ao Poder Concedente, sendo que quaisquer efeitos decorrentes ocorrerão após sua formalização.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Em 5 de fevereiro de 2025, o Comitê de Auditoria e *Compliance* e o Conselho Fiscal, respectivamente, analisaram e se manifestaram favoravelmente a estas demonstrações financeiras e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou em 6 de fevereiro de 2025.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado abrangente; e
- Remensuração a valor justo de participação anteriormente detida, quando da aquisição de controle de investidas.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- 15. **Propriedade para investimento:** determinação se um ativo deve ser classificado como propriedade para investimento;
- 26. **Ativos e passivos mantidos para venda:** determinação se um ativo deve ser classificado como mantido para venda;

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 3.9. **Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*):** principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;
- 8.1. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 9.2. **Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados;
- 14. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
- 18.1. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
- 19. **Provisão de manutenção:** estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa;
- 23. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1. Base de consolidação

Combinações de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e controle é transferido para o grupo.

A Companhia mensura o ágio como sendo o valor justo da contraprestação transferida (incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na empresa adquirida), deduzido do valor justo dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Se o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente no resultado do exercício. No caso de aquisições de controle em negócios relacionados às atividades de concessão com prazos definidos, os ágios ou valores residuais são geralmente alocados ao direito de exploração da concessão e amortizados com base na expectativa de benefícios econômicos de cada negócio adquirido.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, incorridos em uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que incorridos.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, são registrados os valores justos provisórios conhecidos até então. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (1 ano), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

Controladas e controladas em conjunto

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que ele deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações financeiras de controladas são consolidadas de forma integral com destaque da participação de não controladores, caso a participação nas controladas não seja integral.

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resulte em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e quaisquer participações de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras de controladas em conjunto (empreendimentos que a Companhia controla, direta ou indiretamente, em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual) são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas mencionadas na nota explicativa n.º 12.

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros (prejuízos) acumulados das investidas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação;
- Eliminação dos tributos sobre a parcela de lucro não realizado. A eliminação é demonstrada como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado. Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida; e
- As participações de acionistas não controladores, no patrimônio líquido e no resultado do exercício nas controladas, foram destacadas na rubrica “Participação de acionistas não controladores”.

3.2. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários, adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quanto às diferenças cambiais resultantes da conversão de *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo, que são reconhecidas em outros resultados abrangentes.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em Real à taxa de câmbio média mensal.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes e acumuladas na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

3.3. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance; e (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio, metroviárias, aeroportuárias e de transporte aquaviário são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias, metrô, aeroportos e barcas.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento.

As receitas de multimídia (telecomunicações) são reconhecidas à medida da realização da prestação de serviços. O Grupo CCR também auferir receitas decorrentes de prestação de serviços administrativos para outras empresas do Grupo, não controladas, e as reconhece à medida da realização da prestação de serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Receitas de remuneração de contas a receber dos Poderes Concedentes são reconhecidas como complemento da receita das concessionárias, à medida que as concessionárias têm o direito de serem remuneradas pelos Poderes Concedentes em razão de implantação da infraestrutura, operação ou indenização.

Receitas de mitigação de demanda são créditos a receber dos Poderes Concedentes, oriundos de demanda real inferior à demanda projetada nos Contratos de Concessão e são reconhecidos à medida de sua apuração, conforme períodos previstos contratualmente.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 21.

3.4. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativo financeiro a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa n.º 23 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada, prospectivamente, quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir da data de descontinuação.

Hedge de fluxo de caixa: *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica *hedge* de fluxo de caixa, no patrimônio líquido e limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. As perdas ou ganhos relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista, resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como um ativo intangível, o valor acumulado na rubrica *hedge* de fluxo de caixa é incluído diretamente no custo inicial do item não financeiro quando este é reconhecido. O mesmo procedimento se aplica a operações de *hedge* descontinuadas, até o momento em que isso ocorrer.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*.

Quando não se espera mais que a transação objeto de *hedge* prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.6. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação.

3.7. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil de componente repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.8. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 14.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.16.

Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.9. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.11. Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

3.12. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.13. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

3.15. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.16. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1 / IFRIC 12)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

O direito de exploração da infraestrutura também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura, a exemplo do existente nas concessões da BH Airport, ViaMobilidade - Linhas 5 e 17, ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, Bloco Sul, Bloco Central, Pampulha e RioSP.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física.

Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

3.17. Informação por segmento

As informações por segmento são apresentadas de acordo com o IFRS 8 / CPC 22 - Informações por Segmento em relação aos negócios da Companhia e de suas controladas que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com outros componentes do Grupo CCR. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento, avaliação de seu desempenho e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como os ativos e passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento e itens que possam ser alocados em bases razoáveis. As informações por segmento são elaboradas com base nos números contábeis e sem ajustes extracontábeis.

3.18. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) da controladora e consolidado nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.19. Propriedades para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente registrada pelo seu custo, compreendendo qualquer dispêndio diretamente atribuível, e subsequentemente mensurada pelo método de custo.

3.20. Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.21. Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 26.

3.22. Adoção inicial de normas novas e alterações

O Grupo CCR adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024:

- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7;
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8);
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26 (IAS 1);
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06 (IFRS 16); e
- Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou *joint venture* – alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28).

3.23. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão.

Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CCR:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swap* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa pré-fixada acrescida de um componente de risco de crédito na data de mensuração.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas investidas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 7, 8, 11, 16, 17 e 23.

b. Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas investidas estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da London Interbank Offered Rate (Libor); (2) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos aos empréstimos em reais; (3) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (4) IGP-M e IPCA relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 7, 11, 16, 17, 23 e 24.

As tarifas das concessões do Grupo CCR são reajustadas por índices de inflação.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas e controladas em conjunto no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

As investidas financiam parte de suas operações com empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira vinculados ao dólar norte-americano (USD) equivalentes, em 31 de dezembro de 2024, a R\$ 613.921 (R\$ 841.888 em 31 de dezembro de 2023).

A Aeris e a CAP possuem operações com empréstimos e financiamentos em USD, que é a moeda funcional dessas investidas.

Para maiores detalhes, vide notas explicativas n.ºs 16 e 23.

d. Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas investidas fazem para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. A Administração avalia que a Companhia e suas investidas gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros derivativos e não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Controladora				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	571.848	576.792	1.317.897	1.320.133	3.795.886
Fornecedores e outras contas a pagar	71.737	17.461	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	3.954	-	-	-	-
AFAC - partes relacionadas	-	-	-	-	1.196
Dividendos e juros sobre o capital próprio	283	-	-	-	-
Contas a pagar de operação com derivativos	118.895	-	-	-	28.630



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos e financiamentos (a)	1.641.257	880.305	906.324	891.174	10.650.960
Debêntures e notas comerciais (a)	2.793.923	2.923.956	5.085.716	5.095.014	28.312.068
Fornecedores e outras contas a pagar	1.507.070	130.547	1.860	-	13
Mútuos com partes relacionadas	263.695	-	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	42.212	3.256	-	-	-
AFAC - partes relacionadas	-	-	-	-	1.196
Dividendos e juros sobre o capital próprio	167.002	-	-	-	-
Contas a pagar de operações com derivativos	143.535	-	-	-	92.439
Obrigações com Poder Concedente	313.388	163.508	163.508	163.508	2.842.343

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Segmentos operacionais

6.1. Resultados dos segmentos operacionais

A Companhia possui substancialmente operações no Brasil, exceto as participações em aeroportos e suas respectivas *holdings*, sendo que a carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

A seguir estão apresentados os resultados dos segmentos operacionais, com base nos números contábeis sem ajustes gerenciais:

	2024					2023				
	Rodovias	Mobilidade	Aeroportos	Não alocados (*)	Consolidado	Rodovias	Mobilidade	Aeroportos	Não alocados (*)	Consolidado
Receitas brutas	11.774.547	7.213.531	3.843.629	4.617	22.836.324	10.202.347	7.051.703	2.662.433	4.846	19.921.329
Receitas financeiras	363.890	235.755	84.479	903.339	1.587.463	456.679	363.308	119.997	1.388.211	2.328.195
Despesas financeiras	(1.381.146)	(1.189.595)	(707.800)	(1.401.312)	(4.679.853)	(1.284.101)	(1.277.295)	(829.398)	(2.149.878)	(5.540.672)
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	(886.141)	(386.036)	(379.426)	(64.824)	(1.716.427)	(843.144)	(307.231)	(356.728)	(66.045)	(1.573.148)
Imposto de renda e contribuição social	(864.239)	(174.799)	4.533	9.621	(1.024.884)	(836.649)	(430.125)	118.068	(8.120)	(1.156.826)
Resultado de equivalência patrimonial	71.487	-	175.582	(403)	246.666	51.929	-	127.890	(427)	179.392
Resultados dos segmentos divulgáveis após IR e CSLL	2.086.705	597.827	191.173	(1.564.090)	1.311.615	1.375.735	1.048.390	144.026	(713.650)	1.854.501

6.2. Ativos e passivos dos segmentos operacionais

	2024					2023				
	Rodovias	Mobilidade	Aeroportos	Não alocados (*)	Consolidado	Rodovias	Mobilidade	Aeroportos	Não alocados (*)	Consolidado
Ativos dos segmentos divulgáveis	23.491.770	20.061.091	10.249.931	5.294.307	59.097.099	21.354.571	18.876.517	8.626.337	5.785.708	54.643.132
Investimentos líquidos de passivo a descoberto em coligadas e controladas em conjunto	108.564	-	776.320	(235)	884.649	108.086	-	598.296	(293)	706.089
CAPEX	3.299.298	1.708.962	1.809.055	82.158	6.899.473	2.185.217	2.794.325	681.400	15.201	5.676.143
Passivos dos segmentos divulgáveis	(15.836.862)	(14.492.820)	(8.902.103)	(5.863.228)	(45.095.013)	(14.331.040)	(12.858.810)	(7.745.995)	(6.630.058)	(41.565.903)

(*) CCR, SPCP e eliminações.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	457	1.189	405.619	382.843
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	462.557	580.165	3.782.286	4.165.874
Total	463.014	581.354	4.187.905	4.548.717

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aplicações financeiras				
Circulante	1.445.783	1.735.495	2.520.965	2.627.920
Aplicações financeiras (a)	1.438.056	1.727.493	2.204.382	2.455.438
Conta reserva (b)	7.727	8.002	316.583	172.482
Não circulante	-	-	214.124	109.861
Conta reserva (b)	-	-	214.124	109.861
Total	1.445.783	1.735.495	2.735.089	2.737.781

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,75% do CDI, equivalente a 10,85% a.a., em 31 de dezembro de 2024 (102,05% do CDI, equivalente a 13,37% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2023).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
(b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a empréstimos e debêntures (notas explicativas n.ºs 16 e 17).

8. Contas a receber - Consolidado

8.1. Contas a receber líquidas

	2024	2023
Circulante	2.231.891	2.313.189
Contas a receber das operações (a)	1.117.955	969.982
Provisão para perda esperada (b)	(20.624)	(14.966)
Contas a receber dos Poderes Concedentes (c)	1.134.560	1.358.173
Não circulante	5.607.098	6.453.751
Contas a receber das operações (a)	52.046	780
Contas a receber dos Poderes Concedentes (c)	5.555.052	6.452.971
Total	7.838.989	8.766.940

- (a) Créditos a receber decorrentes das operações, tais como: receitas aeroportuárias, acessórias, de pedágio, aquaviárias e metroviárias;
(b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a). No que tange aos valores a serem recebidos dos Poderes Concedentes, não há provisão para perda esperada. A Administração considera reduzido o risco de crédito do contas a receber dos Poderes Concedentes, em função da ausência de histórico de não recebimento; e
(c) Créditos a receber dos Poderes Concedentes referentes a aporte, reequilíbrios, contraprestações pecuniárias fixas e variáveis, mitigação de demanda, indenizações de custos operacionais e bens reversíveis e indenizáveis para os negócios afetados da Companhia, cuja movimentação está demonstrada a seguir:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023			2024			Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Remuneração (h)	Transferência	Outros	
Circulante	1.358.173	439.390	(1.888.167)	41.017	1.791.385	(607.238)	1.134.560
Aporte (a)	97.667	-	(117.624)	1.500	-	36.289	17.832
VLT Carioca	97.667	-	(117.624)	1.500	-	36.289	17.832
Reequilíbrio (b)	219.123	8.373	(484.582)	1.177	469.433	(9.550)	203.974
BH Airport	-	8.373	-	1.177	-	(9.550)	-
ViaQuatro	183.464	-	(324.323)	-	325.667	-	184.808
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	35.659	-	(160.259)	-	143.766	-	19.166
Contraprestação pecuniária fixa (a)	550.173	3.725	(430.498)	971	493.996	(5.022)	613.345
VLT Carioca	282.091	3.725	(145.914)	-	191.853	(1.287)	330.468
Metrô Bahia	268.082	-	(284.584)	971	302.143	(3.735)	282.877
Contraprestação pecuniária variável (a)	18.365	130.953	(139.667)	-	20.243	(1.332)	28.562
VLT Carioca	9.050	35.749	(44.224)	-	20.243	-	20.818
Metrô Bahia	9.315	95.204	(95.443)	-	-	(1.332)	7.744
Mitigação de demanda	232.461	296.339	(473.657)	-	168.439	(2.597)	220.985
Metrô Bahia (c)	158.296	-	(183.278)	-	168.439	(2.597)	140.860
ViaQuatro (d)	33.046	119.620	(123.514)	-	-	-	29.152
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 (d)	31.185	122.937	(127.589)	-	-	-	26.533
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 (d)	9.934	25.443	(30.041)	-	-	-	5.336
VLT Carioca (d)	-	28.339	(9.235)	-	-	-	19.104
Indenizações de custos operacionais (e)	240.384	-	(241.731)	5.608	-	-	4.261
Barcas	240.384	-	(241.731)	5.608	-	-	4.261
Bens reversíveis e indenizáveis (f)	-	-	-	31.761	639.274	(671.035)	-
MSVia	-	-	-	31.761	639.274	(671.035)	-
Estudos de viabilidade (g)	-	-	(408)	-	-	46.009	45.601
ViaQuatro	-	-	(204)	-	-	26.592	26.388
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	-	-	(204)	-	-	19.417	19.213
Não circulante	6.452.971	162.753	-	814.466	(1.791.385)	(83.753)	5.555.052
Reequilíbrio (b)	2.030.614	-	-	266.265	(469.433)	-	1.827.446
ViaQuatro	1.768.381	-	-	247.637	(325.667)	-	1.690.351
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	262.233	-	-	18.628	(143.766)	-	137.095
Contraprestação pecuniária fixa (a)	3.683.107	-	-	527.122	(514.239)	-	3.695.990
VLT Carioca	1.562.435	-	-	200.137	(212.096)	-	1.550.476
Metrô Bahia	2.120.672	-	-	326.985	(302.143)	-	2.145.514
Mitigação de demanda (c)	37.302	162.753	-	-	(168.439)	-	31.616
Metrô Bahia	37.302	162.753	-	-	(168.439)	-	31.616
Bens reversíveis e indenizáveis (f)	701.948	-	-	21.079	(639.274)	(83.753)	-
MSVia	701.948	-	-	21.079	(639.274)	(83.753)	-
Total	7.811.144	602.143	(1.888.167)	855.483	-	(690.991)	6.689.612

- (a) Direito contratual de receber aporte público e/ou contraprestação pecuniária dos Poderes Concedentes, como parte da remuneração de implantação de infraestrutura pelas controladas, sendo que os valores são registrados pelos seus valores presentes, os quais são calculados pelas taxas internas de retorno de cada um dos contratos de concessão, à medida da evolução física das melhorias efetuadas. Como informação complementar da rubrica aporte, o montante de R\$ 36.289, apresentado na coluna de outros para o VLT Carioca, refere-se à transferência do intangível (Infraestrutura em construção), de obras reequilibradas do TIG, conforme previsto nos 5º, 8º e 9º Aditivos ao contrato de concessão;
- (b) Reequilíbrios aos contratos de concessão por (i) perda de receita tarifária resultante da redução de demanda de passageiros advinda da pandemia da COVID-19 para ViaQuatro (Termo Aditivo n.º 8) e ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 (Termo Aditivo n.º 2), (ii) atraso na conclusão das obras da Fase I da concessão e no seccionamento de linhas intermunicipais geridas pela EMTU, que será recebido pela ViaQuatro, através de adicional à tarifa de remuneração, conforme Termo Aditivo n.º 6, e (iii) revisão do fluxo de caixa da Marginal para BH Airport, referente à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão de 2023;
- (c) Créditos a receber do Poder Concedente, decorrentes de cláusula de mitigação de risco de demanda, em razão da demanda realizada ser menor em comparação à projetada, conforme anexo n.º 8 do contrato de concessão do Metrô Bahia. Do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2024, R\$ 140.860 é relativo ao 4º ano de operação plena (período de 1º de março de 2022 a 28 de fevereiro de 2023) e R\$ 31.616 é relativo aos 10 primeiros meses de apuração do 5º ano de operação plena (período de 1º de março de 2023 a 28 de fevereiro de 2024);



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (d) Saldo de mitigação de demanda para ViaMobilidade – Linhas 5 e 17, ViaMobilidade – Linhas 8 e 9, ViaQuatro e VLT Carioca, recebido ao longo do trimestre subsequente ao do fato gerador;
- (e) Indenização de Barcas a receber do Poder Concedente relativa ao 4º quinquênio, decorrente do Termo de Acordo homologado em 2 de março de 2023;
- (f) Indenização a receber do Poder Concedente em decorrência da devolução antecipada da concessão da MSVia, conforme legislação e regulamentação aplicável. O TAM n.º 3/2023 prorrogou o prazo para até março de 2025. O montante de R\$ 754.788 apresentado na coluna de outros refere-se a: (i) R\$ 71.651 pela estimativa de perda segundo a Lei n.º 13.448/2017, tendo sido aplicada a análise de recuperabilidade por valor justo, a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder Concedente, (ii) R\$ 330.075 pelo excedente tarifário sobre tarifas recebidas dos usuários, calculado após a assinatura do Termo Aditivo n.º 1, (iii) R\$ 13.488 pela atualização do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), e (iv) R\$ 339.574 pela transferência para imobilizado e intangível;
- (g) Créditos a receber do Poder Concedente, pelo ressarcimento de custos diretos e de gerenciamento incorridos com a elaboração dos Estudos de Viabilidade sobre a vantajosidade da inclusão de investimentos adicionais da ViaQuatro e ViaMobilidade - Linhas 5 e 17, conforme Termos Aditivos n.ºs 9 e 3, respectivamente. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 1.1.; e
- (h) Remuneração dos valores a receber dos Poderes Concedentes, decorrentes de juros e atualização monetária previstos nos contratos de concessão ou termos aditivos.

8.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2024	2023
Créditos a vencer	7.786.967	8.682.525
Créditos vencidos até 60 dias	28.635	28.712
Créditos vencidos de 61 até 90 dias	23.387	55.703
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	5.794	7.427
Créditos vencidos há mais de 180 dias	14.830	7.539
Total	7.859.613	8.781.906

8.3. Cronograma de recebimento (não circulante)

Cronograma de recebimento (não circulante)	2024	2023
2026	748.990	1.484.804
2027	562.988	561.381
2028	521.805	521.285
2029	489.021	484.221
2030 em diante	3.284.294	3.402.060
Total	5.607.098	6.453.751



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imposto de renda e contribuição social

9.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.250.710	1.729.048	2.336.499	3.011.327
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(425.241)	(587.876)	(794.410)	(1.023.851)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial (a)	641.105	849.864	83.866	60.993
Despesas indedutíveis	(3.083)	(1.987)	(31.107)	(22.562)
Provisões/atualizações do Programa de Incentivo à Colaboração	-	(188)	-	(188)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(5.639)	(6.535)	(10.284)	(14.065)
Juros sobre capital próprio	(136.965)	(159.623)	3.572	2.212
Incentivos (cultural, artístico e desporto) relativos ao imposto de renda	(30)	-	46.207	37.156
Lucros auferidos no exterior	396	-	(19.920)	(10.808)
IR e CS não constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(77.535)	(120.893)	(332.035)	(293.378)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	4.977	3.030	10.749	8.215
Outros ajustes tributários (b)	-	-	18.478	99.450
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.015)	(24.208)	(1.024.884)	(1.156.826)
Impostos correntes	-	-	(1.307.484)	(1.318.781)
Impostos diferidos	(2.015)	(24.208)	282.600	161.955
Alíquota efetiva de impostos	0,16%	1,40%	43,86%	38,42%

- (a) Os valores estão líquidos da amortização do direito de concessão gerado na aquisição de participação adicional na ViaQuatro e VLT Carioca; e
- (b) Refere-se, principalmente, a diferença de alíquotas de impostos sobre o resultado dos demais países em que as investidas estão localizadas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo	80.446	74.533	3.404.789	3.027.286
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	64.370	64.370	2.530.246	2.290.031
Provisões (b)	15.083	8.654	539.170	440.507
Estimativa de perda Lei n.º 13.448/2017 - MSVia	-	-	73.390	80.304
Ressarcimento de custos indenizáveis	-	-	4.755	4.364
Ajuste a valor presente	-	-	122.174	108.255
Operação assistida	-	-	5.696	8.673
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	963	861	19.540	13.081
Receita de construção (extrapolação de tributos sobre contraprestação pecuniária)	-	-	3.172	4.267
Variação cambial	-	-	7.920	-
Valor justo com operações de <i>hedge</i> e debêntures	-	638	-	464
Provisão TAC - ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	-	-	50.858	50.245
Lucro não realizado	-	-	27.485	27.095
Outros	30	10	20.383	-
Compensação de imposto ativo	(80.446)	(74.533)	(1.983.917)	(1.801.409)
Impostos ativos após compensação	-	-	1.420.872	1.225.877
Passivo	(277.566)	(269.638)	(4.490.964)	(4.405.513)
Receita de reequilíbrio - AutoBAN (c)	-	-	(1.518.320)	(1.618.328)
Receita de remuneração dos valores a receber dos Poderes Concedentes	-	-	(1.030.584)	(944.386)
Capitalização de juros	-	-	(786.902)	(627.487)
Receita de reequilíbrio - ViaQuatro e ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	-	-	(688.842)	(764.910)
Direito de concessão gerado na remensuração de participação societária	(114.776)	(122.483)	(114.776)	(122.483)
Diferenças temporárias - Lei n.º 12.973/2014 (d)	-	-	(87.390)	(95.352)
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação societária	(67.634)	(67.634)	(67.634)	(67.634)
Custo de transação de empréstimos	(11.447)	(12.106)	(127.755)	(79.641)
Resultado de operações com derivativos	(76.457)	(62.521)	(61.182)	(41.664)
Ganho na remensuração a valor justo na aquisição de participação societária	(4.894)	(4.894)	(4.894)	(4.894)
Valor justo com operações de <i>hedge</i> e debêntures	(2.358)	-	(2.685)	-
Variação cambial	-	-	-	(26)
Classificado como mantido para venda (Samm)	-	-	-	(31.305)
Outros	-	-	-	(7.403)
Compensação de imposto passivo	80.446	74.533	1.983.917	1.801.409
Impostos passivos após compensação	(197.120)	(195.105)	(2.507.047)	(2.604.104)
Imposto diferido líquido	(197.120)	(195.105)	(1.086.175)	(1.378.227)

Movimentação do imposto diferido	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	(195.105)	(168.322)	(1.378.227)	(1.526.272)
Reconhecimento no resultado	(2.015)	(24.208)	282.600	161.955
Reconhecimento no patrimônio líquido	-	(2.575)	13.312	(8.580)
Impostos diferidos sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	-	(710)	667
Ajuste acumulado de conversão	-	-	14.022	(6.672)
Outros	-	(2.575)	-	(2.575)
Movimentações patrimoniais	-	-	(3.860)	(5.330)
Alienação Samm	-	-	(3.132)	(5.330)
Compensação de parcelamentos com prejuízos fiscais e base negativas	-	-	(728)	-
Saldos em 31 de dezembro	(197.120)	(195.105)	(1.086.175)	(1.378.227)

- (a) A Companhia e suas investidas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	Consolidado
2025	-	55.962
2026	-	33.985
2027	-	62.460
2028	-	134.261
2029	-	192.407
2030 em diante	64.370	2.051.171
Total	64.370	2.530.246

- (b) Provisões: de manutenção, para riscos trabalhistas, tributários, fiscais, cíveis e contratuais, para participação nos resultados (PLR), para perda esperada – contas a receber e para programa de gratificação de longo prazo;
- (c) IR/CS diferidos sobre diferença temporária oriunda do registro da receita na AutoBAn, decorrente da celebração do Acordo Definitivo em 31 de março de 2022; e
- (d) Saldos de diferenças temporárias resultantes da aplicação do artigo 69 da Lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram concluídos os testes anuais de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas que estão constituídos, estando os saldos suportados por expectativa de resultados tributáveis futuros.

A CCR e algumas investidas, principalmente CPC e RDN, e parcialmente MSVia e Barcas, não registraram ativo fiscal diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas, nos montantes de R\$ 4.290.038 e R\$ 4.498.384, respectivamente, por não haver expectativa de geração de lucro tributável no longo prazo. Caso fossem registrados, o saldo do ativo fiscal diferido (IRPJ/CSLL) seria de R\$ 1.477.364 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.242.579 em 31 de dezembro de 2023).

10. Pagamentos antecipados relacionados à concessão - Consolidado

Trata-se de pagamentos antecipados ao Poder Concedente e a indenizações de contratos sub-rogados, apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

	2024	2023
Circulante	127.371	133.107
ViaLagos	286	286
AutoBAn	51.595	51.595
ViaOeste	1.912	7.648
RodoAnel Oeste	73.578	73.578
Não circulante	1.538.757	1.666.128
ViaLagos	6.026	6.312
AutoBAn	619.138	670.733
ViaOeste	-	1.912
RodoAnel Oeste	913.593	987.171
Total	1.666.128	1.799.235



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 133.107 (R\$ 136.422 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

11. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, controladas, controladas em conjunto, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

11.1. Controladora

Saldos	2024				2023					
	Controladoras	Controladas	Controladas em conjunto	Outras partes relacionadas	Total	Controladoras	Controladas	Controladas em conjunto	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	-	2.447.408	254.778	28.216	2.730.402	-	1.839.439	225.872	511.937	2.577.248
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	161.039	-	-	161.039	-	161.039	-	-	161.039
Aplicações financeiras	-	-	-	27.895	27.895	-	-	-	506.777	506.777
Bancos conta movimento	-	-	-	66	66	-	-	-	1.011	1.011
Contas a receber	-	317.891	13.028	-	330.919	-	168.543	9.743	69	178.355
Derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	3.728	3.728
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	865.685	-	-	865.685	-	510.014	-	-	510.014
Mútuos	-	1.102.793	241.750	-	1.344.543	-	999.843	216.129	-	1.215.972
Outros créditos	-	-	-	255	255	-	-	-	352	352
Passivo	909	2.846	1	274.714	278.470	364.261	1.694	2	1.367.153	1.733.110
Adiantamento para futuro aumento de capital	909	-	-	287	1.196	-	-	-	287	1.196
Fornecedores e contas a pagar	-	2.846	1	1.107	3.954	-	1.694	2	86	1.782
Derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	7.384	7.384
Debêntures	-	-	-	252.938	252.938	-	-	-	1.317.289	1.317.289
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	283	283	363.352	-	-	41.828	405.180
Outros débitos	-	-	-	20.099	20.099	-	-	-	279	279

Transações	2024				2023			
	Controladas	Controladas em conjunto	Outras partes relacionadas	Total	Controladas	Controladas em conjunto	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	(3.839)	(3.839)	-	-	(7.807)	(7.807)
Custos / despesas - benefício de vale alimentação de colaboradores	-	-	(26.710)	(26.710)	-	-	-	-
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	-	(506)	(506)	-	-	(706)	(706)
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	-	-	(32)	(32)	(61)	-	-	(61)
Custos / despesas - multas	-	-	-	-	(2.402)	-	-	(2.402)
Custos / despesas de infraestrutura utilizada	(4.962)	-	-	(4.962)	(3.987)	-	-	(3.987)
Despesas financeiras - derivativos	-	-	-	-	-	-	(84.863)	(84.863)
Despesas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	-	-	(14)	(14)	(104)	-	(10)	(114)
Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	-	-	(1.293)	(1.293)	-	-	-	-
Receitas de mútua cooperação	-	-	2.586	2.586	-	-	1.673	1.673
Receitas de venda de ativo imobilizado	273	7	-	280	141	6	-	147
Receitas de aplicações financeiras	-	-	15.258	15.258	-	-	96.096	96.096
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	-	-	74	74	836	-	462	1.298
Receitas de prestação de garantias em emissões de dívidas	72.549	3.302	-	75.851	132.031	3.325	-	135.356
Receitas financeiras - derivativos	-	-	-	-	-	-	62.656	62.656
Receitas financeiras - mútuos	158.739	30.143	1.369	190.251	153.047	29.844	-	182.891
Receitas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	3.105	-	-	3.105	2.599	-	-	2.599
Repasse de custos e despesas - CCR CSC	766.898	6.144	1.177	774.219	581.182	9.292	-	590.474
Repasse de custos e despesas de colaboradores	11.722	69	-	11.791	2.010	36	(387)	1.659
Imobilizado	35	-	-	35	-	-	-	-



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.2. Consolidado

Saldos	2024				2023			
	Controladoras da holding	Controladas em conjunto	Outras partes relacionadas	Total	Controladoras da holding	Controladas em conjunto	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	-	255.325	762.142	1.017.467	-	233.290	2.257.696	2.490.986
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	403	-	403	-	457	-	457
Aplicações financeiras	-	-	670.523	670.523	-	-	2.004.363	2.004.363
Bancos conta movimento	-	-	26.460	26.460	-	-	20.841	20.841
Adiantamento a fornecedor	-	-	11.216	11.216	-	-	25.392	25.392
Contas a receber	-	13.167	52.543	65.710	-	9.789	143.743	153.532
Derivativos	-	-	430	430	-	-	62.414	62.414
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	6.908	-	6.908
Mútuos	-	241.753	-	241.753	-	216.136	-	216.136
Outros créditos	-	2	970	972	-	-	943	943
Passivo	921	67	1.500.467	1.501.455	364.261	5	5.366.319	5.730.585
Adiantamento para futuro aumento de capital	909	-	287	1.196	909	-	287	1.196
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	13.258	13.258
Fornecedores e contas a pagar	12	67	45.389	45.468	-	5	46.812	46.817
Debêntures e notas comerciais	-	-	940.573	940.573	-	-	4.953.537	4.953.537
Derivativos	-	-	88.352	88.352	-	-	35.312	35.312
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	167.002	167.002	363.352	-	116.559	479.911
Mútuos	-	-	230.591	230.591	-	-	200.142	200.142
Outros débitos	-	-	28.273	28.273	-	-	412	412

Transações	2024			2023		
	Controladas em conjunto	Outras partes relacionadas	Total	Controladas em conjunto	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(13.382)	(13.382)	-	(14.288)	(14.288)
Custos / despesas - benefício de vale alimentação de colaboradores	-	(196.907)	(196.907)	-	-	-
Custos / despesas - serviços de suporte e manutenção de tecnologia	-	(1.670)	(1.670)	-	(3.655)	(3.655)
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	(408)	-	(408)	(1.451)	(12)	(1.463)
Custos / despesas - infraestrutura utilizada	-	(8.022)	(8.022)	-	(2.881)	(2.881)
Custos / despesas - doações	-	(20.652)	(20.652)	-	(20.405)	(20.405)
Custos / despesas - serviços de transporte de valores	-	(1.255)	(1.255)	-	(1.377)	(1.377)
Custos / despesas - serviços de treinamento de pessoal	-	(3)	(3)	-	(32)	(32)
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	(4.710)	(4.710)	(1.219)	(6.144)	(7.363)
Custos / despesas - outros gastos gerais	(220)	(1.264)	(1.484)	-	(43)	(43)
Custos / despesas - seguros	-	-	-	-	(61)	(61)
Custos / despesas - estoque	-	(393)	(393)	-	-	-
Despesa de prestação de garantias em emissões de dívidas	-	(10.835)	(10.835)	-	(7.461)	(7.461)
Despesas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	-	(2.744)	(2.744)	-	(3.831)	(3.831)
Despesas financeiras - derivativos	-	(69.477)	(69.477)	-	(13.529)	(13.529)
Despesas financeiras - mútuos	-	(35.823)	(35.823)	-	(50.904)	(50.904)
Receita de mútua cooperação	-	3.599	3.599	-	2.472	2.472
Receitas de aplicações financeiras	-	114.526	114.526	-	408.894	408.894
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	-	2.510	2.510	101	4.990	5.091
Receitas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	-	(3.122)	(3.122)	-	7.521	7.521
Receitas de serviços de transmissão de dados	43	684	727	-	-	-
Receitas de prestação de garantias em emissões de dívidas	3.301	-	3.301	3.325	-	3.325
Receitas financeiras - derivativos	-	-	-	-	-	-
Receitas financeiras - mútuos	30.143	-	30.143	29.844	-	29.844
Receita de venda de ativo imobilizado	7	-	7	-	-	-
Repasse de custos e despesas - CCR CSC	6.142	-	6.142	9.292	-	9.292
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(543)	-	(543)	(49)	(4.576)	(4.625)
Imobilizado / intangível	-	284.967	284.967	6	90.310	90.316



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.3. Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais-chave

	Diretores - Não estatutários			
	Controladora (a) (d)		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Remuneração	87.893	35.089	101.591	49.957
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	47.445	18.888	54.069	25.246
Outros benefícios:	40.448	16.201	47.522	24.711
Incentivo de longo prazo	3.090	1.826	3.090	1.826
Provisão para remuneração variável do ano	25.583	8.656	28.864	12.421
Complemento/(reversão) de provisão de PPR do ano anterior (b)	9.649	5.049	13.132	9.367
Previdência privada	2.037	644	2.335	1.061
Seguro de vida	89	26	101	36

	Diretores - Estatutários			
	Controladora (a) (d)		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Remuneração	55.053	36.674	76.988	41.860
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	30.383	23.516	45.975	38.293
Outros benefícios:	24.670	13.158	31.013	3.567
Incentivo de longo prazo	7.275	4.374	7.275	4.374
Provisão para remuneração variável do ano	15.061	13.060	21.737	19.496
Complemento/(reversão) de provisão de PPR do ano anterior (c)	1.498	(4.954)	629	(21.490)
Previdência privada	817	660	1.329	1.150
Seguro de vida	19	18	43	37

	Conselheiros			
	Controladora (a)		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Remuneração	11.089	9.484	11.297	9.602
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	11.021	9.426	11.229	9.544
Outros benefícios:	68	58	68	58
Seguro de vida	68	58	68	58

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 18 de abril de 2024, foi aprovada a remuneração anual e global para os Administradores (estatutários) e Conselho de Administração da Controladora no exercício social de 2024, no valor de até R\$ 52.332 (R\$ 49.179 em 31 de dezembro de 2023), no caso de cumprimento integral das metas fixadas (100%), podendo chegar a até R\$ 58.031, no caso de superação de 120% das referidas metas. Além disso, também foi aprovada a remuneração individual dos membros do Conselho Fiscal correspondente a 10% da remuneração média atribuída aos diretores estatutários da Companhia (não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros), conforme previsto no § 3º do artigo 162 da Lei n.º 6.404/1976 (Lei das S.A.).

Saldos a pagar aos profissionais-chave

	Controladora (a)		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Remuneração dos administradores	56.517	25.150	71.619	36.708



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Contempla o valor total de remuneração fixa atribuível aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e o valor da remuneração fixa e variável da diretoria estatutária e não estatutária, compreendendo no total 26 membros, em 31 de dezembro de 2024;
- (b) Refere-se a complemento / (reversão) de provisão de PPR em decorrência da apuração final do atendimento de metas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram efetuados pagamentos de PPR na controladora e consolidado no montante de R\$ 18.305 e R\$ 25.553, respectivamente;
- (c) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram efetuados pagamentos de PPR na controladora e consolidado no montante de R\$ 14.558 e R\$ 20.125, respectivamente; e
- (d) Do montante de R\$ 142.946 das remunerações da Diretoria estatutária e não estatutária da controladora, R\$ 95.005 foram rateados para as investidas.

11.4. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas

Taxas contratuais - mútuos	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Mútuo - Ativo		1.344.543	1.215.972	241.753	216.136
De CDI + 1,94% a.a. a CDI + 5% a.a.	Junho de 2028	1.209.906	1.094.761	107.116	94.925
TR + 9,89% a.a.	Janeiro de 2034	89.264	81.151	89.264	81.151
130% CDI	Janeiro de 2034	45.373	40.060	45.373	40.060
Mútuo - Passivo		-	-	230.591	200.142
De CDI + 1,71% a.a. a CDI + 5% a.a.	Dezembro de 2027	-	-	230.591	200.142
Total		1.344.543	1.215.972	11.162	15.994

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Mútuo - Ativo	1.344.543	1.215.972	241.753	216.136
Circulante	1.089.421	621.375	-	-
Não circulante	255.122	594.597	241.753	216.136
Mútuo - Passivo	-	-	230.591	200.142
Circulante	-	-	226.128	197.934
Não circulante	-	-	4.463	2.208

Taxas remuneração - garantias em emissão de dívidas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
De 0,80% a.a. a 2% a.a.	75.851	135.356	3.301	3.325
Total	75.851	135.356	3.301	3.325



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto

12.1. Composição dos investimentos em controladas e controladas em conjunto

Controladas e controladas em conjunto	Controladora		Resultado de participações societárias	
	Investimentos (provisão para passivo a descoberto)			
	2024	2023	2024	2023
No Brasil				
ATP	(1)	(1)	-	-
AutoBAn	533.077	450.693	1.113.647	997.154
Barcas	(373.218)	(128.615)	(244.845)	324.828
CPC	3.210.552	2.732.334	128.366	152.997
Inovap 5	863	672	191	(138)
Lam Vias	403	371	32	(52)
Linha 15	1.860	1.849	11	30
Metrô Bahia	1.456.185	1.422.465	115.989	137.773
MSVia	(316.911)	58.670	(375.701)	(329.709)
ND	(2.800)	(1.008)	(1.792)	(16.002)
PRN	610	1.752	(1.142)	(565)
RDN	(381.944)	(371.450)	(45.494)	(53.865)
Renovias	68.268	61.209	78.116	70.485
RioSP	3.158.523	2.647.040	537.556	464.063
RodoAnel Oeste	1.320.694	1.322.946	42.765	63.115
Rota Sorocabana	-	-	(1)	-
RS Holding	1.440.936	859.936	83.904	94.963
Samm (a)	-	-	(8.044)	(4.153)
SIP	334	319	(391)	(418)
SPCP	280.438	280.190	248	(121.734)
SPVias	255.631	287.272	173.219	175.931
ViaCosteira	1.004.445	1.025.005	62.211	104.365
ViaLagos	33.788	40.221	68.140	72.522
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	205.935	317.112	77.671	223.695
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	1.002.196	602.330	(105.387)	(188.403)
ViaOeste	(44.430)	31.247	(75.988)	(190.262)
ViaQuatro	453.074	1.261.083	327.425	573.983
ViaRio	40.690	47.271	(6.629)	(18.556)
VLT Carioca	477.039	521.424	(44.385)	(23.260)
No exterior				
MTH	-	9.470	(4.605)	(492)
Direito de concessão gerado na aquisição de negócios	449.774	481.929	(32.155)	(31.332)
Total	14.276.011	13.963.736	1.862.932	2.476.963
Investimentos	15.395.315	14.464.810		
Provisão para passivo a descoberto	(1.119.304)	(501.074)		

(a) Em 28 de maio de 2024, foi concluída a alienação da totalidade da participação da CCR no capital social da Samm. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 1.1.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado				
	Investimentos (provisão para passivo a descoberto)		Resultado de participações societárias	
	2024	2023	2024	2023
Controladas em conjunto				
No Brasil				
Controlar	(235)	(293)	(403)	(427)
Renovias	68.266	61.207	78.116	70.485
ViaRio	40.298	46.879	(6.629)	(18.556)
No exterior				
Corporación Quiport	634.027	470.367	157.080	112.954
IAF	1.581	5.345	2.440	1.594
Quiama	28.426	21.872	22.398	19.361
Direito de concessão gerado na aquisição de negócios	112.286	100.712	(6.336)	(6.019)
Total	884.649	706.089	246.666	179.392

12.2. Movimentação dos investimentos, líquido do passivo a descoberto

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	13.963.736	15.898.843	706.089	834.766
Resultado de equivalência patrimonial	1.862.932	2.476.963	246.666	179.392
Transação com sócios e aquisição de participação	-	7.574	-	(11)
Aumento/(redução) de capital	1.128.707	684.089	461	1.260
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(3.078.081)	(5.009.691)	(254.096)	(258.843)
Ajuste de avaliação patrimonial	390.583	(100.942)	185.481	(50.499)
Outras movimentações	8.134	6.900	48	24
Saldos em 31 de dezembro	14.276.011	13.963.736	884.649	706.089



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.3. Informações financeiras resumidas das controladas

Controladas	2024			2023			2024			2023		
	Ativo Circulante e Não Circulante	Passivo Circulante e Não Circulante	Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)	Ativo Circulante e Não Circulante	Passivo Circulante e Não Circulante	Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício		
No Brasil												
ATP	2.251	31.604	(29.353)	2.262	24.614	(22.352)	6.584	(9.001)	3.313	(5.853)		
AutoBA	7.488.651	6.953.845	534.806	7.588.350	7.135.892	452.458	3.807.042	1.113.612	3.423.034	998.818		
Barcas	199.325	572.542	(373.217)	366.589	495.204	(128.615)	107.775	(244.845)	685.047	324.828		
BH Airport	2.998.118	3.199.106	(200.988)	3.015.407	3.151.130	(135.723)	513.449	(65.265)	473.970	(91.812)		
Bloco Sul	4.637.421	3.675.577	961.844	3.650.511	2.654.069	996.442	1.615.756	(35.023)	845.503	(93.392)		
Bloco Central	1.648.111	1.139.273	508.838	1.243.446	872.248	371.198	795.167	30.100	383.330	(42.757)		
CPA	141.826	12.276	129.550	101.650	7.633	94.017	-	13.637	-	31.225		
CPC	3.317.089	103.265	3.213.824	2.861.897	126.152	2.735.745	19.814	128.228	22.085	153.983		
Five Trilhos	37.057	20.533	16.524	38.044	21.850	16.194	36.888	26.004	31.845	26.674		
Four Trilhos	66.376	29.339	37.037	48.966	30.436	18.530	73.514	58.667	55.567	47.933		
Inovap 5	1.052	189	863	962	290	672	-	191	-	(138)		
Lam Vias	404	1	403	369	(2)	371	-	32	-	(52)		
Linha 15	2.325	1	2.324	2.312	1	2.311	-	13	-	37		
Metrô Bahia	5.455.121	3.994.538	1.460.583	5.407.392	3.980.191	1.427.201	1.064.837	115.651	1.081.942	138.009		
MSVia	466.529	783.441	(316.912)	858.774	799.270	59.504	302.928	(376.536)	251.310	(329.894)		
ND	58.306	61.105	(2.799)	60.242	61.249	(1.007)	-	(1.792)	-	(16.218)		
ON Trilhos	9.590	4.622	4.968	7.792	3.753	4.039	10.421	6.623	7.292	5.384		
Pampulha	125.118	62.654	62.464	123.559	64.948	58.611	67.114	9.353	56.286	5.308		
PRN	2.733	2.123	610	3.711	1.959	1.752	-	(1.142)	-	(656)		
RDN	38.874	420.817	(381.943)	17.411	388.860	(371.449)	-	(45.494)	-	(53.865)		
RioSP	6.042.517	2.863.387	3.179.130	3.972.718	1.304.599	2.668.119	2.653.238	537.083	1.922.331	484.988		
RodoAnel Oeste	1.979.080	652.507	1.326.573	2.002.653	673.785	1.328.868	507.705	42.909	446.858	63.712		
Rota Sorocabana	14.516	14.516	-	-	-	-	-	(1)	-	-		
RS Holding	1.520.222	73.372	1.446.850	1.434.246	568.298	865.948	-	83.806	-	97.857		
SIP	568	234	334	612	293	319	-	(391)	-	(418)		
SPAC	260	102.504	(102.244)	334	69.221	(68.887)	-	(33.357)	-	(47.082)		
SPCP	282.995	2.557	280.438	282.826	2.636	280.190	-	248	-	(121.734)		
SPVias	1.817.521	1.560.267	257.254	1.739.719	1.450.214	289.505	1.219.702	172.609	1.109.856	177.833		
ViaCosteira	1.446.851	436.296	1.010.555	1.127.488	96.211	1.031.277	536.346	62.050	449.380	106.429		
ViaLagos	359.965	325.873	34.092	276.326	235.740	40.586	221.710	68.079	218.341	72.836		
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	1.266.008	1.018.889	247.119	1.258.826	878.321	380.505	695.360	93.215	906.739	268.412		
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	6.688.583	5.435.129	1.253.454	5.423.625	4.669.772	753.853	3.598.944	(131.967)	2.016.692	(234.608)		
ViaOeste	387.357	431.787	(44.430)	494.136	462.880	31.256	1.247.375	(75.997)	1.252.522	(190.267)		
ViaQuatro	3.801.206	3.196.752	604.454	3.828.289	2.146.434	1.681.855	1.148.575	436.509	1.582.890	765.426		
ViaSul	3.207.597	1.825.144	1.382.453	2.755.306	1.461.052	1.294.254	1.250.257	139.799	1.050.542	179.247		
VLT Carioca	2.623.150	2.121.892	501.258	2.580.766	2.032.869	547.897	475.688	(46.639)	683.607	(24.555)		
No Exterior												
Aeris Holding Costa Rica	1.004.088	1.167.068	(162.980)	1.100.221	1.233.185	(132.964)	429.156	3.368	573.264	167.767		
Aeropuertos	-	90.321	(90.321)	-	72.970	(72.970)	-	1.431	-	71.301		
CAI	232.524	13.785	218.739	172.426	10.777	161.649	-	40.590	-	74.970		
CAP	578.954	346.430	232.524	415.540	243.101	172.439	422.987	40.590	331.141	74.970		
CARE	6	7.558	(7.552)	5	5.909	(5.904)	-	-	-	-		
CCR Costa Rica	24.769	103.603	(78.834)	19.365	83.700	(64.335)	-	1.642	-	81.787		
CCR Costa Rica Concesiones y Participaciones	29.397	103.604	(74.207)	24.900	83.700	(58.800)	-	(663)	-	79.809		
CCR España Concesiones	589.831	104.315	485.516	470.644	84.298	386.346	-	6.581	-	195.409		
CCR España Empreendimentos	849.727	28.895	820.832	678.635	574	678.061	-	144.514	-	124.602		
CCR USA	21.394	-	21.394	16.820	-	16.820	-	(75)	-	(2.281)		
Desarrollos	-	111.360	(111.360)	-	89.966	(89.966)	-	1.765	-	87.910		
Green Airports	332.266	1.053	331.213	246.892	1.178	245.714	-	14.738	-	13.744		
IBSA	666	811	(145)	488.373	490.724	(2.351)	-	3	-	(4)		
IBSA Finance	(1)	668	(669)	487.518	488.039	(521)	-	-	-	-		
Icaros	15	82	(67)	67	-	67	-	(399)	-	(19)		
Quiport Holdings	647.335	213	647.122	508.247	78	508.169	-	157.519	-	112.958		
MTH	-	-	-	9.643	173	9.470	1.013	(4.605)	1.280	(492)		
SJO Holding	382.240	100.474	281.766	299.677	79.344	220.333	-	(1.576)	-	78.942		
Terminal	49.540	5.527	44.013	38.731	4.465	34.266	-	88	-	4.362		
Subtotal	62.877.424	43.313.724	19.563.700	57.555.220	38.844.253	18.710.967	22.829.345	2.476.479	19.865.967	3.861.464		
Controladora	20.591.688	6.982.797	13.608.891	19.592.537	7.130.384	12.462.153	77.167	1.248.695	136.654	1.704.840		
Ativos e passivos disponíveis para venda	-	-	-	302.915	231.800	71.115	33.129	(8.044)	91.401	(4.153)		
Eliminações	(24.372.013)	(5.201.508)	(19.170.505)	(22.807.540)	(4.640.534)	(18.167.006)	(103.317)	(2.405.515)	(172.693)	(3.707.650)		
Consolidado	59.097.099	45.095.013	14.002.086	54.643.132	41.565.903	13.077.229	22.836.324	1.311.615	19.921.329	1.854.501		



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.4. Informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto

Os valores apresentados a seguir não consideram o percentual de participação da CCR, ou seja, referem-se a 100% das informações financeiras dos empreendimentos controlados em conjunto.

Balanco patrimonial resumido	2024						
	Corporación	Quiama	Quiama	IAF	ViaRio	Renovias	Controlar
	Quiport	Quiama	Ecuador				
Ativo circulante	648.570	55.342	31.998	127.418	269.675	229.553	209
Caixa e equivalentes de caixa	258.570	28.914	4.210	2.951	55.296	65.185	91
Outros ativos	390.000	26.428	27.788	124.467	214.379	164.368	118
Ativo não circulante	4.450.488	1.894	-	2.361.828	862.614	52.290	217
Total Ativo	5.099.058	57.236	31.998	2.489.246	1.132.289	281.843	426
Passivo circulante	479.659	370	13.754	333.670	66.436	103.433	23
Passivos financeiros (a)	9.308	-	-	209.681	31.270	-	-
Outros passivos	470.351	370	13.754	123.989	35.166	103.433	23
Passivo não circulante	3.255.375	-	16.348	2.152.189	1.004.246	7.735	871
Passivos financeiros (a)	73.077	-	-	2.152.189	595.715	-	-
Outros passivos	3.182.298	-	16.348	-	408.531	7.735	871
Patrimônio líquido	1.364.024	56.866	1.896	3.387	61.607	170.675	(468)
Total do passivo e patrimônio líquido	5.099.058	57.236	31.998	2.489.246	1.132.289	281.843	426

Balanco patrimonial resumido	2023						
	Corporación	Quiama	Quiama	IAF	ViaRio	Renovias	Controlar
	Quiport	Quiama	Ecuador				
Ativo circulante	465.854	42.970	22.036	88.623	201.586	118.068	214
Caixa e equivalentes de caixa	255.026	21.842	2.470	10.741	66.719	71.270	184
Outros ativos	210.828	21.128	19.566	77.882	134.867	46.798	30
Ativo não circulante	3.536.729	1.274	-	1.915.030	888.395	194.575	209
Total Ativo	4.002.583	44.244	22.036	2.003.653	1.089.981	312.643	423
Passivo circulante	316.176	486	9.856	210.610	63.634	118.463	28
Passivos financeiros (a)	2.716	-	-	133.597	34.655	-	-
Outros passivos	313.460	486	9.856	77.013	28.979	118.463	28
Passivo não circulante	2.673.985	-	10.906	1.781.557	954.808	41.157	981
Passivos financeiros (a)	45.520	-	-	1.781.557	594.478	-	-
Outros passivos	2.628.465	-	10.906	-	360.330	41.157	981
Patrimônio líquido	1.012.422	43.758	1.274	11.486	71.539	153.023	(586)
Total do passivo e patrimônio líquido	4.002.583	44.244	22.036	2.003.653	1.089.981	312.643	423

(a) Saldo de empréstimos e debêntures.

Demonstração do resultado resumida	2024						
	Corporación	Quiama	Quiama	IAF	ViaRio	Renovias	Controlar
	Quiport	Quiama	Ecuador				
Receitas	1.260.972	46.962	89.824	-	193.731	232.567	-
Depreciação e amortização	(204.237)	-	-	-	(34.331)	(56.613)	-
Receitas financeiras	27.826	170	-	255.228	21.920	3.619	14
Despesas financeiras	(267.686)	(4)	(58)	(247.630)	(132.884)	(167)	-
Resultado de operações antes dos impostos	337.791	44.796	224	6.596	(15.038)	225.574	(815)
IR e CS	-	-	-	(1.348)	5.034	(30.279)	-
Resultado de operações	337.791	44.796	224	5.248	(10.004)	195.295	(815)
Outros resultados abrangentes	336.103	20.722	398	1.933	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	673.894	65.518	622	7.181	(10.004)	195.295	(815)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023						
	Corporación		Quiama				
Demonstração do resultado resumida	Quiport	Quiama	Ecuador	IAF	ViaRio	Renovias	Controlar
Receitas	997.333	41.788	82.374	-	186.542	665.167	-
Depreciação e amortização	(176.144)	-	-	-	(33.886)	(167.972)	-
Receitas financeiras	20.058	110	-	240.122	18.996	8.912	20
Despesas financeiras	(247.178)	(10)	(34)	(234.501)	(149.722)	(562)	-
Resultado de operações antes dos impostos	242.525	38.722	174	4.604	(42.355)	258.440	(863)
IR e CS	-	-	-	(1.177)	14.310	(82.228)	(2)
Resultado de operações	242.525	38.722	174	3.428	(28.045)	176.213	(865)
Outros resultados abrangentes	(90.456)	(4.258)	(88)	(2.071)	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	152.069	34.464	86	1.357	(28.045)	176.213	(865)

12.5. Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões dos contratos de concessão

A Companhia e suas investidas são partes em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões dos contratos de concessão.

No contexto das concessões em geral, processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre as concessionárias e os Poderes Concedentes (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (i.e. pandemia COVID-19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: (i) recebimento ou pagamento em caixa, (ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão, (iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

A Administração reitera sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis aos contratos de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

As demonstrações financeiras das investidas e da controladora não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões, exceto pelo tópico relacionado a “Relicitação” na MSVia (para maiores detalhes, vide nota 8.1 – Contas a receber líquidas e explicação “f” do quadro).

12.5.1. Processos em andamento

12.5.1.1 RDN

a. Processo administrativo de responsabilização – CGE/PR

Por meio da Resolução n.º 35, de 2 de outubro de 2019, a Controladoria Geral do Estado do Paraná (CGE/PR) instaurou processo administrativo de responsabilização (PAR), previsto no artigo 8º da Lei n.º 12.846/2013, com o objetivo de apurar eventuais responsabilidades administrativas em desfavor da concessionária. A concessionária se manifestou acerca do processo em 9 de dezembro de 2019.

Após tramitação administrativa, em 27 de outubro de 2021, o Controlador-Geral do Estado do Paraná proferiu decisão impondo penalidades à RDN, consistentes de multa, no valor histórico de R\$ 75.582 (na data base outubro de 2021), suspensão do direito de contratar e licitar com o Estado do Paraná pelo prazo de 2 anos e publicação extraordinária da decisão. Contra essa decisão, em 8 de novembro de 2021, a RDN interpôs recurso administrativo, com efeito suspensivo, o qual ainda não foi objeto de julgamento pelo Governador do Estado do Paraná.

b. Ação de Procedimento Comum n.º 1050217-49.2020.4.01.3400 – Invalidez da metodologia de fiscalização estabelecida pela Portaria DER/PR n.º 3/2019

Em 4 de setembro de 2020, a RDN ajuizou a ação de procedimento comum contra o DER/PR, Estado do Paraná, União Federal, ANTT, tendo por objeto o questionamento das autuações formalizadas com base na Portaria DER/PR n.º 03/2019, que promoveu a mudança de metodologia de fiscalização estabelecida pelo DER/PR, subtraindo uma etapa prévia à formalização consistente em notificação à concessionária para correção de não-conformidades operacionais, em violação ao que está previsto no contrato de concessão.

Em 29 de abril de 2024, foi proferida sentença julgando procedentes os pedidos da RDN. Em face da sentença, foram interpostos recursos de apelação pelo DER, pelo Estado do Paraná, pelo DNIT, pela União e pela ANTT. Em 5 de agosto de 2024, foram apresentadas contrarrazões pela RDN.

c. Ação Popular n.º 5056317-95.2021.4.04.7000 – Degrau Tarifário

Em 17 de março de 2006, foi proposta a Ação Popular em face do Estado do Paraná, da União Federal, do DER/PR, da AGEPAR, do DNIT, da ANTT, da RDN e de outras concessionárias paranaenses, requerendo o



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ressarcimento do erário em razão dos prejuízos causados pela cobrança de tarifas calculadas com base em degraú tarifário sem que tenha havido a conclusão das obras de duplicação.

Em relação à RDN, a controvérsia objeto desta ação foi incluída no acordo celebrado pela RDN e informado por meio do Fato Relevante divulgado no dia 7 de dezembro de 2022.

Em 25 de novembro de 2023, foi proferida sentença reconhecendo a perda superveniente de interesse em relação à RDN, extinguindo o processo, bem como determinando a remessa necessária. Em 13 de junho de 2024, os autores populares interpuseram recurso de apelação no tocante a honorários de sucumbência. Aguarda-se a análise da remessa necessária e do recurso de apelação.

12.5.1.2 ViaOeste

a. Marginais Castello – ampliações por nível de serviço SP 280 – km 23 a 32

O contrato de concessão estabelece que é obrigação da concessionária realizar ampliações da infraestrutura às suas custas para solucionar aumento do nível de serviço de tráfego, exceto quando se verifique a ocorrência de interferência urbana, hipótese em que será obrigação do Poder Concedente promover a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

Desde 2004, o segmento da rodovia, entre os km 23 e 32, tem demonstrado saturação, gerando assim discussão ainda não finalizada entre a concessionária e Poder Concedente sobre o impacto da interferência urbana no nível de serviço, bem como, pelo Poder Concedente, a apuração de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, em seu favor, decorrente de suposto atraso da concessionária na execução das obras de melhorias relacionadas ao nível de serviço. O processo segue em fase administrativa.

b. Sistema semiautomático de pedágio

O contrato de concessão estabelecia a obrigação das concessionárias ViaOeste, AutoBAn, Renovias e RodoAnel Oeste implantarem a modalidade de pagamento semiautomático (com cartão sem contato) no 1º ano de concessão (em 1998).

Embora a implementação do sistema dependesse de regulamentação, que só foi editada em 2018, o Poder Concedente sustenta haver um desequilíbrio em seu favor, entendimento que é contestado pelas concessionárias. O processo segue em fase administrativa.

12.5.1.3 RodoAnel Oeste

a. Ação Popular n.º 0617139-73.2008.8.26.0053 – Lei Estadual n.º 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo

Trata-se de Ação Popular em face do Estado de São Paulo, da ARTESP e dos acionistas do RodoAnel Oeste, CCR e Encalço Construções Ltda. (Encalço), com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 8 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo o RodoAnel Oeste recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 9 de janeiro de 2009, em virtude de suspensão de liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo.

Após tramitação judicial, o processo foi anulado desde a citação a fim de que o autor emende a petição inicial. Em 16 de setembro de 2021, o autor popular foi intimado a emendar a petição inicial para incluir no polo passivo agentes públicos e demais pessoas físicas que, no entender do autor popular, seriam responsáveis pelos atos considerados inválidos.

Em 24 de janeiro de 2024, foi proferido despacho determinando que o autor emende a inicial, sob pena de extinção. Aguarda-se a intimação do autor.

b. Processo n.º 1019383-89.2017.8.26.0053 – Reajuste Tarifário de 2013

O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor.

O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGP-M e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar.

Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) edição da Resolução SLT n.º 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013, e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta.

Como as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro pelo não repasse do reajuste tarifário definido em 2013, o RodoAnel Oeste, em 18 de maio de 2017, propôs ação de procedimento ordinário n.º 1019383-89.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Em 25 de abril de 2019, foi proferida sentença julgando procedente o pedido do RodoAnel Oeste a condenar o Estado de São Paulo e a ARTESP ao reequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão, em razão da ausência do reajuste contratual nos anos de 2013 e 2014. Após a apreciação de embargos de declaração opostos por cada Parte, em 23 de julho de 2019, o Estado de São Paulo e a ARTESP interuseram recurso de apelação tendo o RodoAnel Oeste apresentado suas contrarrazões.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 1º de outubro de 2024, foi proferido acórdão convertendo o julgamento em diligência para complementação da prova pericial em 1º grau.

12.5.1.4 AutoBAn

a. Ação de Improbidade Administrativa n.º 0022800-92.2002.8.26.0053

Em 28 de agosto de 2002, foi ajuizada a ação civil pública de Improbidade Administrativa pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP) visando à declaração de nulidade da concorrência n.º 007/CIC/97 e do correspondente contrato de concessão.

Após a apresentação das contestações, em 25 de agosto de 2017, foi proferida sentença julgando improcedente a ação, reconhecendo a prescrição intercorrente.

Em 20 de março de 2018, o MP/SP interpôs o recurso de apelação, ao qual foi dado provimento em 12 de junho de 2019 para afastar a prescrição intercorrente e determinar o retorno dos autos à 1ª instância, para que seja apreciada a necessidade de eventual produção de provas e para a apreciação do mérito da ação.

Tendo o processo retornado à 1ª Instância, em 2 de agosto de 2021, foi aberto prazo às empresas rés para se manifestarem acerca de petições do MP/SP, o qual, em síntese, apresentou seu interesse na produção de prova pericial e testemunhal, bem como entendeu necessário que as partes se manifestassem sobre a abertura de procedimento de resolução consensual do processo, ao que as empresas rés se manifestaram no sentido de inexistir interesse em tal resolução consensual do processo.

Em 5 de novembro de 2021, o juiz da causa proferiu despacho abrindo prazo para o Ministério Público se manifestar acerca da aplicabilidade de recente alteração promovida na Lei de Improbidade Administrativa, especificamente acerca da eventual aplicabilidade da prescrição intercorrente para o caso. Tanto o Ministério Público como a concessionária se manifestaram, tendo o Ministério Público juntado aos autos cópia dos acordos celebrados com representantes legais de outras empresas. Em 7 de novembro de 2023, os Requeridos se manifestaram acerca dos documentos apresentados pelo Ministério Público nos autos.

Em 8 de outubro de 2024, foi proferida decisão determinando que o Ministério Público seja intimado a se manifestar quanto ao interesse em firmar acordo de não persecução civil.

Em 7 de novembro de 2024, o Ministério Público informou que não tem interesse em firmar acordo e, na oportunidade, requereu o prosseguimento com a definição das provas que deverão ser realizadas do processo.

b. Inquérito Civil n.º 14.0699.0000364/2021-5

Em 9 de junho de 2022, foi expedida Portaria de instauração de inquérito civil pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da AutoBAn e determinadas autoridades do Poder Executivo Estadual visando à apuração de suposto ato de improbidade consistente na prorrogação do contrato de concessão da concessionária em razão da formalização do Acordo Definitivo com o Estado de São Paulo, ocorrida em 31 de março de 2022. As autoridades indicadas no inquérito e a concessionária apresentaram manifestação



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

demonstrando a inexistência de ilegalidade em se efetivar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato mediante a extensão do respectivo prazo de concessão.

Em 13 de janeiro de 2022, os autos foram remetidos ao CAEX/MP-SP para elaboração de parecer técnico, à luz das informações prestadas pela concessionária e ARTESP.

Após parecer inconclusivo do CAEX/MP-SP, em 14 de agosto de 2024, foi proposto o arquivamento dos autos, que foi devidamente homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo (CSMP) pela ausência de indícios de ilegalidade, em 26 de novembro de 2024. Em razão disso, o Inquérito Civil não será mais reportado nas demonstrações financeiras.

12.5.1.5 Barcas

a. Ação de rescisão de contrato de concessão n.º 0431063-14.2016.8.19.0001

Ajuizada pela Barcas, pretende ver declarada a rescisão do contrato de concessão firmado originariamente entre a Barcas e o Estado do Rio de Janeiro em 12 de fevereiro de 1998 e cujo objeto consiste na exploração, por 25 anos, do serviço público de transporte aquaviário de passageiros e veículos.

A ação tramitou em 1ª Instância, com desdobramentos diversos no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até que, em 2 de fevereiro de 2023, a Barcas e o Estado do Rio de Janeiro celebraram acordo para encerrar diversos litígios entre si e para disciplinar a transição da concessão de transporte aquaviário até a realização de nova licitação, informado por meio do Fato de Relevante do dia 3 de fevereiro de 2023.

Esse acordo foi homologado em 2 de março de 2023, com a consequente extinção do processo. O Ministério Público interpôs recurso de apelação, o qual foi desprovido, em 6 de junho de 2024. Em 29 de novembro de 2024, o Ministério Público interpôs recurso especial.

b. Ação Civil Pública n.º 0000838-96.2004.8.19.0001

Proposta pelo Ministério Público em 19 de janeiro de 2004, em face do Estado do Rio de Janeiro e da Barcas, em trâmite na 4ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro, requerendo a rescisão do contrato de concessão firmado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Barcas e a realização de novo procedimento licitatório. Após tramitação em 1ª Instância, em 9 de maio de 2017, foi proferida decisão pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro dando provimento ao recurso de apelação do Ministério Público e decretando a anulação do contrato de concessão.

Os Recursos Especiais interpostos por Barcas e pelo Estado do Rio de Janeiro ficaram pendentes de apreciação no Superior Tribunal de Justiça até a formalização, em 2 de fevereiro de 2023, de acordo entre Barcas e o Estado do Rio de Janeiro para encerrar diversos litígios entre si e para disciplinar a transição da concessão de transporte aquaviário no Estado do Rio de Janeiro até a realização de nova licitação, informado por meio do Fato de Relevante divulgado em 3 de fevereiro de 2023.

Em razão do acordo, a Barcas e o Estado de Rio de Janeiro apresentaram pedido de desistência dos recursos especiais, tendo havido a homologação e trânsito em julgado do acórdão. Em 22 de março de



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2024, foi proferido despacho determinando a suspensão do processo até o encerramento da ação de rescisão do contrato de concessão.

c. Ação Popular n.º 0120322-27.2012.8.19.0001

Em 28 de março de 2012, foi ajuizada em face do Estado do Rio de Janeiro, Barcas, CCR, CPC e outros, requerendo: i) a declaração de nulidade do reajuste da tarifa ocorrido em 2012; ii) a declaração de nulidade da redução da base de cálculo do ICMS; iii) declaração de caducidade do contrato de concessão pela transferência do controle acionário da concessionária e abertura de nova licitação; iv) o deferimento de antecipação de tutela para que a tarifa cobrada seja aquela anterior ao reajuste.

Em 14 de julho de 2015, foi prolatada sentença de procedência parcial dos pedidos.

As rés Barcas, CCR e CPC interpuseram recursos de apelação, os quais foram providos, em 29 de janeiro de 2025, tendo sido reconhecida a improcedência da ação popular.

12.5.1.6 MSVia

a. Relicitação

Em 20 de dezembro de 2019, a MSVia endereçou requerimento junto à ANTT, manifestando a intenção de aderir ao “Processo de Relicitação”, objeto da Lei n.º 13.448/2017.

A viabilidade técnica e jurídica do requerimento foi atestada pela ANTT por meio da Deliberação n.º 337, de 21 de julho de 2020, tendo havido a manifestação favorável do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) da Presidência da República, conforme Resolução CPPI n.º 148, de 2 de dezembro de 2020, e a posterior publicação do Decreto n.º 10.647, de 2021, por parte da Presidência da República.

Em 14 de junho de 2021, foi publicado o 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão da MSVia, que contempla garantias por parte da MSVia. Posteriormente, foram celebrados os 2º e 3º Termos Aditivos ao contrato de concessão, com a alteração do PER – Plano de Exploração da Rodovia, compatibilizando os parâmetros das obrigações da concessionária após o enquadramento no processo de relicitação, bem como passando o término do contrato para até 12 de março de 2025, respectivamente.

Ato conseguinte, a ANTT e o Ministério dos Transportes formaram Grupo de Trabalho para buscar uma solução consensual para o contrato de concessão da MSVia, no âmbito da Secretaria de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (Secex Consenso) do Tribunal de Contas da União. A partir do resultado do Grupo de Trabalho, instituído em 28 de abril de 2023, a ANTT apresentou à Secex Consenso proposta de Solicitação de Solução Consensual, que foi admitida e classificada como confidencial. Concluídas as negociações, recomendou-se a celebração de um Termo de Autocomposição e posterior celebração de Termo Aditivo ao contrato de concessão pautado na viabilidade técnica e jurídica.

Em 18 de dezembro de 2024, a MSVia e a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, celebraram, com a interveniência do Tribunal de Contas da União e da CCR S.A., o Termo de Autocomposição decorrente da solução consensual para a resolução das controvérsias relativas ao contrato de concessão da BR163/MS, em conformidade com o Acórdão Plenário



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

– TCU n.º 2.434/2024, incluindo a obrigação da desistência dos processos que tratam da revisão contratual extraordinária, de n.º 1009737-97.2018.4.01.3400, e da redução tarifária e arbitragem, de n.º 1039786-87.2019.4.01.3400, anteriormente reportados nessas Demonstrações Financeiras e que se encontram suspensos.

Após consulta pública, as ações da MSVia serão ofertadas ao mercado, por meio de um processo competitivo na B3, sendo permitido que a CCR participe do leilão. Com a conclusão do processo competitivo, será celebrado o aditivo de modernização do contrato de concessão, preservando a continuidade da prestação do serviço público, bem como o interesse e a segurança dos usuários.

Em 31 de janeiro de 2025, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando sobre a publicação do Edital de Licitação n.º 01/2025, referente ao processo competitivo na modalidade de leilão da MSVia.

12.5.1.7 ND

a. Processo n.º 5026377-67.2019.4.03.6100 – Remuneração de Projetos Executivos

Em 13 de dezembro de 2019, a ND ajuizou ação declaratória perante a Justiça Federal de São Paulo contra a União Federal e a ANTT visando ao reequilíbrio parcial do contrato de concessão para afastar suposta ilegalidade enfrentada desde a edição, pela ANTT, da Portaria n.º 161/17, que autorizou a antecipação de 50% da remuneração devida com os custos de elaboração dos projetos executivos pendentes de aprovação pela ANTT.

Após tramitação judicial, em 8 de abril de 2022, a ND protocolou junto à ANTT um pedido formal de proposta de acordo no processo judicial, posteriormente celebrado, mas ainda pendente de homologação judicial.

Em 1º de outubro de 2024, o acordo assinado pelas partes foi juntado aos autos pela ANTT.

b. Processo n.º 5016911-49.2019.4.03.6100 – Tolerância de peso

Em 13 de setembro de 2019, a ND ajuizou ação declaratória contra a União Federal e a ANTT perante a Justiça Federal de São Paulo visando à recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do seu contrato de concessão, em razão de alterações ocorridas na legislação desde 1999, que majoraram os custos com a manutenção do pavimento.

Desde o ajuizamento, o processo tramitou regularmente, tendo sido apresentadas as contestações pelas Rés, e a réplica pela ND, foi proferida a decisão saneadora em 30 de agosto de 2022, (i) deferindo a produção de provas periciais contábeis e de engenharia requeridas pela ND; (ii) nomeando os peritos para cada especialidade e determinando a intimação dos mesmos para que informem se aceitam o encargo; e (iii) determinando a posterior intimação das partes para que nomeiem assistentes técnicos e apresentem quesitos. Aguarda-se a realização das perícias.

c. Processo n.º 50500.016099/2021-31 – Haveres e Deveres

Em 25 de fevereiro de 2021, foi instaurado pela ANTT o Processo SEI n.º 50500.016099/2021-31, para apuração de haveres e deveres do contrato de concessão PG-137/95-00, firmado com a ND.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Encerrando a instrução processual, por meio da Deliberação n.º 162, de 14 de junho de 2024, a ANTT concluiu o processo de haveres e deveres, em desfavor da ND no valor de R\$ 128.263 (na data base setembro de 2024).

A ND manifestou perante a ANTT sua discordância contra o caráter definitivo dado ao acerto de contas resultante do Processo SEI 50500.016099/2021-31, especialmente sob o fundamento de que, além de não concordar com as decisões exaradas pela Agência Reguladora na totalidade dos processos administrativos apreciados, as ações judiciais cuja controvérsia gira em torno da discussão de créditos regulatórios e que ainda não transitaram em julgado deveriam fazer parte da apuração de haveres e deveres da concessão, a saber: (i) Reequilíbrio de 9 obras de arte especiais - Ação n.º 102.9060-88.2018.4.01.3400 - TRF1; (ii) OAE - Divergência contratual (fundação) - Ação n.º 1029030-53.2018.4.01.3400 - TRF1; (iii) Manutenção do Pavimento, Lei n.º 13.103/2015 - Ação n.º 5016911-49.2019.4.03.6100 - TRF3; e (iv) Radiovias - Custos Operacionais e Investimentos - Ação n.º 5006757-35.2020.4.03.6100 - TRF3. Dessa forma, seria necessário aguardar o trâmite judicial dos processos para que sejam considerados os seus eventuais efeitos na apuração do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Diante da conclusão do processo de haveres e deveres e da controvérsia no tocante ao valor final apurado, a ND pretende dirimir o conflito por meio de mecanismo de solução consensual disponibilizado pela ANTT, tendo protocolado pleito neste sentido em 27 de dezembro de 2024.

12.5.1.8 ViaQuatro

a. Ações Populares n.ºs 0107038-05.2006.8.26.0053 e 0117119-13.2006.8.26.0053 - Anulação da Licitação

Tramitam no Poder Judiciário as ações populares em referência que objetivam a decretação da anulação de atos e procedimentos da Concorrência Internacional n.º 42325212, relativa à Concessão da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo. Ambas as ações são conexas.

O mérito das ações ainda não foi apreciado pelo Poder Judiciário, tendo havido discussão acerca da inclusão, ou não, das pessoas físicas signatárias do contrato de concessão no polo passivo das ações. No momento, aguarda-se citação de novos réus, pessoas físicas. Após concluída a referida citação, deverá ser aberto prazo para a contestação por parte dos réus.

12.5.1.9 Controlar

a. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa n.º 0044586-80.2011.8.26.0053

Ajuizada pelo MP/SP em 25 de novembro de 2011, perante a 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, contra a Controlar e outros, com pedido de liminar para a suspensão da execução do contrato de concessão da Controlar, sequestro de bens dos requeridos como garantia de futura reparação dos danos supostamente causados e afastamento do cargo do Sr. Prefeito.

Após a discussão de questões processuais diversas, incluindo a apresentação de defesa prévia e contestação por todos os Réus, em 25 de março de 2022, a Controlar apresentou sua manifestação acerca das alterações trazidas pela Lei n.º 8.249/1995 e requereu a extinção da ação por falta de elementos materiais.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 5 de dezembro de 2022, foi proferida decisão que, em linhas gerais, manteve as mesmas questões suscitadas anteriormente no processo. Face a esta decisão, a CCR e outros réus apresentaram embargos de declaração e, posteriormente, agravos de instrumento perante o Tribunal de Justiça, requerendo nova decisão acerca da imediata aplicabilidade das alterações da lei de Improbidade Administrativa. Aguarda-se o julgamento dos referidos agravos de instrumento.

b. Ação Cautelar n.º 1006718-80.2013.8.26.0053

Ajuizada em 11 de outubro de 2013, tramitando perante a 11ª Vara da Fazenda Pública da Capital-SP. A medida foi proposta pela Controlar contra a Municipalidade de São Paulo, em vista da decretação de encerramento do contrato de concessão, por parte da Administração. A ordem cautelar foi concedida liminarmente, autorizando-se a continuidade da prestação dos serviços até o final do exercício de 2013 (31 de janeiro de 2014). A Municipalidade interpôs recurso de agravo de instrumento, mas não obteve êxito no respectivo efeito suspensivo pleiteado (liminar). Posteriormente, a Controlar pleiteou a extensão da medida cautelar para que permanecesse prestando o serviço até que a Municipalidade concluísse a licitação do novo modelo de inspeção veicular e as novas empresas contratadas estivessem aptas a operar o referido serviço, o que foi indeferido pelo juiz da causa. Por determinação do Juízo, a ação será julgada em conjunto com o processo principal, n.º 1011663-13.2013.8.26.0053 (abaixo).

c. Ação Ordinária n.º 1011663-13.2013.8.26.0053 – Indenização pelo encerramento antecipado do Contrato

A ação foi proposta pela Controlar em 14 de novembro de 2013 contra a Municipalidade de São Paulo tendo por objetivo o reconhecimento da extinção do Contrato n.º 34/SVMA/95 por culpa exclusiva da Municipalidade, condenando-a a indenizar a Controlar pelos prejuízos causados com o rompimento antecipado.

Realizada a perícia, a Controlar apresentou as razões finais, em 23 de junho de 2021. Aguarda-se prolação da sentença.

d. Ação Civil Pública n.º 0424291-45.1997.8.26.0053 – Nulidade de Convênio de Cooperação para a utilização do Centro Integrado de Taxi

Em 4 de dezembro de 1997, foi ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP) contra a Controlar, a SPTrans e outros, perante a 6ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, visando à declaração de nulidade do termo de convênio de cooperação firmado pelas empresas réis para a utilização do Centro Integrado de Táxis, por 90 dias, para experimentação do programa de inspeção veicular na frota de uso intenso.

A ação foi julgada parcialmente procedente, em 29 de fevereiro de 2000, para o fim de: (i) reconhecer a nulidade do termo de convênio de cooperação; (ii) condenar o Município de São Paulo a abster-se de conceder, a qualquer título, bem integrante do patrimônio público para a Controlar instalar os seus centros de inspeção; e (iii) condenar os então administradores da SPTrans e da Controlar ao pagamento de multa civil, ao ressarcimento integral dos danos causados, à suspensão dos seus direitos políticos por três anos e à proibição de contratar com o Poder Público pelo mesmo período.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso de apelação da Controlar em 8 de abril de 2003, razão pela qual foram interpostos recursos especial e extraordinário pela Controlar, os quais foram inadmitidos. A Controlar interpôs agravo em 3 de junho de 2015, de modo que os autos foram remetidos ao STJ e aguardam julgamento.

12.5.1.10 Renovias

a. Reajuste Tarifário de 2013

Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela concessionária, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão (processo n.º 1060269-33.2017.8.26.0053). Em 12 de junho de 2023, a Renovias apresentou suas alegações finais.

Em razão de tratativas de eventual acordo, as partes apresentaram pedido de suspensão do processo o qual foi deferido pelo juízo. Dessa forma, o processo seguirá suspenso até 10 de julho de 2024. Em 5 de novembro de 2024, foi apresentado novo pedido de suspensão do processo.

b. Termo Aditivo Modificativo n.º 13/06

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário n.º 1007766-40.2014.8.26.0053 contra a Renovias pleiteando a declaração de nulidade do TAM n.º 13/06. A Renovias ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário n.º 1008352-77.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM n.º 13/06. Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Em 18 de julho de 2017, foi proferida sentença julgando procedente a ação proposta pelo Estado de São Paulo e a ARTESP e improcedente a ação proposta pela Renovias.

Em 18 de setembro de 2017, a Renovias apresentou recurso de apelação, pendente de julgamento. Desde 27 de março de 2023 a tramitação do processo está suspensa para tratativas de eventual acordo.

A Renovias propôs também a Ação de Procedimento Ordinário n.º 0019867-63.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; e (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 30 de outubro de 2014, foi proferida sentença julgando a ação parcialmente procedente, tendo ambas as partes interposto recurso de apelação, já julgados.

Em 27 de junho de 2022, a Renovias interpôs recurso especial e recurso extraordinário. As partes requereram a suspensão do processo para tratativas de eventual acordo.

Em 14 de novembro de 2024, foi apresentado novo pedido de suspensão do processo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.5.1.11 Linha 15

a. **Ações Populares n.ºs 1010888-85.2019.8.26.0053 e 1010888-85.2019.8.26.0053 – Nulidade da licitação da Linha 15 – Prata**

Em 8 de março de 2019, foram ajuizadas a Ação Popular n.º 1010888-85.2019.8.26.0053 e a Ação Popular n.º 1010621-16.2019.8.26.0053 pleiteando a anulação da concorrência internacional n.º 01/2017 para a concessão onerosa de prestação de serviço público de transporte de passageiros da Linha 15, da Rede Metroviária de São Paulo, com tecnologia de monotrilho.

No processo n.º 1010888-85.2019.8.26.0053, a CCR, em 21 de maio de 2020, e a Linha 15, em 31 de maio de 2024, apresentaram contestações requerendo a extinção das ações por perda superveniente de objeto, em razão da não assinatura do contrato de concessão.

Por sua vez, no processo n.º 1010621-16.2019.8.26.0053, em 7 de junho de 2024, a Linha 15 apresentou contestação requerendo a extinção por perda superveniente de objeto. Em 7 de outubro de 2024, foi proferida sentença julgando extinto o processo pela perda do objeto.

12.5.1.12 ViaMobilidade – Linhas 5 e 17

a. **Ação Popular n.º 1012890-62.2018.8.26.0053 – Nulidade da Concorrência Internacional n.º 002/2016 e do contrato de concessão n.º 003/2018**

A Ação Popular foi ajuizada em 14 de março de 2018, inicialmente contra apenas o Estado de São Paulo, o Governador do Estado de São Paulo e o Secretário de Transportes Metropolitanos. Posteriormente, foi determinada a inclusão da CCR no polo passivo do processo, o que ocorreu apenas em 12 de novembro de 2020. Existem outras ações populares conexas em tramitação, nas quais a CCR ou a ViaMobilidade – Linhas 5 e 17 não são Parte, inclusive a ação popular n.º 1000694-60.2018.8.26.0053.

Os autores populares pretendem ver declarado nulo o contrato de concessão n.º 003/2018 por conta (i) da suposta ausência de autorização legislativa para realização da concessão; (ii) da suposta violação ao princípio da moralidade administrativa, pois “empresas sócias majoritárias da CCR” estariam envolvidas em supostos atos de improbidade; e (iii) da suposta lesão ao patrimônio público decorrente da modelagem econômico-financeira escolhida para a concessão.

A CCR foi citada nos autos da Ação Popular em 12 de novembro 2020, tendo apresentado a sua contestação em 14 de dezembro de 2020, na qual alega, preliminarmente, ser parte ilegítima para figurar no polo passivo. No mérito, demonstrou a base legal para a licitação e validade dos atos impugnados.

Após manifestação dos autores populares acerca da contestação da CCR, foi determinado o sobrestamento até que a ação popular n.º 1000694-60.2018.8.26.0053, alcance a fase de saneamento e/ou sentença. Atualmente, o processo se encontra-se suspenso.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.5.1.13 ViaRio

a. Ação Popular n.º 0189152-64.2020.8.19.0001 - nulidade do contrato de concessão

Em 30 de setembro de 2020, foi distribuída Ação Popular em face do Município do Rio de Janeiro e da ViaRio, objetivando a decretação da nulidade do contrato de concessão n.º 38/2012 e de seus termos aditivos, bem como a condenação da ViaRio à reparação de supostos danos ao Erário.

Após tramitação em 1ª Instância, em 15 de junho de 2021, foi proferida sentença, acolhendo a preliminar de decadência para julgar extinta a demanda. O autor e o Município apresentaram recurso de apelação. Em 24 de março de 2022, a ViaRio apresentou contrarrazões ao recurso de apelação.

Em 30 de janeiro de 2024, foi negado provimento aos recursos do autor e do Município. Em 8 de fevereiro de 2024, o Município do Rio de Janeiro opôs embargos de declaração, os quais foram desprovidos, em 4 de junho de 2024. Em 25 de junho de 2024, o autor popular interpôs recursos especial e extraordinário e, na mesma data, o Município interpôs recurso especial. Em 26 de agosto de 2024, foram apresentadas contrarrazões aos recursos pela ViaRio.

b. Reajustes tarifários de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024

A concessionária tem enfrentado obstáculos por parte do Poder Público Municipal para aplicar os reajustes tarifários anuais previstos em seu contrato de concessão, tendo recorrido ao Poder Judiciário todos os anos visando o reconhecimento de seu direito ao reajuste tarifário. A tarifa atualmente praticada é a tarifa reajustada para o ano de 2020, com base em decisão liminar. Os processos seguem em tramitação em diferentes Instâncias.

Em 26 de junho de 2024, houve a designação de perícia conjunta para todos os processos que tratam do reajuste da tarifa. Aguarda-se a realização da perícia.

12.5.1.14 ViaLagos

a. Ações Populares n.ºs 0014659-83.2017.8.19.0011 e 0253634-55.2019.8.19.0001 e Processo administrativo TCE-RJ n.º 100167-4/2012 – 8º e 10 Aditivos Contratuais

Em razão do 8º e 10º Aditivos Contratuais (Ações Populares n.ºs 0014659-83.2017.8.19.0011 e 0253634-55.2019.8.19.0001 e Processo administrativo TCE-RJ n.º 100167-4/2012), foram distribuídas ações populares questionando a validade dos referidos aditivos contratuais.

A ação popular n.º 0014659-83.2017.8.19.0011 foi distribuída em 8 de agosto de 2017. Após a apresentação de contestação pelos Réus, foi determinada a prova pericial. Aguarda-se início da perícia.

A ação popular n.º 0253634-55.2019.8.19.0001 foi distribuída em 10 de outubro de 2019. Após a apresentação de contestação pela concessionária, bem como pelo DER-RJ, Estado do Rio de Janeiro e AGETRANSP, todos defendendo a plena validade dos aditivos. Aguarda-se a citação dos demais réus para contestarem o processo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De seu turno, também tramita procedimento administrativo no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro sobre o tema. Após controvérsia sobre a possibilidade, ou não, de extensão do prazo do contrato de concessão da Via Lagos, em 24 de agosto de 2022, o Plenário do TCE/RJ entendeu, por unanimidade, pela possibilidade de prorrogação do prazo do contrato de concessão da ViaLagos, como forma de promover o reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste, porém, entendeu necessário remeter essa análise para auditoria extraordinária governamental (processo administrativo TCE-RJ n.º 100167-4/2012).

Em 3 de maio de 2023, o Plenário proferiu acórdão nos autos da auditoria governamental, onde acolheu, em parte, as conclusões da instância técnica do Tribunal de Contas, entendendo (i) pela ausência de estudos demonstrando a vantagem da prorrogação da concessão da Via Lagos em detrimento da realização de um novo certame; (ii) pelo desequilíbrio econômico-financeiro da avença em favor da ViaLagos; e (iii) pelo uso de premissas e parâmetros inadequados para a prorrogação contratual realizada. Contudo, o Colegiado do TCE-RJ entendeu que ainda seria necessário ouvir os esclarecimentos da AGETRANSP e do DER-RJ sobre o caso, a fim de proferir uma decisão final de mérito sobre a legalidade da prorrogação do contrato de concessão.

Após os citados esclarecimentos (AGETRANSP e DER-RJ), houve esclarecimentos complementares pela CAD do TCE-RJ. Em 9 de outubro de 2024, o TCE-RJ decidiu suspender o julgamento do caso e conferir prazo de 180 dias para conclusão das tratativas entre as partes, que, atualmente, encontra-se em curso.

A Companhia e a administração das investidas reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras das investidas e da controladora não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

12.5.2. Processos anteriormente reportados que foram encerrados

Os processos listados abaixo foram encerrados, não se verificando, na data de publicação destas demonstrações financeiras, qualquer risco, efeito material adverso, ou impacto contábil em relação a eles.

12.5.2.1 ND

- a. Fórmula Paramétrica (Ação Civil Pública n.º 0035175-61.2015.4.02.51-1)

12.5.2.2 Renovias

- a. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio (Processo n.º 1018929-12.2017.8.26.0053)

12.5.2.3 VLT Carioca

- a. Rescisão do contrato de concessão (Processo n.º 0159841-62.2019.8.19.0001)
- b. Procedimento Arbitral CCBC n.º 87/2019/SEC3



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento - Consolidado

	Imobilizado								Total em operação	Imobilizações em andamento	Total Imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Instalações e edificações	Terrenos	Equipamentos operacionais	Embarcações	Fibra óptica			
Saldo em 1º de janeiro de 2023	32.267	117.780	25.674	35.375	416.922	110.259	5.250	-	743.527	274.250	1.017.777
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350.752	350.752
Baixas	(399)	(2.046)	(810)	-	-	(652)	-	-	(3.907)	-	(3.907)
Transferências	(3.635)	69.370	69.443	2.444	-	43.681	-	3.021	184.324	(184.324)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	7.257	-	-	-	-	-	-	7.257	-	7.257
Reclassificações para propriedade para investimento (a)	-	-	-	-	(277.361)	-	-	-	(277.361)	-	(277.361)
Provisão para perda (a)	-	-	-	-	(118.869)	-	-	-	(118.869)	-	(118.869)
Reclassificações para mantido para venda	(27)	(411)	75	(17)	-	(8.720)	-	(946)	(10.046)	2.903	(7.143)
Depreciação	(5.832)	(43.952)	(21.069)	(2.088)	-	(39.834)	(1.065)	(2.075)	(115.915)	-	(115.915)
Ajuste de conversão	(28)	(508)	(178)	(134)	-	-	(196)	-	(1.044)	-	(1.044)
Outros	(1)	2.081	(612)	-	-	2.230	-	-	3.698	(1.452)	2.246
Saldo em 31 de dezembro de 2023	22.345	149.571	72.523	35.580	20.692	106.964	3.989	-	411.664	442.129	853.793
Custo	65.866	510.070	202.784	46.303	20.692	486.947	47.677	-	1.380.339	442.129	1.822.468
Depreciação acumulada	(43.521)	(360.499)	(130.261)	(10.723)	-	(379.983)	(43.688)	-	(968.675)	-	(968.675)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	22.345	149.571	72.523	35.580	20.692	106.964	3.989	-	411.664	442.129	853.793
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	466.140	466.140
Baixas	(252)	(8.205)	(1.907)	(2)	-	(395)	(3.234)	-	(13.995)	-	(13.995)
Transferências	8.966	141.035	49.542	40.203	-	106.131	-	3.045	348.922	(348.922)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	12.721	-	-	12.721	-	12.721
Depreciação	(6.110)	(56.335)	(30.130)	(3.383)	-	(33.547)	(1.565)	(928)	(131.998)	-	(131.998)
Ajuste de conversão	138	1.548	1.170	339	-	-	810	-	4.005	1.313	5.318
Outros	885	2.732	(5.292)	2	-	(9.212)	-	(2.117)	(13.003)	16.747	3.744
Saldo em 31 de dezembro de 2024	25.972	230.346	85.905	72.739	20.692	182.662	-	-	618.316	577.407	1.195.723
Custo	74.076	629.948	237.447	87.721	20.692	575.580	-	-	1.625.464	577.407	2.202.871
Depreciação acumulada	(48.104)	(399.602)	(151.542)	(14.982)	-	(392.918)	-	-	(1.007.148)	-	(1.007.148)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	25.972	230.346	85.905	72.739	20.692	182.662	-	-	618.316	577.407	1.195.723
Taxa média anual de depreciação %											
Em 31 de dezembro de 2024	10	13	24	4	-	12	2	-			

- (a) Provisão para perda, com contrapartida no resultado, na rubrica de outras despesas. Tal provisão será mantida até que sejam concluídos os trâmites administrativos de devolução, com a respectiva baixa efetiva do custo da área do terreno do NASP a ser devolvida. Além disso, foi provisionado no passivo o valor de R\$ 2.507, o qual é relativo a custos associados a esta devolução. A parcela remanescente do terreno no valor de R\$ 277.361, que seria destinada até então à construção do NASP, foi considerada doravante propriedade mantida para valorização de capital, por prazo indeterminado e foi reclassificada de ativo imobilizado para propriedade para investimento.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 41.243 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 13.959 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 6,86% a.a. e 7,97% a.a., respectivamente.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível e infraestrutura em construção - Consolidado

	Intangível								
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Cessão de fibra óptica e conectividade	Transmissão de dados de radiofrequência	Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
Saldo em 1º de janeiro de 2023	23.478.928	61.897	-	-	1.183.610	76.629	24.801.064	2.751.684	27.552.748
Adições	-	-	27.423	624	-	58.305	86.352	5.239.039	5.325.391
Baixas	(1.758)	-	-	-	-	-	(1.758)	-	(1.758)
Transferências	1.852.960	48.415	-	-	-	(48.415)	1.852.960	(1.852.960)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	(7.257)	(7.257)	-	(7.257)
Reclassificações para ativos mantidos para venda	-	199	(14.244)	50	-	199	(13.796)	-	(13.796)
Reclassificação do contas a receber dos Poderes Concedentes	27.211	-	-	-	-	140	27.351	3.268	30.619
Reclassificação para contas a receber dos Poderes Concedentes	(466)	-	-	-	-	-	(466)	(307.818)	(308.284)
Reequilíbrio contratual - Aeris	186.675	-	-	-	-	-	186.675	-	186.675
Amortização	(1.248.579)	(39.336)	(9.935)	(665)	(135.108)	-	(1.433.623)	-	(1.433.623)
Ajuste de conversão	(46.006)	(149)	-	-	(11.369)	-	(57.524)	(12.711)	(70.235)
Outros	(8.370)	(4)	(3.244)	(9)	-	-	(11.627)	(27.564)	(39.191)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	24.240.595	71.022	-	-	1.037.133	79.601	25.428.351	5.792.938	31.221.289
Custo	39.538.359	422.299	-	-	2.486.180	79.601	42.526.439	5.792.938	48.319.377
Amortização acumulada	(15.297.764)	(351.277)	-	-	(1.449.047)	-	(17.098.088)	-	(17.098.088)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	24.240.595	71.022	-	-	1.037.133	79.601	25.428.351	5.792.938	31.221.289
Adições	-	-	106	17	-	113.934	114.057	6.319.276	6.433.333
Baixas	(44.814)	(253)	-	-	-	-	(45.067)	-	(45.067)
Transferências	6.153.155	20.133	-	-	-	(18.180)	6.155.108	(6.155.108)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	(12.721)	(12.721)	-	(12.721)
Reclassificação do contas a receber dos Poderes Concedentes	325.996	919	-	-	-	1.358	328.273	226	328.499
Reclassificação para contas a receber dos Poderes Concedentes	(24.087)	-	-	-	-	-	(24.087)	(61.642)	(85.729)
Amortização	(1.379.894)	(37.882)	(3.406)	(149)	(140.653)	-	(1.561.984)	-	(1.561.984)
Ajuste de conversão	208.538	298	-	-	29.145	-	237.981	48.281	286.262
Outros	30.639	83	3.300	132	-	(4.382)	29.772	(13.793)	15.979
Saldo em 31 de dezembro de 2024	29.510.128	54.320	-	-	925.625	159.610	30.649.683	5.930.178	36.579.861
Custo	46.754.491	444.513	3	-	2.578.651	159.610	49.937.268	5.930.178	55.867.446
Amortização acumulada	(17.244.363)	(390.193)	(3)	-	(1.653.026)	-	(19.287.585)	-	(19.287.585)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	29.510.128	54.320	-	-	925.625	159.610	30.649.683	5.930.178	36.579.861
Taxa média anual de amortização %									
Em 31 de dezembro de 2024	(a)	21	(b)	(b)	(a)				

- (a) Amortização pela curva de benefício econômico; e
(b) Amortização linear conforme prazo dos contratos.

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2024, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mobilidade	ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	1.042.928
	Contrato Alstom (aquisições de trens)	667.843
	Revitalização de trens e estações	222.832
	Contrato Siemens (sinalização ferrovias e energia)	150.288
	Implantação de oficina para manutenção e revisão de truques dos trens	1.965
	VLT Carioca	50.147
	Contrato Alstom (sinalização)	25.433
	Revitalização de trens e estações	24.714
	ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	46.089
	Remodelação Estação Santo Amaro	11.877
	Implantação de oficina para manutenção e revisão de truques dos trens	11.182
	Contrato Alstom (aquisições de materiais)	10.811
	Estudo para extensão Linha 5	8.616
	Aquisição de ferramentas para manutenção dos trens	2.101
	Sistemas para aprimoramento da proteção da infomação	1.502
	Metrô Bahia	41.628
	Revitalização de trens e estações	41.628
Rodovias	RioSP	1.660.686
	Etapa inicial das obras da BR-116 na Serra das Araras, região metropolitana de São Paulo e região metropolitana de São José dos Campos	1.377.454
	Obras de recuperação de terraplenos e adequação de taludes da rodovia	157.705
	Revitalização de pavimento e duplicação da Rodovia BR-101 e BR-116	87.126
	Implantação de passarelas	20.967
	Implantação de fibra óptica	13.252
	Execução de obras de melhorias nas bases e pedágios	4.182
	ViaSul	1.144.075
	Duplicação da BR-386 entre o km 324+100 e o km 340+400	597.400
	Implantação de faixas adicionais e vias marginais	306.868
	Implantação de passarelas, dispositivos de segurança e de sinalizações	106.844
	Restauração de pavimento	66.480
	1ª Intervenção em obras de arte especiais	59.948
	Execução de obras de melhorias nas bases e pedágios	5.187
	Implantação de base da Polícia Rodoviária Federal	1.348
	ViaCosteira	427.665
	Implantação de marginais, dispositivos de segurança e sinalização, fibra óptica e passarelas	241.970
	Restauração de pavimento	157.989
	Obras de restauração em Obras de Arte Especiais	22.170
	Implantação de rotatórias	5.338
	Adequação de taludes e dos acessos laterais da rodovia	198
	SPVias	270.657
	Duplicação da SP-255, SP-258 e SP-270	263.985
	Dispositivos de segurança	2.257
	Adequações de Passarelas - SP-127	2.107
	Execução de obras de melhorias nas bases e pedágios	1.875
	Muro de arrimo e de divisa na Sede	433
	RodoAnel Oeste	57.552
	Implantação de faixas adicionais SP-021	51.125
	Execução de obras de melhorias nas bases e pedágios	2.597
	Adequação e implantação de caixas de retenção SP-021	2.264
	Duplicação da Alça de Acesso SP-021	1.552
	Implantação das vias marginais Padroeira-Raposo	14
	AutoBAn	32.164
	Faixa Adicional SP-330	18.242
	Serviços de implantação de cercas	6.441
	Adequação de segurança bases rodovias	3.369
	Implantação de dispositivo tipo trevo completo Km 47 SP-330	2.102
	Projeto Funcional e Executivo do Dispositivo do km 70 da Rodovia SP-330	2.010



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aeroportos	Bloco Sul	184.246
	Obras contratuais fase 1B	116.713
	Obras de ampliação e adequação dos Aeroportos	35.202
	Serviços de desenvolvimento e implantação de sistemas	6.756
	Revitalização do sistema de sonorização	6.291
	Consultoria dos serviços de estudos socioambientais	5.183
	Revitalização do sistema de controle de acesso no aeroporto	4.216
	Serviços de pavimentação	4.020
	Melhorias no sistema de arrecadação	3.243
	Aquisição de equipamento de Raio X dual view	2.622
	Bloco Central	138.624
	Obras contratuais fase 1B	87.847
	Serviços de desenvolvimento e implantação de sistemas	28.302
	Obras de ampliação e adequação dos Aeroportos	13.615
	Revitalização de cameras no aeroporto	3.434
	Frotas	3.214
	Revitalização do sistema de controle de acesso no aeroporto	2.212
	BH Airport	44.564
	Melhorias terminais de passageiros	20.267
	Melhorias equipamentos e instalações	13.140
	Aquisição de equipamentos para os terminais de passageiros	1.519
	Melhorias terminais de carga	1.584
	Recuperação de taludes e plantio de grama na LMG-800	2.663
Revitalização do ambiente de virtualização de servidores	5.391	

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 527.318 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 212.973 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 6,86% a.a. e 7,97% a.a., respectivamente.

Teste por redução ao valor recuperável (*impairment*)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram concluídos os testes anuais de recuperabilidade de ativos intangíveis das empresas do Grupo CCR, que apresentavam indicadores de possível perda de recuperação, sendo que não se identificou necessidade de constituição de provisão para as empresas avaliadas.

O valor recuperável dos ativos intangíveis foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) para cada unidade geradora de caixa (UGC), que representa uma avaliação econômica estimada até o final de cada concessão, descontado a valor presente por taxa que reflita as avaliações atuais de mercado e os riscos do negócio.

Durante a projeção, as premissas-chave consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de recuperação e expansão na infraestrutura das concessões, taxas de descontos e direitos de reequilíbrios contratuais.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Propriedades para investimento - Consolidado

O saldo de propriedades para investimento compreende o terreno adquirido pela investida SPCP, reclassificado de ativo imobilizado para propriedade para investimento em 2023, e mensurado pelo custo, no montante de R\$ 277.361.

Caso fosse adotado o critério de reconhecer esse ativo pelo seu valor justo, o saldo apurado seria R\$ 828.700 (nível 3). O valor justo foi apurado pelo método comparativo direto, que envolve a comparação com amostras de características semelhantes.

16. Empréstimos e financiamentos

Empresa	Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)		Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2024	2023
Aeris	Santander	USD + 4,6% a.a.	N/I		Dezembro de 2025	-	-	404.862	653.402 (g)
BH Airport	BNDES (Subcrédito A e B)	TJLP + 2,31% a.a.	2,3814% (b)		Dezembro de 2035	2.164	942	411.161	429.898 (c) (d) (e) (h)
Bloco Central	BNB - 1º, 2º e 3º desembolsos	6,0323% a.a.	6,4131% (b)		Julho de 2045	230	225	8.143	- (k)
Bloco Central	BNB - 1º, 2º e 3º desembolsos	6,5594% a.a.	6,9531% (b)		Julho de 2045	3.593	3.514	127.194	- (k)
Bloco Central	BNDES - FINEM I (Subcrédito A - 1º desembolso)	IPCA + 8,052378% a.a.	8,4241% (b)		Outubro de 2047	1.698	1.662	68.690	- (d) (k)
Bloco Sul	BNDES - FINEM I (Subcrédito A - 1º desembolso)	IPCA + 8,252144% a.a.	8,7324% (b)		Outubro de 2047	4.899	4.878	146.685	- (j)
CAP	Maduro and Curriel's Bank	USD + 4,2% a.a.	N/I		Março de 2032	-	-	209.059	188.486 (e)
Metrô Bahia	BNDES - FINEM I (Subcrédito A e B)	TJLP + 3,18% a.a.	3,4364% (b)		Outubro de 2042	43.108	21.119	2.562.914	2.595.817 (c) (e)
Metrô Bahia	BNDES (Subcrédito A)	TJLP + 3,18% a.a.	N/I		Outubro de 2042	-	-	3.124	3.194 (c) (e)
Metrô Bahia	BNDES - FINEM II (Subcrédito E)	TJLP + 4% a.a.	4,3450% (b)		Outubro de 2042	13.085	7.359	699.264	706.811 (c) (e)
Metrô Bahia	BNDES (Subcrédito C)	TJLP + 3,4% a.a.	3,4979% (b)		Outubro de 2042	8.871	8.147	434.775	440.396 (c) (e)
MSVia	BNDES - FINEM I (Subcrédito A e R1)	TJLP + 2% a.a.	2,2338% (b)		Março de 2039	17.013	7.264	544.761	577.656 (c) (e) (g)
MSVia	Caixa Econômica Federal	TJLP + 2% a.a.	2,1918% (b)		Março de 2039	2.598	1.143	103.836	110.123 (c) (e) (g)
MSVia	Caixa Econômica Federal	TJLP + 2% a.a.	2,4844% (b)		Março de 2039	2.671	1.185	42.541	45.063 (c) (e) (g)
Pampulha	Itaú	CDI + 2,2% a.a.	2,9773% (b)		Julho de 2024	188	-	-	13.213 (g)
ViaLagos (a)	JPMorgan Chase	USD + 5,88% a.a.	N/I		Junho de 2025	-	-	92.956	73.004 (i)
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	BNDES - FINEM I (Subcrédito A)	IPCA + 7,91% a.a.	8,3342% (b)		Dezembro de 2048	6.286	5.933	208.119	197.379 (c) (e) (f) (j)
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	BNDES - FINEM II (Subcrédito A)	IPCA + 7,91% a.a.	8,3297% (b)		Dezembro de 2048	20.218	19.082	675.009	636.408 (c) (e) (f) (j)
ViaSul	BNDES (Subcrédito A - 1º desembolso)	IPCA + 4,60% a.a.	5,4367% (b)		Dezembro de 2043	4.725	3.914	78.044	74.063 (c) (e) (g)
ViaSul	BNDES (Subcrédito B - 1º desembolso)	IPCA + 4,60% a.a.	5,2196% (b)		Dezembro de 2043	5.125	4.375	104.733	97.240 (c) (e) (g)
ViaSul	BNDES (Subcrédito B - 2º desembolso)	IPCA + 4,60% a.a.	5,9391% (b)		Dezembro de 2043	5.336	4.693	51.112	46.990 (c) (e) (g)
ViaSul	BNDES (Capital de giro)	Pré 7,42% a.a.	N/I		Dezembro de 2043	-	-	127.021	- (k)
VLT Carioca	BNDES - FINEM I (Subcrédito A e C)	TJLP + 3,44% a.a.	3,8659% (b)		Novembro de 2035	18.490	6.239	799.994	833.215 (c) (d) (e) (f)
VLT Carioca	BNDES - FINEM I (Subcrédito B)	6,14% a.a.	N/I		Novembro de 2035	-	-	33.119	35.209 (c) (d) (e) (f)
						Total	101.674	7.937.116	7.757.567

	Consolidado	
	2024	2023
Circulante	368.923	276.364
Empréstimos e financiamentos	377.495	284.432
Valor justo	(4)	(14)
Custos de transação	(8.568)	(8.054)
Não circulante	7.568.193	7.481.203
Empréstimos e financiamentos	7.661.299	7.571.879
Valor justo	-	340
Custos de transação	(93.106)	(91.016)
Total	7.937.116	7.757.567

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*). Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 23;
- O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;

Garantias:

- (c) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis;
- (d) Aval/fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta;
- (e) Garantia real;
- (f) Suporte de capital da CCR (*Equity Support Agreement – ESA*) e dos demais acionistas na proporção de sua participação acionária direta/indireta até o *completion*;
- (g) 100% aval/fiança corporativa da CCR;
- (h) Aval/fiança corporativa do outro sócio da concessionária, na proporção de sua participação acionária direta/indireta;
- (i) Não existem garantias;
- (j) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão; e
- (k) Fiança bancária.

	Consolidado
	2024
Cronograma de desembolsos (não circulante)	
2026	267.304
2027	307.730
2028	732.097
2029	346.098
2030 em diante	6.008.070
(-) Custo de transação	(93.106)
Total	7.568.193

A Companhia e suas investidas possuem contratos financeiros, como empréstimos e financiamentos, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados aos empréstimos e financiamentos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Debêntures e notas comerciais

Empresa	Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2024	2023
CCR	11 ^a Emissão - Série 3	CDI + 1,50% a.a.	1,5812% (a)	Novembro de 2024	-	-	-	197.823 (d)
CCR	11 ^a Emissão - Série 4	IPCA + 6% a.a.	(b)	Novembro de 2024	866	-	-	122.959 (d)
CCR (*)	14 ^a Emissão - Série 1	CDI + 2,20% a.a.	4,6700% (a)	Dezembro de 2026	3.580	-	-	480.789 (d)
CCR	14 ^a Emissão - Série 2	IPCA + 4,25% a.a.	(b)	Dezembro de 2028	10.167	-	439.919	572.731 (d)
CCR	15 ^a Emissão - Série 1	IPCA + 4,88% a.a.	(b)	Novembro de 2033	18.180	-	441.202	534.197 (d)
CCR (*)	16 ^a Emissão - Série 1	CDI + 1,70% a.a.	1,7658% (a)	Janeiro de 2029	6.279	-	-	1.783.144 (d)
CCR	16 ^a Emissão - Série 2	IPCA + 6,4370% a.a.	6,9460% (a)	Janeiro de 2036	33.785	27.289	876.759	851.732 (d)
CCR	16 ^a Emissão - Série 2	IPCA + 6,4370% a.a.	(b)	Janeiro de 2036	38.337	-	1.001.535	1.136.938 (d)
CCR	17 ^a Emissão - Série única	CDI + 0,75% a.a.	0,8308% (a)	Julho de 2029	7.109	6.380	2.361.551	- (d)
Subtotal Controladora						33.669	5.120.966	5.680.313
AutoBAN (*)	10 ^a Emissão - Série única	CDI + 1,20% a.a.	1,3001% (a)	Outubro de 2026	2.798	-	-	338.307 (i)
AutoBAN (*)	12 ^a Emissão - Série única	CDI + 1,30% a.a.	1,3630% (a)	Novembro de 2026	3.810	-	-	1.424.146 (d)
AutoBAN (*)	13 ^a Emissão - Série única	CDI + 1,20% a.a.	1,2630% (a)	Setembro de 2027	901	-	-	341.489 (d)
AutoBAN	14 ^a Emissão - Série única	CDI + 2,14% a.a.	2,3194% (a)	Junho de 2028	20.402	13.980	2.650.343	2.645.565 (d)
AutoBAN	15 ^a Emissão - Série única	CDI + 0,44% a.a.	0,4866% (a)	Novembro de 2030	5.007	5.007	2.009.002	- (d)
Bloco Central	3 ^a Emissão - Série única	IPCA + 6,96% a.a.	7,0561% (a)	Outubro de 2047	6.876	6.560	850.498	809.041 (f) (g) (h) (k)
Bloco Sul	3 ^a Emissão - Série 1	IPCA + 6,99% a.a.	7,0784% (a)	Outubro de 2047	20.532	19.692	2.659.379	2.531.270 (f) (g) (h) (k)
Bloco Sul	3 ^a Emissão - Série 2	IPCA + 6,99% a.a.	7,2953% (a)	Outubro de 2047	16.410	16.226	695.960	- (f) (g) (h) (k)
Pampulha (*)	1 ^a Emissão - Série única (Nota Comercial)	CDI + 1,60% a.a.	1,8677% (a)	Agosto de 2025	188	-	-	31.214 (e)
Pampulha	2 ^a Emissão - Série única (Nota Comercial)	CDI + 1,10% a.a.	1,3075% (a)	Junho de 2026	205	155	49.945	- (e)
RioSP	1 ^a Emissão - Série única	CDI + 1,75% a.a.	1,8449% (a)	Dezembro de 2024	4.372	-	-	1.053.310 (d)
RioSP	2 ^a Emissão - Série 1	IPCA + 6,90% a.a.	6,9791% (a)	Junho de 2047	3.783	3.732	507.546	- (f) (g) (h) (i) (l)
RioSP	2 ^a Emissão - Série 2	IPCA + 6,90% a.a.	6,9791% (a)	Junho de 2047	15.131	14.929	2.030.183	- (f) (g) (h) (i) (l)
RodoAnel Oeste	6 ^a Emissão - Série única	120% do CDI	0,076% (c)	Abril de 2024	3.171	-	-	186.258 (e)
RodoAnel Oeste	6 ^a Emissão - Série única	120% do CDI	(b)	Abril de 2024	-	-	-	186.962 (e)
RodoAnel Oeste (*)	7 ^a Emissão - Série única	CDI + 1,90% a.a.	2,2179% (a)	Abril de 2025	557	-	-	93.123 (e)
RodoAnel Oeste	8 ^a Emissão - Série única	IPCA + 5,95% a.a.	6,4342% (a)	Abril de 2031	9.465	8.579	418.696	- (d)
RodoAnel Oeste	9 ^a Emissão - Série única	CDI + 0,50% a.a.	0,6058% (a)	Novembro de 2028	407	395	131.617	- (d)
RS Holding (*)	5 ^a Emissão - Série única	CDI + 1,50% a.a.	1,8059% (a)	Outubro de 2031	14.017	-	-	510.796 (f)
SPVias (*)	9 ^a Emissão - Série única	CDI + 2% a.a.	2,0026% (a)	Março de 2026	4.074	-	-	302.972 (i)
SPVias (*)	10 ^a Emissão - Série única	CDI + 1,85% a.a.	1,9382% (a)	Agosto de 2026	1.798	-	-	506.466 (e)
SPVias (*)	11 ^a Emissão - Série única	CDI + 1,90% a.a.	2,0305% (a)	Fevereiro de 2027	884	-	-	168.327 (i)
SPVias	12 ^a Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	2,1880% (a)	Março 2028	2.575	1.603	127.879	127.620 (d)
SPVias	13 ^a Emissão - Série única	CDI + 1,30% a.a.	1,5477% (a)	Março 2028	1.022	827	242.321	- (d)
SPVias	14 ^a Emissão - Série única	CDI + 0,47% a.a.	0,6090% (a)	Maio de 2029	2.093	2.093	641.251	- (d)
ViaCosteira	1 ^a Emissão - Série única	CDI + 0,47% a.a.	0,5848% (a)	Setembro de 2027	1.020	936	307.566	- (e)
ViaLagos (*)	6 ^a Emissão - Série única	CDI + 1,75% a.a.	2,0264% (a)	Junho de 2025	668	-	-	125.004 (d)
ViaLagos	7 ^a Emissão - Série única	CDI + 0,60% a.a.	0,6819% (a)	Dezembro de 2031	1.115	1.115	199.749	- (d)
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	2 ^a Emissão - Série única	9,76% a.a.	(b)	Abril de 2030	20.919	-	425.673	549.896 (f) (g) (h) (k)
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	1 ^a Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	1,9778% (a)	Abril de 2024	8.706	-	-	429.394 (e)
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	2 ^a Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	2,0775% (a)	Abril de 2024	3.951	-	-	228.116 (e)
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	3 ^a Emissão - Série única	IPCA + 6,4544% a.a.	6,5219% (a)	Outubro de 2048	19.901	18.264	2.698.458	2.583.845 (f) (g) (h) (i) (j)
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	4 ^a Emissão - Série única	IPCA + 7,25% a.a.	7,9038% (a)	Janeiro de 2042	53.672	50.883	1.282.646	- (f) (g) (h) (i)
ViaQuatro	5 ^a Emissão - Série 1	CDI + 2,30% a.a.	2,5373% (a)	Março de 2028	10.072	1.501	429.440	542.495 (f) (g) (h)
ViaQuatro	5 ^a Emissão - Série 2	IPCA + 7,0737% a.a.	7,2943% (a)	Março de 2028	5.534	933	383.997	458.392 (f) (g) (h)
ViaQuatro	6 ^a Emissão - Série única	CDI + 1,10% a.a.	1,1493% (a)	Junho de 2031	2.629	2.449	942.249	- (d)
ViaSul	1 ^a Emissão - Série única	IPCA + 6,70% a.a.	6,6699% (a)	Fevereiro de 2045	6.286	5.172	1.003.268	915.924 (g) (h) (i)
VLT Carioca	1 ^a Emissão - Série única (Nota Comercial)	CDI + 1,85% a.a.	2,8069% (a)	Maio de 2024	670	-	-	77.880 (e)
VLT Carioca	2 ^a Emissão - Série única (Nota Comercial)	CDI + 2,50% a.a.	3,4151% (a)	Setembro de 2026	1.263	763	55.774	48.577 (e)
VLT Carioca	3 ^a Emissão - Série única (Nota Comercial)	CDI + 0,75% a.a.	0,8791% (a)	Maio de 2025	92	39	77.221	- (e)
Total						209.502	25.941.627	22.896.702

(*) Liquidada antecipadamente.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante	365.360	861.751	1.082.007	3.894.404
Debêntures e notas comerciais	325.783	792.424	988.588	3.805.278
Valor justo	43.865	73.607	116.306	107.059
Custos de transação	(4.288)	(4.280)	(22.887)	(17.933)
Não circulante	4.755.606	4.818.562	24.859.620	19.002.298
Debêntures e notas comerciais	5.126.677	4.899.948	25.545.360	19.211.652
Valor justo	(341.690)	(50.044)	(499.125)	(111.937)
Custos de transação	(29.381)	(31.342)	(186.615)	(97.417)
Total	5.120.966	5.680.313	25.941.627	22.896.702



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;
- (b) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 23;
- (c) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação;

Garantias:

- (d) Não existem garantias;
- (e) Aval/fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta;
- (f) Garantia real;
- (g) Alienação fiduciária;
- (h) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios;
- (i) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão;
- (j) Fiança bancária até a constituição das garantias reais de projeto;
- (k) Fiança corporativa dos acionistas na proporção de sua participação acionária até o *completion*; e
- (l) Suporte de capital da CCR (*Equity Support Agreement – ESA*) e dos demais acionistas na proporção de sua participação acionária direta/indireta até o *completion*;

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2024	
	Controladora	Consolidado
2026	140.429	678.065
2027	890.447	3.000.126
2028	995.868	3.409.942
2029	873.523	2.845.047
2030 em diante	2.226.410	15.612.180
Valor justo	(341.690)	(499.125)
(-) Custo de transação	(29.381)	(186.615)
Total	4.755.606	24.859.620

A Companhia e suas investidas possuem contratos financeiros, como debêntures, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixem de pagar valores devidos em outros contratos por elas firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais – Consolidado

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e contratuais.

18.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes, e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis, Administrativos e outros	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Contratuais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	84.044	57.390	75.654	76.058	293.146
Constituição	150.646	141.486	28.658	1.043	321.833
Reversão	(28.326)	(17.518)	(25.433)	(7.093)	(78.370)
Pagamentos	(116.244)	(39.132)	(19.544)	-	(174.920)
Atualização de bases processuais e monetária	12.970	6.868	1.225	1.159	22.222
Variação cambial	-	1.772	-	-	1.772
Alienação Samm	(5)	64	-	-	59
Saldo em 31 de dezembro de 2024	103.085	150.930	60.560	71.167	385.742

18.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2024	2023
Tributários (a) (b) (c) (d)	1.591.276	1.430.015
Cíveis, administrativos e outros (e)	246.186	253.521
Trabalhistas e previdenciários	103.311	83.386
Total	1.940.773	1.766.922

Os principais processos relativos às questões tributárias são:

- (a) R\$ 395.336 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 348.467 em 31 de dezembro de 2023), por supostos débitos de IRPJ e CSLL, oriundos de despesas de amortização de ágio, sendo que para fins de garantia da parcela controvertida dos anos-calendários de 2014 a 2017, houve a apresentação de seguro, atualmente no valor de R\$ 202.255 (R\$ 191.667 em 31 de dezembro de 2023), e em relação aos anos-calendários 2018 em diante, os valores são objetos de depósito judicial, no valor total de R\$ 193.080 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 156.799 em 31 de dezembro de 2023). Aguarda-se a apreciação do Recurso de Apelação interposto



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pela Companhia em 9 de agosto de 2023, em face da sentença de improcedência da ação no que se refere à dedução fiscal;

- (b) R\$ 355.385 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 333.452 em 31 de dezembro de 2023) por diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2012 e 2013, decorrentes da glosa de despesas financeiras e multas isoladas. Em 21 de fevereiro de 2024, ocorreu julgamento no CARF que, pelo voto de qualidade, reduziu a exigência fiscal para R\$ 86.205. Aguarda-se a intimação do acórdão;
- (c) R\$ 217.126 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 202.870 em 31 de dezembro de 2023) por diferenças de IRPJ e CSLL no ano-calendário de 2014, decorrentes da glosa de despesas de comissão e juros de debêntures emitidas, reduzido para R\$ 168.183 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 157.483 em 31 de dezembro de 2023). Em 11 de abril de 2024, ocorreu julgamento no CARF cancelando a exigência fiscal. Em 25 de junho de 2024, a PGFN interpôs recurso especial e, em 10 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou suas contrarrazões;
- (d) R\$ 465.733 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 433.669 em 31 de dezembro de 2023) por diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2015 e 2016, decorrentes de glosa de despesas de comissão e juros de debêntures emitidas, reduzido para R\$ 339.260 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 316.635 em 31 de dezembro de 2023) em virtude de decisão não definitiva proferida em processo administrativo em curso. Em 11 de abril de 2024, ocorreu julgamento no CARF cancelando a exigência fiscal. Aguarda-se a intimação do acórdão; e

No que tange aos processos relativos às questões cíveis, administrativas e outros:

- (e) O saldo em 31 de dezembro de 2024, é composto, substancialmente, por (i) autos de infração da RDN sobre discussões de atendimento aos níveis mínimos dos serviços de operação, conservação e manutenção, (ii) indenização por responsabilidade civil contra as concessionárias do grupo, e (iii) processos pulverizados de diversas naturezas.

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 20.216 (R\$ 19.633 em 31 de dezembro de 2023).

19. Provisão de manutenção

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	204.198	623.318	827.516
Constituição	170.906	319.744	490.650
Ajuste a valor presente	18.044	67.082	85.126
Transferências	456.209	(456.209)	-
Realização	(337.885)	-	(337.885)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	511.472	553.935	1.065.407

As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023, para o cálculo do valor presente, são de 9,64% a.a. e 9,24% a.a., respectivamente.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 6.126.100, composto por 2.020.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

20.2. Custos de captação

Nesta rubrica foram reconhecidos os custos de transação relativos aos processos de oferta pública de ações ocorridos em 2009 e 2017.

20.3. Transação com sócios

Refere-se a ganho em transação com sócios decorrentes de cessão de opção de compra de terreno e aquisição de mútuos.

20.4. Ágio em transição de capital

Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos decorrentes das mudanças na participação societária da controladora sobre controladas que não resultem em perda de controle. Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação tiver sido ajustada e o valor justo da quantia paga é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

20.5. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

20.6. Reserva para equalização de dividendos e investimentos

Reserva prevista no Estatuto Social da Companhia, tem como finalidade garantir recursos para (i) pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas e (ii) realização de investimentos em seus negócios, de suas sociedades controladas e coligadas, inclusive por meio de aporte de capital.

20.7. Reserva de lucros a realizar

Reserva de lucros a realizar constituída sobre o valor do dividendo mínimo obrigatório que exceder a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

20.8. Reserva de retenção de lucros

Constituída nos termos do artigo n.º 196 da Lei n.º 6.404/76. Essa retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CA), conforme Proposta da Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2025, previamente à



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

deliberação sobre a destinação de resultados.

A proposta de orçamento de capital está justificada, substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

20.9. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76).

Em 18 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária (AGO), o pagamento de dividendos a título de dividendos adicionais propostos em 2023, no montante de R\$ 131.322, correspondentes a R\$ 0,26586176875 por ação ordinária em circulação. O pagamento foi realizado em 29 de abril de 2024.

Em 30 de outubro de 2024, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), o pagamento de dividendos intermediários do exercício de 2024, no montante de R\$ 304.420, correspondentes a R\$ 0,15118052193 por ação ordinária em circulação, à conta dos lucros apurados entre 1º de janeiro de 2024 e 30 de junho de 2024. O pagamento foi realizado em 29 de novembro de 2024.

A Administração da Companhia propõe o destaque de Dividendos Adicionais Propostos, no montante de R\$ 319.928, relativo aos lucros apurados no exercício de 2024.

Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2024, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

Lucro líquido do exercício (controladora)	1.248.695
(-) Constituição de reserva legal	<u>(62.434)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>1.186.261</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u><u>296.565</u></u>
Dividendo mínimo aprovado e pago	(304.420)

20.10. Ajuste de avaliação patrimonial (Controladora e Consolidado)

Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de:

- Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.
- *Hedge* de fluxo de caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado é transferido para o resultado ou para o ativo não circulante à medida da realização das operações protegidas.
- Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefício definido.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.11. Lucro por ação básico e diluído

Controladora e Consolidado	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido	1.248.695	1.704.840
Denominador (em milhares)		
Média ponderada de ações - básico	2.015.237	2.018.409
Média ponderada de ações - diluído	2.020.000	2.020.000
Lucro líquido por ação - básico	0,61963	0,84465
Lucro líquido por ação - diluído	0,61817	0,84398

20.12. Ações em Tesouraria - Recompra de Ações

Em maio de 2023 e julho e dezembro de 2024, a Companhia realizou 3 programas de recompra de ações ordinárias de sua própria emissão, para liquidação das obrigações do Programa de Incentivo de Longo Prazo (PGLP), liquidáveis em ações. Foram adquiridas 3.186.433 ações, 3.400.000 ações e 3.500.000 ações no 1º e 2º e 3º programas, aos custos médios de aquisição de aproximadamente R\$ 14,07, R\$ 12,49 e R\$ 10,30 no 1º, 2º e 3º programas, por ação, respectivamente.

No exercício de 2024, foram adquiridas 6.900.000 ações (3.186.322 ações em 2023), ao preço médio de R\$ 11,38 por ação (R\$ 14,07 em 2023), correspondente ao valor de R\$ 78.522 (R\$ 44.825 em 2023), o qual está registrado como reserva de capital - ações em tesouraria e foram entregues 97.457 ações (106.858 em 2023) aos beneficiários dos planos, equivalentes a R\$ 1.359 (R\$ 1.505 em 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 9.884.118 ações ordinárias de sua própria emissão mantidas em tesouraria, sendo que destas, 2.000 ações são anteriores aos programas de recompra mencionados acima.

20.13. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de junho de 2024, houve outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo:

Parcela de Performance

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 1.218.796 ações;
- Data da outorga: 26 de junho de 2024;
- Preço corrente (*TSR* do ano anterior): R\$ 13,04;
- Preço de exercício (*TSR* alvo) para cada tranche: R\$ 14,61, R\$ 16,44 e R\$ 18,46;
- Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre janeiro de 2003 até a data-base da outorga): 2,46%;
- *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,13%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 10,03%, 8,84% e 8,83%;

Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de *vesting*), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de *vesting*) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de *vesting*). Não houve exercício deste plano no período, assim como não houve



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

nenhuma movimentação por desligamento desde sua outorga até 31 de dezembro de 2024. Esse plano segue as características do plano outorgado em 2023.

Parcela de Retenção

O valor justo da parcela atrelada à retenção, 1.218.796 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Companhia, em 26 de junho de 2024 (data de outorga), de R\$ 11,80, e está condicionada apenas à passagem do tempo e à prestação do serviço por parte dos funcionários.

Os planos anteriores seguem com as mesmas características divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tendo ocorrido no 1º semestre de 2024, a entrega de 97.457 e o cancelamento de 169.211 ações em razão de desligamentos, restando 1.957.397 ações a serem exercidas à medida que transcorra o período de *vesting*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 20.365.

21. Receitas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita bruta	77.167	136.654	22.836.324	19.921.329
Receitas de pedágio	-	-	8.975.150	8.264.206
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	-	-	7.246.080	3.948.202
Receitas aeroportuárias	-	-	2.188.071	1.857.276
Receitas metroviárias	-	-	2.449.720	2.255.126
Receitas de remuneração de contas a receber dos Poderes Concedentes	-	-	855.483	2.104.581
Receitas acessórias	1.242	-	380.733	325.888
Receitas aquaviárias	-	-	100.420	104.662
Receitas de serviços de fibra óptica	-	-	26.698	68.158
Receitas de contraprestação pecuniária variável	-	-	95.204	68.282
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	75.925	136.654	6.538	8.416
Receita de reequilíbrio - Aeris e BH Airport (a)	-	-	16.807	192.131
Receitas de contraprestação pecuniária - parcela B	-	-	35.749	21.578
Mitigação de risco de demanda projetada	-	-	459.671	486.029
Indenização por serviço público prestado - Barcas (b)	-	-	-	216.794
Deduções das receitas brutas	(16.069)	(19.422)	(1.052.533)	(988.604)
Impostos sobre receitas	(8.962)	(19.422)	(1.031.981)	(972.823)
Abatimentos	(7.107)	-	(20.552)	(15.781)
Receita operacional líquida	61.098	117.232	21.783.791	18.932.725
Receita operacional líquida no Brasil	61.098	117.232	20.931.648	18.028.485
Receita operacional líquida no Exterior	-	-	852.143	904.240

- (a) Receita de reequilíbrio econômico-financeiro, para Aeris, decorrente da celebração do 4º Termo Aditivo ao contrato de concessão da operação do Aeroporto Juan Santamaria e para BH Airport, refere-se à revisão do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão de 2023 do fluxo de caixa da Marginal.
- (b) Complemento dos valores que Barcas tem a receber do Poder Concedente, decorrente do Termo de Acordo homologado em 2 de março de 2023.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas financeiras	(1.401.299)	(2.150.548)	(4.679.853)	(5.540.672)
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	(478.826)	(723.707)	(2.970.113)	(3.371.075)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	(154.173)	(144.565)	(705.778)	(326.187)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	(45.320)	(23.538)	(50.204)
Variação monetária sobre obrigações com os Poderes Concedentes	-	-	(171.790)	(165.496)
Juros e variações monetárias	(351)	(3.262)	(44.212)	(59.874)
Perda com operações de derivativos	(617.283)	(793.639)	(714.563)	(913.049)
Juros sobre impostos parcelados, contribuições e multa com os Poderes Concedentes	-	-	(1.463)	(1.599)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	-	(85.126)	(51.898)
Capitalização de custos dos empréstimos	-	-	568.561	226.932
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures	(107.092)	(424.912)	(112.169)	(498.085)
Ajuste a valor presente de obrigações com os Poderes Concedentes	-	-	(78.555)	(80.737)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(651)	(426)	(9.252)	(3.020)
Juros e variação monetária sobre Programa de Incentivo a Colaboradores	-	(337)	-	(337)
Ajuste a valor presente - arrendamento	(174)	(64)	(3.624)	(5.009)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(42.749)	(14.316)	(328.231)	(241.034)
Receitas financeiras	1.065.646	1.542.666	1.587.463	2.328.195
Variação monetária e cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	81.695	3.403	86.785
Juros e variações monetárias	193.356	185.966	27.027	37.840
Ganho com operações de derivativos	298.837	710.249	344.295	824.604
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures	428.480	351.521	490.440	400.878
Rendimentos sobre aplicações financeiras	129.636	204.012	646.187	914.226
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	622	256	3.099	4.621
Ajuste a valor presente - arrendamento	-	-	1.181	-
Juros e outras receitas financeiras	14.715	8.967	71.831	59.241
Resultado financeiro líquido	(335.653)	(607.882)	(3.092.390)	(3.212.477)

23. Instrumentos financeiros

23.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nível	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativo		4.692.604	4.631.919	15.171.553	16.683.719
Valor justo através do resultado		1.990.304	2.566.539	7.024.537	8.241.694
Caixa e bancos	Nível 2	457	1.189	405.619	382.843
Aplicações financeiras	Nível 2	1.900.613	2.307.658	5.986.668	6.621.312
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	7.727	8.002	530.707	282.343
Contas a receber de operações com derivativos	Nível 2	81.507	249.690	101.543	253.248
Contas a receber do Poder Concedente - MSVia	Nível 3	-	-	-	701.948
Valor justo através do resultado abrangente		-	-	1.728	-
Contas a receber de operações com derivativos	Nível 2	-	-	1.728	-
Custo amortizado		2.702.300	2.065.380	8.145.288	8.442.025
Contas a receber das operações		114	-	1.147.810	955.796
Contas a receber dos Poderes Concedentes		-	-	6.689.612	7.109.196
Contas a receber de partes relacionadas		330.919	178.355	65.710	153.532
Mútuos com partes relacionadas		1.344.543	1.215.972	241.753	216.136
AFAC - partes relacionadas		161.039	161.039	403	457
Dividendos e juros sobre capital próprio		865.685	510.014	-	6.908
Passivo		(5.363.122)	(6.175.408)	(38.959.848)	(35.799.933)
Valor justo através do resultado		(2.030.181)	(2.410.945)	(2.637.259)	(3.257.968)
Debêntures e notas comerciais (a)	Nível 2	(1.882.656)	(2.366.825)	(2.308.329)	(3.103.683)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira(a)	Nível 2	-	-	(92.956)	(73.004)
Contas a pagar de operações com derivativos	Nível 2	(147.525)	(44.120)	(235.974)	(81.281)
Valor justo através do resultado abrangente		-	-	-	(292)
Contas a pagar de operações com derivativos	Nível 2	-	-	-	(292)
Custo amortizado		(3.332.941)	(3.764.463)	(36.322.589)	(32.541.673)
Debêntures e notas comerciais (a)		(3.238.310)	(3.313.488)	(23.633.298)	(19.793.019)
Empréstimos e financiamentos (a)		-	-	(7.844.160)	(7.684.563)
Fornecedores e outras contas a pagar		(89.198)	(42.817)	(1.639.490)	(1.665.543)
Mútuos com partes relacionadas		-	-	(230.591)	(200.142)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(3.954)	(1.782)	(45.468)	(46.817)
AFAC - partes relacionadas		(1.196)	(1.196)	(1.196)	(1.196)
Dividendos e juros sobre o capital próprio		(283)	(405.180)	(167.002)	(479.911)
Obrigações com os Poderes Concedentes		-	-	(2.761.384)	(2.670.482)
Total		(670.518)	(1.543.489)	(23.788.295)	(19.116.214)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação

Contas a receber do Poder Concedente - MSVia - Foi mensurado pelo valor justo através do resultado, utilizando a abordagem de custo, a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder Concedente em caso de relicitação do contrato de concessão.

Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado - A controlada ViaLagos captou empréstimo em moeda estrangeira (dólar norte-americano), por uma taxa de USD + 5,88% a.a., tendo sido contratado *swap* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por CDI + 1,60% a.a.. A Administração da Companhia entende que a mensuração desse empréstimo pelo valor justo (*fair value option*) resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso este empréstimo fosse mensurado pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 92.960 em 31 de dezembro de 2024.

Empréstimos, debêntures e notas comerciais mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora				Consolidado			
	2024		2023		2024		2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos (a)	-	-	-	-	127.021	103.841	13.259	13.369
Debêntures e notas comerciais (a)	3.271.979	3.156.226	-	3.611.704	23.842.800	22.121.488	19.908.369	22.285.182

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3, ANBIMA e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito, que considera como *spread* a curva de crédito ANBIMA triple A na data base.

Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*hedge accounting*) – A Companhia e suas controladas captaram recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (nível 2) (*hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 2.691.148 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.108.561 em 31 de dezembro de 2023), conforme detalhado a seguir:

Empresa	Série	Taxa contratual da dívida	Taxa contratual - Swap	Custo amortizado (a)
CCR	Debêntures - 14ª Emissão - Série 2	IPCA + 4,25% a.a.	CDI + 1,76% a.a.	495.540
CCR	Debêntures - 15ª Emissão - Série 1	IPCA + 4,88% a.a.	CDI + 1,3817% a.a.	556.148
CCR	Debêntures - 16ª Emissão - Série 2	IPCA + 6,4370% a.a.	CDI + 0,90% a.a. / 107,2% CDI a.a. / CDI + 0,85% a.a. / 105,78% CDI a.a.	1.128.793
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	Debêntures - 2ª Emissão - Série única	9,76% a.a.	CDI + 1,44% a.a.	510.667
Total				2.691.148

(a) Valores brutos dos custos de transação.

23.2. Instrumentos financeiros derivativos

As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2024, têm como objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

O Grupo CCR contratou operações de *swap* para mitigar o risco cambial dos fluxos de caixa dos empréstimos em moeda estrangeira, riscos de inflação/juros de emissões de debêntures, e *NDF (Non-Deliverable Forward)* para proteção de riscos cambiais dos contratos com fornecedores estrangeiros. Abaixo estão detalhadas as operações vigentes em 31 de dezembro de 2024:

Empresa	Risco	Risco coberto
CCR	Swap - riscos de juros	100% Debêntures - 14ª Emissão - Série 2
CCR	Swap - riscos de juros	100% Debêntures - 15ª Emissão - Série única
CCR	Swap - riscos de juros	58,28% Debêntures - 16ª Emissão - Série 2
ViaLagos	Swap - riscos cambiais	100% Empréstimo em moeda estrangeira
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	Swap - riscos de juros	100% Debêntures - 2ª Emissão - Série única
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	NDF - riscos cambiais	100% Fluxo de Caixa



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

O quadro a seguir demonstra os instrumentos derivativos contratados para a Companhia e suas controladas:

Operação	Data de vencimento	Valor de referência (Nocional)		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado			
		Moeda local		Moeda local Recebidos / (Pagos)		Valores a receber / a pagar		Ganho (Perda) em resultado			
		2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
Swap - riscos cambiais		15.000	15.000	(2.828)	(94.043)	19.939	(488)	17.599	(68.889)	-	-
CCR	2023	-	-	-	(91.578)	-	-	-	(65.936)	-	-
ViaLagos	2025	15.000	15.000	(2.828)	(2.465)	19.939	(488)	17.599	(2.953)	-	-
Swap - riscos de juros		2.704.980	3.334.051	(61.042)	(176.086)	(154.370)	172.455	(387.867)	(19.556)	-	-
CCR	2023 a 2036	2.004.980	2.250.051	(46.858)	(148.041)	(66.018)	205.570	(318.446)	(17.454)	-	-
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	2030	700.000	700.000	(15.309)	(31.510)	(88.352)	(34.184)	(69.477)	(2.320)	-	-
RodoAnel Oeste	2024	-	384.000	1.125	3.465	-	1.069	56	218	-	-
NDF - riscos cambiais		235.094	18.492	(8.714)	(4.193)	1.728	(292)	-	-	(6.693)	(6.085)
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	2023 a 2025	14.658	18.492	66	(44)	1.728	(292)	-	-	2.087	(336)
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	2023	-	-	-	(4.149)	-	-	-	-	-	(5.749)
CPC	2024	220.436	-	(8.780)	-	-	-	-	-	(8.780)	-
Total		2.955.074	3.367.543	(72.584)	(274.322)	(132.703)	171.675	(370.268)	(88.445)	(6.693)	(6.085)

23.3. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas controladas revisam regularmente essas estimativas e as premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram consideradas novas contratações de operações com derivativos, além das já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

23.3.1. Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

No quadro abaixo estão demonstrados os valores nominais referentes à variação cambial sobre dívidas e contratos com fornecedores estrangeiros e *NDF* sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do período e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data destas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Risco	Exposição em moeda estrangeira ⁽¹⁾	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado e no resultado abrangente		
			Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Compromissos com fornecedores estrangeiros	Dólar / Euro	(65.240)	-	(16.311)	(32.620)
Hedge NDF de fluxo de caixa futuro	Euro	14.658	-	3.665	2.928
Total do efeito de perda			-	(12.646)	(29.692)

Moedas em 31/12/2024:

Dólar ⁽²⁾	6,1923	7,7404	9,2885
Euro ⁽²⁾	6,4363	8,0454	9,6545

- (1) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo e não estão deduzidos dos custos de transação; e
(2) Refere-se à taxa de venda das moedas em 31/12/2024, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

23.3.2. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais, mútuos, obrigações parceladas e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2025, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ^{(7) (8)}	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	(13.124.496)	(1.735.632)	(2.128.619)	(2.521.607)
IPC-A	(14.726.688)	(1.739.507)	(1.925.635)	(2.111.763)
TJLP	(5.655.769)	(636.716)	(751.153)	(865.617)
SOFR diária	(404.862)	(36.181)	(50.811)	(67.675)
Efeito sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e notas comerciais		(4.148.036)	(4.856.218)	(5.566.662)
CDI	(2.472.830)	(362.178)	(426.795)	(491.384)
Efeito sobre os mútuos		(362.178)	(426.795)	(491.384)
Selic <i>over</i>	(16.309)	(1.982)	(2.477)	(2.972)
Efeito sobre as obrigações parceladas		(1.982)	(2.477)	(2.972)
CDI	8.160.653	782.198	905.275	1.027.847
Efeito sobre as aplicações financeiras		782.198	905.275	1.027.847
Total do efeito líquido de ganhos / (perdas)		(3.729.997)	(4.380.214)	(5.033.172)

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

Aumento do CDI ⁽²⁾	12,1500%	15,1875%	18,2250%
IPC-A ⁽³⁾	4,8300%	6,0375%	7,2450%
TJLP ⁽⁴⁾	7,9700%	9,9625%	11,9550%
Selic <i>over</i> ⁽⁵⁾	12,2500%	15,3125%	18,3750%
SOFR diária ⁽⁶⁾	4,4900%	5,6125%	6,7350%
Redução do CDI ⁽²⁾	12,1500%	9,1125%	6,0750%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (6) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (2) Taxa de 31/12/2024, divulgada pela B3. Nas investidas em que os passivos atrelados ao CDI são maiores que as aplicações financeiras, foi considerado o aumento da taxa CDI para calcular os cenários de estresse. Nas investidas em que as aplicações são maiores que os passivos atrelados ao CDI, foi considerada a diminuição da taxa do CDI para calcular os cenários de estresse;
- (3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Taxa de 31/12/2024, divulgada pelo BNDES;
- (5) Taxa de 31/12/2024, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (6) Taxa SOFR, divulgada diariamente pelo Federal Reserve em 31/12/2024;
- (7) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2024, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (8) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI, TJLP, IPCA Selic e SOFR).

24. Compromissos vinculados a contratos de concessão

24.1. Compromissos com o Poder Concedente – Outorga variável

Outorga variável	%	Base	Valor pago no exercício		Circulante	
			2024	2023	Valor a pagar	2023
AutoBAn	1,5	Receita bruta	56.234	49.836	4.669	4.509
ViaOeste	3,0	Receita bruta	46.876	41.583	3.966	3.814
RodoAnel Oeste	3,0	Receita bruta	13.524	12.228	1.128	1.098
SPVias	1,5	Receita bruta	17.381	16.106	1.500	1.494
Curaçao Airport (CAP)	16,0	Receita aeronáutica e não aeronáutica	88.781	52.832	14.751	5.284
BH Airport	5,0	Receita bruta (a)	16.290	13.923	23.522	18.824
ViaMobilidade – Linhas 5 e 17	1,0	Receita bruta	5.789	5.176	734	766
Pampulha	5,0	Receita bruta	-	-	702	374
Total			244.875	191.684	50.972	36.163

- (a) Receita bruta, deduzida de 26,42% sobre as receitas tarifárias (incorporação do ATAERO às receitas reguladas), líquido de Pis e Cofins.

24.2. Compromissos relativos às concessões

As concessionárias assumiram compromissos em seus contratos de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo das concessões. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com os Poderes Concedentes e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT) de cada concessionária, portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa	2024	2023
AutoBAn	3.044.183	3.342.916
BH Airport (a) (b)	189.388	188.469
Bloco Central	-	512.706
Bloco Sul	-	924.676
Pampulha	124.854	136.890
RioSP	14.812.092	14.406.417
RodoAnel Oeste (a)	437.258	440.861
SPVias	1.134.742	1.179.783
ViaCosteira	1.479.666	1.733.444
ViaLagos	62.040	63.149
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 (a)	118.299	210.023
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 (a)	1.062.245	1.870.203
ViaOeste (c)	438.902	1.242.280
ViaQuatro (a)	750	6.769
ViaSul	3.960.670	4.537.920
Total	26.865.089	30.796.506

- (a) Os valores representam 100% da concessionária;
 (b) Referem-se à melhor estimativa dos investimentos obrigatórios a ser realizado pela concessionária, sem considerar gatilhos adicionais, como a construção da 2ª pista; e
 (c) O compromisso de investimento estimado da ViaOeste, levando-se em conta obras de nível de serviço, além de considerações discricionárias de investimentos em equipamentos, totaliza R\$ 855.104.

Os valores acima, com exceção do mencionado no item (c), não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

24.3. Contribuição fixa - BH Airport

	2024		2023	
	Valor nominal	Valor presente (Contábil)	Valor nominal	Valor presente (Contábil)
Circulante	262.416	255.607	246.062	238.049
Não circulante	3.332.867	2.454.805	3.351.684	2.396.270
Total	3.595.283	2.710.412	3.597.746	2.634.319

	2024		2023	
	Valor nominal	Valor presente (Contábil)	Valor nominal	Valor presente (Contábil)
2024	-	-	246.062	238.049
2025	262.416	255.607	173.681	162.752
2026	163.508	133.738	155.911	147.254
2027	163.508	94.658	155.911	142.418
2028	163.508	96.570	155.911	138.205
2029 em diante	2.842.343	2.129.839	2.710.270	1.805.641
Total	3.595.283	2.710.412	3.597.746	2.634.319



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Refere-se ao montante anual a ser pago ao Poder Concedente em decorrência da oferta realizada no leilão objeto da concessão, o qual foi previsto no Edital de Licitação como integralmente devido desde o início da concessão, bem como à contribuição extraordinária para recomposição econômico-financeira prevista na revisão extraordinária do contrato de concessão.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 4,3% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor do ônus da concessão está sendo liquidado em parcelas anuais e consecutivas, cujo montante é reajustado anualmente conforme o IPCA.

Com a assinatura do Termo Aditivo n.º 007/2020, ocorreu a postergação das datas de vencimento das parcelas de 2021 a 2025, de maio para dezembro. A partir de 2026, a data de vencimento voltará a ser no mês de maio.

25. Demonstrações dos fluxos de caixa

25.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram o caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(2.212)	-	(2.212)	192.131
Receita de reequilíbrio - Aeris	-	-	-	192.131
Ganhos de capital na alienação de investimentos (a)	(2.212)	-	(2.212)	-
Variações nos ativos a passivos	2.212	-	397.039	(277.192)
Contas a receber dos Poderes Concedentes	-	-	85.729	(240.071)
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	(38.499)	-
Ativo financeiro	-	-	339.574	-
Tributos a recuperar	-	-	8.023	(5.242)
Despesas antecipadas e outros créditos (a)	104.913	-	104.913	-
Alienação Samm (a)	(102.701)	-	(102.701)	-
Fornecedores	-	-	-	(59)
Outras obrigações	-	-	-	(31.820)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	-	-	(428.646)	85.061
Outros ativo imobilizado e intangível	-	-	(428.646)	85.061
Aumento de capital em investidas e outros movimentos de investimentos	-	(76.000)	-	(1.260)
Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas	-	76.000	-	1.260
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	-	-	33.819	-
Mútuo com partes relacionadas	-	-	33.819	-

- (a) A alienação da Samm resultou em uma baixa de ativo mantido para venda no montante de R\$ 102.701 em 28 de maio de 2024, equivalente ao valor de patrimônio líquido da investida na data do contrato, e um registro de outros créditos no montante de R\$ 104.913 após os ajustes de preço definidos contratualmente, dos quais R\$ 100.000 foram recebidos na mesma data, R\$ 4.317 foram recebidos em 2 de julho de 2024 e o restante de R\$ 596 em cinco parcelas de agosto a dezembro de 2024. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 1.1.2.b.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.

A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

Controladora	Debêntures e notas comerciais	Dividendos e juros sobre capital próprio	Operações com derivativos	Passivo de arrendamento	Ações em tesouraria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(5.680.313)	(405.180)	205.570	(429)	43.328	(5.837.024)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	870.958	840.639	46.858	1.477	77.163	1.837.095
Captações (líquidas dos custos de transação)	(2.242.891)	-	-	-	-	(2.242.891)
Pagamentos de principal e juros	3.113.849	-	-	1.477	-	3.115.326
Liquidação de operações com derivativos	-	-	46.858	-	-	46.858
Recompra de ações	-	-	-	-	77.163	77.163
Dividendos pagos	-	840.639	-	-	-	840.639
Outras variações que não afetam caixa	(311.611)	(435.742)	(318.446)	(2.213)	-	(1.068.012)
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(632.999)	-	-	-	-	(632.999)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	321.388	-	(318.446)	-	-	2.942
Adições de contratos de arrendamento	-	-	-	(2.276)	-	(2.276)
Dividendos pagos	-	(435.742)	-	-	-	(435.742)
Ajuste a valor presente	-	-	-	63	-	63
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(5.120.966)	(283)	(66.018)	(1.165)	120.491	(5.067.941)

Consolidado	Empréstimos e financiamentos	Debêntures e notas comerciais	Mútuos com partes relacionadas	Dividendos e juros sobre capital próprio	Participação dos acionistas não controladores	Operações com derivativos	Passivo de arrendamento	Ações em tesouraria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(7.757.567)	(22.896.702)	(200.142)	(479.911)	(615.076)	171.675	(16.224)	43.328	(31.750.619)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	869.676	(528.370)	-	748.651	297.857	72.584	27.303	77.163	1.564.864
Captações (líquidas dos custos de transação)	(489.767)	(11.543.190)	-	-	-	-	-	-	(12.032.957)
Pagamentos de principal e juros	1.359.443	11.014.820	-	-	-	-	27.303	-	12.401.566
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	-	-	72.584	-	-	72.584
Dividendos pagos	-	-	-	748.651	424.273	-	-	-	1.172.924
Ações em tesouraria - Recompra de ações	-	-	-	-	-	-	-	77.163	77.163
Aumentos/reduções de capital dos acionistas não controladores	-	-	-	-	(126.416)	-	-	-	(126.416)
Outras variações que não afetam caixa	(1.049.225)	(2.516.555)	(30.449)	(435.742)	(75.976)	(376.962)	(34.456)	-	(4.519.365)
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(801.530)	(2.894.496)	(35.823)	-	-	-	-	-	(3.731.849)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	330	377.941	-	-	-	(370.268)	-	-	8.003
Resultado abrangente das operações com derivativos	-	-	-	-	-	(6.694)	-	-	(6.694)
Adições de contratos de arrendamento	-	-	-	-	-	-	(26.288)	-	(26.288)
Resultado do período de acionistas não controladores	-	-	-	-	(62.920)	-	-	-	(62.920)
Dividendos pagos	-	-	-	(435.742)	-	-	-	-	(435.742)
Impostos sobre mútuo	-	-	5.374	-	-	-	-	-	5.374
Ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	-	(1.086)	-	(1.086)
Ajustes acumulados de conversão	(248.025)	-	-	-	(13.056)	-	(3.556)	-	(264.637)
Alienação Samm	-	-	-	-	-	-	(25.074)	-	(25.074)
Amortização do contrato Samm	-	-	-	-	-	-	765	-	765
Transferência para passivo de contrato	-	-	-	-	-	-	20.783	-	20.783
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(7.937.116)	(25.941.627)	(230.591)	(167.002)	(393.195)	(132.703)	(23.377)	120.491	(34.705.120)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Ativos e passivos mantidos para venda

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativos mantidos para venda	-	71.115	-	250.803
Investimento	-	71.115	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	13.499
Contas a receber das operações	-	-	-	28.005
Tributos a recuperar	-	-	-	2.807
Ativo fiscal diferido	-	-	-	31.405
Despesas antecipadas e outros créditos	-	-	-	2.413
Imobilizado	-	-	-	101.729
Intangível	-	-	-	38.457
Direito de uso em arrendamento	-	-	-	32.488
Passivos mantidos para venda	-	-	-	(141.134)
Fornecedores	-	-	-	(17.466)
Obrigações fiscais	-	-	-	(3.325)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	(6.558)
Outras obrigações	-	-	-	(78.999)
Impostos parcelados	-	-	-	(95)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-	-	-	(63)
Passivo de arrendamento	-	-	-	(34.628)

27. Eventos subsequentes

Emissão de debêntures - Rota Sorocabana

Em 21 de janeiro de 2025, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e da investida Rota Sorocabana, a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória pela Companhia, em série única, no valor total de R\$ 2.050.000. A emissão será objeto de distribuição pública (Resolução da CVM n.º 160, de 13/07/2022), sob o regime de garantia firme de colocação. O público-alvo da oferta será composto exclusivamente por investidores profissionais (artigo 11 da Resolução da CVM n.º 30, de 11/05/2021). Os recursos obtidos com a emissão serão destinados para o pagamento da outorga fixa da concessão, sendo que a liquidação financeira da emissão está sujeita a condições usuais em operações dessa natureza.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da Diretoria

Miguel Nuno Simões Nunes F. Setas	Diretor Presidente
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Vice-Presidente de Negócios
Fábio Russo Corrêa	Diretor Vice-Presidente de Negócios
Marcio Magalhães Hannas	Diretor Vice-Presidente de Negócios
Pedro Paulo Archer Sutter	Diretor Vice-Presidente de Sustentabilidade, Riscos e Integridade
Roberto Penna Chaves Neto	Diretor Vice-Presidente Jurídico e de Relações Governamentais
Waldo Edwin Perez Leskovar	Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores
Raquel Cardoso da Silva	Diretora Vice-Presidente de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional

Composição do Conselho de Administração

João Henrique Batista de Souza Schmidt	Membro Efetivo (Presidente)
Claudio Borin Guedes Palaia	Membro Efetivo (Vice-Presidente)
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	Membro Efetivo
Eduardo Bunker Gentil	Membro Efetivo Independente
Eliane Aleixo Lustosa de Andrade	Membro Efetivo Independente
José Guimarães Monforte	Membro Efetivo Independente
Leonardo de Mattos Galvão	Membro Efetivo
Luiz Carlos Cavalcanti Dutra Júnior	Membro Efetivo
Mateus Gomes Ferreira	Membro Efetivo
Roberto Egydio Setúbal	Membro Efetivo
Vicente Furletti Assis	Membro Efetivo

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
 CRC 1SP190868/0-0

Conselho Fiscal

Leda Maria Deiro Hahn
 Maria Cecília Rossi
 Piedade Mota da Fonseca

Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos

Jorge Roberto Manoel
 Coordenador

Eduardo Bunker Gentil
 Eliane Aleixo Lustosa de Andrade
 José Guimarães Monforte

CCR S.A.
CNPJ/MF 02.846.056/0001-97
NIRE 35.300.158.334
COMPANHIA ABERTA

ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2025 (CONSOLIDADO)

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“LSA”) e do artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, apresentamos a V.Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2025, no valor de R\$7.386.000.000,00 (sete bilhões, trezentos e oitenta e seis milhões de reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de janeiro de 2025.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$7.386.000.000,00

Aplicações

Investimento consolidado planejado para 2025 nos projetos atualmente detidos pela Companhia R\$7.386.000.000,00

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2024 R\$ 102.186.095,27

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros R\$7.283.813.904,73

São Paulo/SP, 29 de janeiro de 2025.

CCR S.A.
A Administração

Av. Chedid Jafet, 222 - Bloco B - 4º andar
Vila Olímpia - 04551 065 - São Paulo - SP - Brasil
tel: 55 (11) 3048 5900
www.grupoccr.com.br



- PARECER DO CONSELHO FISCAL -

Os membros do Conselho Fiscal da CCR S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame e análise do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (“Demonstrações Financeiras”), do orçamento de capital e da proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e, com base nas informações prestadas pela KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras, manifestam-se, por unanimidade, favoravelmente às referidas demonstrações, bem como à proposta de orçamento de capital e de destinação de resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, que estão em plenas condições de serem votados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

São Paulo/SP, 05 de fevereiro de 2025.

DocuSigned by:
Piedade Mota da Fonseca
0A0341A02473492...
PIEIDADE MOTA DA FONSECA

DocuSigned by:
Leda Maria Deiro Hahn
519DF91462FC42A...
LEDA MARIA DEIRO HAHN

DocuSigned by:
Maria Cecilia Rossi
F304806322524D4...
MARIA CECILIA ROSSI

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: F484059A-8710-4517-BA7B-24645E8FB5B1
 Assunto: CCR - Parecer Conselho Fiscal - DF's 2024 - 05-02-25 - Assinatura solicitada
 Unidade proprietária do documento: CCR S.A
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 1
 Certificar páginas: 5
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Rafael Valente Latorre
 Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães
 Pellegrini
 nº. 200, Blocos A, B, C e D, Bairro Retiro
 Jundiaí/SP, SP 13.209-500
 rafael.latorre@grupoccr.com.br
 Endereço IP: 187.92.160.60

Rastreamento de registros

Status: Original
 05/02/2025 11:56:58

Portador: Rafael Valente Latorre
 rafael.latorre@grupoccr.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Leda Maria Deiro Hahn
 ledahahn@gmail.com
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura

DocuSigned by:

 519DF91452FC42A...

Registro de hora e data

Enviado: 05/02/2025 11:59:14
 Visualizado: 05/02/2025 12:01:45
 Assinado: 05/02/2025 12:01:55

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 179.218.243.211

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 05/02/2025 12:01:45
 ID: 90def897-c138-4ed5-9db7-23bbf5d3f21a
 Nome da empresa: GBS

Maria Cecilia Rossi
 cecilia@interlinkconsultoria.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

 F304806322524D4...

Enviado: 05/02/2025 11:59:13
 Reenviado: 05/02/2025 14:42:16
 Visualizado: 05/02/2025 14:51:25
 Assinado: 05/02/2025 14:51:38

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo
 Usando endereço IP: 177.26.247.169
 Assinado com o uso do celular

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 05/02/2025 14:51:25
 ID: 125ba8fa-6ff3-47a1-b062-15ef4fee3538
 Nome da empresa: GBS

Piedade Mota da Fonseca
 piedademfonseca@gmail.com
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

 0A0341A02473492...

Enviado: 05/02/2025 11:59:13
 Visualizado: 05/02/2025 12:01:20
 Assinado: 05/02/2025 12:01:50

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 177.206.108.197
 Assinado com o uso do celular

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 22/04/2024 09:32:36
 ID: 3ee567c7-6abd-45b3-b671-03d469eb0c52
 Nome da empresa: GBS

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	05/02/2025 11:59:14
Entrega certificada	Segurança verificada	05/02/2025 12:01:20
Assinatura concluída	Segurança verificada	05/02/2025 12:01:50
Concluído	Segurança verificada	05/02/2025 14:51:38
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos da CCR S.A. (“Companhia”) - Exercício Social Findo em 31 de dezembro de 2024

O Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos da CCR (“CAC”) é órgão estatutário de caráter permanente, de assessoramento ao Conselho de Administração cujos objetivos, entre outros, incluem supervisionar as atividades dos auditores independentes relativamente à sua independência, qualidade e adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; monitorar a qualidade e integridade de suas demonstrações financeiras e dos mecanismos de controles internos utilizados; avaliar e monitorar a exposição de riscos considerando a política de riscos adotada; monitorar a adequação do *compliance* em relação às políticas estabelecidas e que a forma de gerenciamento empreendida esteja em consistência com as diretrizes estratégicas do Grupo CCR.

Responsabilidades e formação atual do Comitê

O CAC, no cumprimento de suas responsabilidades de supervisão e monitoramento definidas a partir da legislação aplicável, do Estatuto Social da Companhia, assim como das disposições do Regimento Interno do Conselho de Administração da CCR e seus Comitês de Assessoramento, baseia suas análises e avaliações para formar seu julgamento e suas opiniões considerando, principalmente, (i) as informações recebidas da Diretoria Executiva e dos Gestores, incluindo, entre outros os responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras; (ii) a estrutura de *compliance* e de riscos e controles internos; (iii) os trabalhos realizados pela Auditoria Interna da Companhia (incluindo os projetos conduzidos por auditores terceirizados) e, (iv) os trabalhos realizados pelos Auditores Independentes.

O CAC é composto por quatro membros independentes, sendo três conselheiros de administração e um coordenador externo e atende os requisitos de independência e de manutenção de um membro com experiência em assuntos de contabilidade societária, conforme requerido pela Resolução CVM N° 23, de 25 de fevereiro de 2021.

Atividades do CAC

O CAC possui Plano de Trabalho definido anualmente, com agenda temática preparada considerando os temas de maior relevância. A agenda do CAC incorpora, ao longo do ano, as solicitações advindas do Conselho de Administração, como, também, outras situações que se requeiram, segundo a dinâmica e circunstâncias dos negócios da Companhia.

Ao longo do período de janeiro de 2024 até a data deste relatório, o CAC reuniu-se em 16 (dezesseis) ocasiões, considerando as reuniões ordinárias e extraordinárias, (i) com diretores e colaboradores das várias unidades de negócios e de companhias controladas do Grupo CCR; (ii) com a área de Auditoria Interna da Companhia, para discutir o funcionamento das respectivas áreas sob auditoria, eventuais deficiências e recomendações efetuadas para aprimoramento dos processos de trabalho dessas áreas, relativamente aos seus sistemas de controles internos, os planos de ação e seus respectivos acompanhamentos; (iii) com os auditores independentes para conhecimento do escopo de trabalho, dos principais assuntos

de auditoria, discussão dos relatórios emitidos sobre as demonstrações financeiras da Companhia e as recomendações de controles internos efetuadas; (iv) com a área de *Compliance*, para acompanhamento dos trabalhos executados; (v) com a área de riscos e controles internos para análise e discussões relacionadas aos principais riscos identificados e os controles internos estabelecidos; e (vi) com outras áreas da Companhia, para discussão de temas específicos. Adicionalmente, os membros do CAC interagiram com os representantes das Unidades de Negócio da Companhia e visitaram a ViaMobilidade - Linhas 8 e 9.

Auditoria Interna:

O processo para elaboração do Plano de Auditoria Interna considera o mapeamento de temas prioritários da matriz de riscos corporativos, o planejamento estratégico, o universo auditável definido, a rotação de ênfase aprovada, o resultado dos trabalhos anteriores executados, a identificação de principais riscos emergentes conforme insights de mercado, particularmente no segmento de operações da Companhia, além da avaliação e sinergia dos trabalhos realizados pelas áreas de *Compliance*, Controles Internos e Riscos, bem como discussões mantidas com os executivos das áreas de negócio da Companhia.

O plano proposto foi, então, analisado e debatido com os membros do CAC que recomendaram a aprovação do mesmo ao Conselho de Administração, que após revisão e considerações efetuadas aprovou em 20 de dezembro de 2023.

Referido Plano foi integralmente concluído durante o ano de 2024 e foi composto por projetos englobando processos relevantes, tais como: Gestão de Acessos, Gestão do Contrato de Concessão das Plataformas de Rodovias e Aeroportos, Gestão de Estoques e Manutenção, Gestão de Licenças, Gestão dos Processos de Meio Ambiente, Gestão de Projetos de Engenharia e Qualidade, Aquisição de Materiais e Contratação de Terceiros, Partes Relacionadas, Desmobilização de Ativos, Gestão de *Covenants* não Financeiros, Gestão de Segurança do Trabalho de Terceiros, entre outros.

O CAC revisou os assuntos relevantes classificados nesses relatórios, particularmente, aqueles classificados como de risco muito alto e alto, com a Auditoria Interna da Companhia que, como parte da execução de seus trabalhos, discutiu os resultados diretamente com os diretores e gestores das respectivas Plataformas de Negócio e de Controladas, assim como monitorou o andamento dos planos de ação elaborados para a correção das deficiências identificadas.

Compliance:

Foram apresentados e discutidos com o CAC os seguintes temas:

- Monitoramento periódico do atendimento de *Compliance* referente às políticas e normas da Companhia, incluindo aspectos relacionados às operações com partes relacionadas

- Resultados dos testes transacionais efetuados, suas conclusões e eventuais recomendações para aprimoramento de controles internos e planos de ação decorrentes
- Indicadores e relatos relevantes do Canal Confidencial CCR
- Conclusão de investigações relevantes e medidas de remediação adotadas
- Cronograma de atividades e análise crítica para extensão e manutenção da Certificação da ABNT NBR ISO 37001:2017 – Sistema de Gestão Antissuborno do Grupo CCR e da Certificação ISO 37301:2021 – Sistema de Gestão de *Compliance* com foco em ESG para o Grupo CCR
- Monitoramento da evolução dos Pilares do Programa de Integridade, incluindo:
 - atualização de políticas
 - riscos de suborno
 - cronograma de comunicação e treinamentos
 - *due diligence* de contrapartes
 - embaixadores de *Compliance*
- Indicadores de declarações anuais obrigatórias

Riscos e Controles:

Em linha com a agenda temática de Riscos estabelecida a partir da relevância no âmbito da matriz de riscos da Companhia, foram discutidos pelo CAC entre outros, temas como, Investimentos e CAPEX, Responsabilidades Contratuais inclusive em processos de Desmobilizações, Clima, Saúde e Segurança Ocupacional, Inadimplências, Obtenção de Licenças Operacionais, Segurança da Informação e Transformação Digital, Mudanças Regulatórias e Políticas, Gestão de Ativos, Compras e Contratos com Terceiros, bem como aspectos econômicos- financeiros relacionados com o ambiente geral dos negócios. Foram, também, discutidos aspectos relacionados a precificação de riscos.

Outros temas:

Adicionalmente, o CAC (i) analisou as principais transações contratadas pela administração entre Partes Relacionadas; (ii) recomendou ao Conselho de Administração a aprovação (a) da POL 002 - Política de Transações entre Partes Relacionadas; (b) da POL 017 - Política do Sistema de Gestão de *Compliance* e da Política da Empresa Limpa e Combate à Corrupção e ao Suborno; (c) do Regimento da Comissão de Estudos e Aplicação de Medidas Disciplinares (CEAMD); (d) da Política de Gerenciamento de Riscos; (e) do Orçamento da área de Riscos e Controles, *Compliance*, Auditoria Interna e do CAC; (iii) interagiu com a Companhia sobre o Plano de Resiliência Empresarial.

Auditoria Independente:

O CAC se reuniu em 11 (onze) ocasiões, entre janeiro de 2024 e fevereiro de 2025, com sócios e equipes da KPMG Auditores Independentes, incluindo, quando aplicável, sessões privativas.

Os Auditores Independentes apresentaram ao CAC o escopo dos trabalhos planejados, incluindo os principais procedimentos de auditoria realizados e os pontos identificados como relevantes durante os trabalhos de auditoria para o fechamento das demonstrações financeiras trimestrais e anual (nesta oportunidade incluindo os principais assuntos de auditoria (PAA) destacados pelo auditor independente em seu relatório com a descrição das principais atividades realizadas.

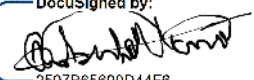
Em particular, foram também discutidos, com a presença da administração da companhia, os principais reequilíbrios contratuais contabilizados, bem como as principais transações do ano.

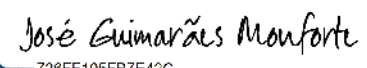
Os auditores independentes confirmaram ao CAC sua avaliação de independência em relação à Companhia. Adicionalmente, não veio ao conhecimento do Comitê nenhum evento ou situação que pudesse afetar a independência ou a objetividade dos auditores independentes, tampouco de quaisquer divergências relevantes entre o posicionamento da administração e dos auditores independentes com respeito às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Recomendação referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CCR - Exercício Social Findo em 31 de dezembro de 2024

Os membros do Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos da CCR S.A. (“CCR” ou Companhia) no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme as disposições do Estatuto Social da Companhia e do Regimento Interno do Conselho de Administração da CCR e seus Comitês de Assessoramento, procederam à análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas do relatório da KPMG Auditores Independentes, correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e, com base nos trabalhos efetuados, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Auditoria Independente, por unanimidade, recomendam ao Conselho de Administração da CCR a aprovação dessas Demonstrações Financeiras para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

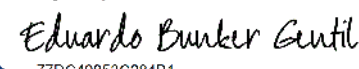
São Paulo, 05 de fevereiro de 2025.

DocuSigned by:

2597B65600D44F6...
Jorge Roberto Manoel
Coordenador do Comitê

DocuSigned by:

728FF105FB7E42C...
José Guimarães Monforte

DocuSigned by:

58E0307269B74C3...
Eliane Aleixo Lustosa de Andrade

Signed by:

77DC49853C284B1...
Eduardo Bunker Gentil

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: F9B2BE57-5E9E-4294-B04B-D4F7540D7B16
 Assunto: CCR - Relatório Anual do Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos.docx
 Unidade proprietária do documento: CCR S.A
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 4
 Certificar páginas: 8
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Sara Cristina Cezar Xavier
 AV CHEDID JAFET, 222, BLOCO B ANDAR 5, VILA OLIMPIA, SAO PAULO - SP
 São Paulo, SP 04551-065
 sara.xavier@grupoccr.com.br
 Endereço IP: 187.92.160.60

Rastreamento de registros

Status: Original
 05/02/2025 03:08:22
 Portador: Sara Cristina Cezar Xavier
 sara.xavier@grupoccr.com.br
 Local: DocuSign

Eventos do signatário

Eduardo Bunker Gentil
 eduardo@ebgconselhos.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura

Signed by:

 Eduardo Bunker Gentil
 77DC49853C284B1...

Registro de hora e data

Enviado: 05/02/2025 04:30:41
 Visualizado: 05/02/2025 04:31:52
 Assinado: 05/02/2025 04:33:45

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 65.34.229.165

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 05/02/2025 04:31:52
 ID: 8422bf31-b393-460d-b831-bad4c739141c

Eliane Aleixo Lustosa de Andrade
 eliane.lustosa@elmoinho.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

 Eliane Aleixo Lustosa de Andrade
 58E0307269B74C3...

Enviado: 05/02/2025 04:30:40
 Visualizado: 05/02/2025 05:25:12
 Assinado: 05/02/2025 05:28:35

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 200.189.29.219

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 05/02/2025 05:25:12
 ID: 67ab7cee-c843-4999-b78a-b20445e53680

JORGE ROBERTO MANOEL
 jorge.r.manoel@gmail.com
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

 Jorge Roberto Manoel
 2597B65600D44F6...

Enviado: 05/02/2025 04:30:40
 Visualizado: 05/02/2025 04:47:58
 Assinado: 05/02/2025 05:04:32

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo
 Usando endereço IP: 200.245.117.53

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 05/02/2025 04:47:58
 ID: 8b41e930-afc8-4a2a-bbbb-2ff6fd4af59f

José Guimarães Monforte
 jgmonforte@gmail.com
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

 José Guimarães Monforte
 726FF105FB7E42C...

Enviado: 05/02/2025 04:30:42
 Visualizado: 05/02/2025 05:04:55
 Assinado: 05/02/2025 05:05:10

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 177.145.86.163
 Assinado com o uso do celular

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Aceito: 05/02/2025 05:04:55 ID: 61993148-ef89-4c14-81ae-90ae97a820c4		
Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	05/02/2025 04:30:42
Entrega certificada	Segurança verificada	05/02/2025 05:04:55
Assinatura concluída	Segurança verificada	05/02/2025 05:05:10
Concluído	Segurança verificada	05/02/2025 05:28:35
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

Av. Chedid Jafet, 222 - Bloco B - 4º andar
Vila Olímpia - 04551 065 - São Paulo - SP - Brasil
tel: 55 (11) 3048 5900
www.grupoccr.com.br



- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo/SP, 06 de fevereiro de 2025.

Assinado por:

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

7948B93ED9C7411...

**MIGUEL NUNO SIMÕES
NUNES FERREIRA SETAS**
DIRETOR PRESIDENTE

DocuSigned by:

Waldo Edwin Pérez Leskovar

6E4DE73F1B21424...

WALDO PEREZ
DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE FINANÇAS E DE
RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Assinado por:

Raquel Cardoso da Silva

C13795D164C1487...

RAQUEL CARDOSO DA SILVA
DIRETORA VICE-PRESIDENTE DE PESSOAS E
DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

DocuSigned by:

Roberto Penna Chaves Neto

BB5D13392E484D6...

ROBERTO PENNA CHAVES NETO
DIRETOR VICE-PRESIDENTE JURÍDICO,
GOVERNANÇA E RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

DocuSigned by:

Marcio Magalhães Hannas

30FBF54A7BF7431...

MARCIO MAGALHÃES HANNAS
DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE NEGÓCIOS

DocuSigned by:

Fábio Russo Corrêa

25872089E10740A...

FÁBIO RUSSO CORRÊA
DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE NEGÓCIOS

DocuSigned by:

Eduardo Siqueira Moraes Camargo

3334903B628B4C4...

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE NEGÓCIOS

Certificate Of Completion

Envelope Id: E7D75ACA-0755-44C3-A1DF-FA7DCDD03231

Status: Completed

Subject: CCR - Declaração da Diretoria - DFs 2024 (00099555) - Assinatura solicitada

Unidade proprietária do documento: CCR S.A

Source Envelope:

Document Pages: 1

Signatures: 7

Certificate Pages: 6

Initials: 0

AutoNav: Enabled

Envelopeld Stamping: Enabled

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Envelope Originator:

Juridico Societario

Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães

Pellegrini

nº. 200, Blocos A, B, C e D, Bairro Retiro

Jundiaí/SP, SP 13.209-500

ds-jur.societario@grupoccr.com.br

IP Address: 54.232.57.236

Record Tracking

Status: Original

2/6/2025 8:55:13 AM

Holder: Juridico Societario

ds-jur.societario@grupoccr.com.br

Location: DocuSign

Signer Events

Eduardo Siqueira Moraes Camargo

eduardo.camargo@grupoccr.com.br

CCR

Security Level: Email, Account Authentication
(None)

Signature

DocuSigned by:

Eduardo Siqueira Moraes Camargo

3334903B626B4C4...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 200.223.123.4

Timestamp

Sent: 2/6/2025 8:58:07 AM

Viewed: 2/6/2025 9:27:06 AM

Signed: 2/6/2025 9:27:15 AM

Electronic Record and Signature Disclosure:

Accepted: 12/12/2022 1:42:56 PM

ID: 5e27e060-74b4-4a05-8b94-12aa7c1e9aea

Company Name: GBS

Fábio Russo Corrêa

fabio.russo@grupoccr.com.br

Security Level: Email, Account Authentication
(None)

DocuSigned by:

Fábio Russo Corrêa

25672069E10740A...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 200.195.241.175

Sent: 2/6/2025 8:58:05 AM

Viewed: 2/6/2025 9:44:24 AM

Signed: 2/6/2025 9:44:30 AM

Electronic Record and Signature Disclosure:

Accepted: 1/23/2025 5:59:13 PM

ID: e59cb58a-c950-458b-bfa0-31816cf3b65b

Company Name: GBS

Marcio Magalhães Hannas

marcio.hannas@grupoccr.com.br

CCR

Security Level: Email, Account Authentication
(None)

DocuSigned by:

Marcio Magalhães Hannas

30FBF54A7BF7431...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 189.44.19.179

Sent: 2/6/2025 8:58:05 AM

Viewed: 2/6/2025 9:19:44 AM

Signed: 2/6/2025 9:20:06 AM

Electronic Record and Signature Disclosure:


Accepted: 12/5/2023 12:43:06 AM

ID: e3b0ffd4-04d4-41e6-aa00-61e542f11ab0

Company Name: GBS

Signer Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
 miguel.setas@grupoccr.com.br
 Security Level: Email, Account Authentication (None)

Assinado por:

 7948B93ED9C7411...
 Signature Adoption: Pre-selected Style
 Using IP Address: 187.92.160.60

Sent: 2/6/2025 8:58:04 AM
 Viewed: 2/6/2025 12:44:45 PM
 Signed: 2/6/2025 12:45:03 PM

Electronic Record and Signature Disclosure:
 Accepted: 8/27/2023 7:29:22 PM
 ID: 8960c733-cbd5-49f3-b838-5d240a9640a7
 Company Name: GBS

Raquel Cardoso da Silva
 raquel.cardoso@grupoccr.com.br
 Security Level: Email, Account Authentication (None)

Assinado por:

 C13795D164C1467...
 Signature Adoption: Pre-selected Style
 Using IP Address: 187.92.160.60

Sent: 2/6/2025 8:58:06 AM
 Viewed: 2/6/2025 11:08:37 AM
 Signed: 2/6/2025 11:08:55 AM

Electronic Record and Signature Disclosure:
 Accepted: 11/7/2024 12:35:31 PM
 ID: 1fd2d0ff-b94f-44bd-aaa3-a0af007f8b89
 Company Name: GBS

Roberto Penna Chaves Neto
 roberto.penna@grupoccr.com.br
 Security Level: Email, Account Authentication (None)


DocuSigned by:

 BB5D13392E484D6...
 Signature Adoption: Pre-selected Style
 Using IP Address: 187.92.160.60

Sent: 2/6/2025 8:58:06 AM
 Viewed: 2/6/2025 9:02:11 AM
 Signed: 2/6/2025 9:02:23 AM

Electronic Record and Signature Disclosure:
 Accepted: 7/19/2024 3:54:05 PM
 ID: 2aaf8f41-a251-4f70-8783-566be28eddee
 Company Name: GBS

Waldo Edwin Pérez Leskovar
 waldo.perez@grupoccr.com.br
 Diretor
 Security Level: Email, Account Authentication (None)

DocuSigned by:

 6E4DE73F1B21424...
 Signature Adoption: Pre-selected Style
 Using IP Address: 187.92.160.60

Sent: 2/6/2025 8:58:04 AM
 Viewed: 2/6/2025 9:39:59 AM
 Signed: 2/6/2025 9:40:06 AM

Electronic Record and Signature Disclosure:
 Accepted: 6/12/2023 9:11:27 AM
 ID: b1bd51e1-41a0-48fa-916d-2a0914a30fe0
 Company Name: GBS

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp
Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Witness Events	Signature	Timestamp